



## Fls. 1

### DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

|                   |   |                           |
|-------------------|---|---------------------------|
| Processo .....    | 002910/2016                                     | Relatório Nº 39/2016      |
| Assunto .....     | Prestação de Contas do Exercício de <b>2016</b> |                           |
| Interessado ..... | Município de <b>Brasileira</b>                  | Pop: 7.961 hab. Coef. 0.6 |
| PREFEITO .....    | Paula Miranda Amorim Araujo                     |                           |
| Gestores          |   | Período                   |
| PREFEITURA        | Paula Miranda Amorim Araujo                     | 02/01 - 31/12/2016        |
| FUNDEB .....      | Alenildo de Sousa Melo                          | 02/01 - 11/04/2016        |
| FUNDEB .....      | Elisângela Cardoso dos Santos                   | 12/04 - 31/12/2016        |
| FMS .....         | Maria dos Remédios Veras de Araújo Meneses      | 02/01 - 31/12/2016        |
| FMAS .....        | Rychella Trycia Meneses Martins                 | 01/04 - 31/12/2016        |
| PREVIDENCIA       | Isaac de Sousa Araújo                           | 02/01 - 31/12/2016        |
| CÂMARA.....       | Silvino de Sousa Ribeiro                        | 02/01 - 31/12/2016        |
| Relator.....      | Jaylson Fabianh Lopes Campelo                   |                           |
| Procurador .....  | Leandro Maciel do Nascimento                    |                           |

O **Município de Brasileira**, sujeito ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial deste Tribunal de Contas, nos termos da Constituição Federal - CF, art. 31, Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93, Lei nº 101/2000 - LRF, Constituição Estadual - PI, arts. 32 a 35, Resoluções TCE nº 666/98 e nº 39/2015 encaminhou para exame, através de seus gestores acima elencados, suas prestações de contas referentes ao **exercício de 2016**.

A análise das contas precitadas foi realizada, por amostragem, através do exame de documentação de veracidade ideológica presumida, obedecidos os critérios próprios da fiscalização, evidenciando-se:

## 1 – ANÁLISE GERAL DO MUNICÍPIO

### 1.1 – PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

#### 1.1.1 – INGRESSO DE DOCUMENTOS

As informações relativas ao ingresso das peças orçamentárias:

| Peça | Lei | Data da Aprovação | Data Recebimento | Data Limite | Atraso |
|------|-----|-------------------|------------------|-------------|--------|
| PPA  | 139 | 23/09/2013        | 10/01/2014       | 21/11/2013  | 50     |
| LDO  | 156 | 19/06/2015        | 15/03/2016       | 15/01/2016  | 60     |
| LOA  | 159 | 09/09/2015        | 16/03/2016       | 15/01/2016  | 61     |

Fundamentação Legal: art. 165 - CF/88, art. 33 - CE/89 e art. 3º da Resolução TCE nº 39/2015.

#### 1.1.2 – PREVISÃO DA RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA

A lei orçamentária municipal estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 19.913.000,00 (dezenove milhões, novecentos e treze mil reais), apresentando uma situação de equilíbrio. O referido diploma legal atendeu, dentre outros, aos princípios da unidade e universalidade orçamentárias, uma vez que consolida os orçamentos de todos os órgãos, entidades e fundos que compõem a estrutura do Poder Público Municipal.



## Fls. 2

### 1.1.3 – ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

Foi autorizada, através do art. 4º da lei orçamentária anual, a abertura de créditos adicionais suplementares para o exercício em epígrafe, até o limite 50,00% da despesa fixada.

Objetivando melhor atender às necessidades do orçamento em execução, a administração municipal, no decorrer do período financeiro ora analisado, procedeu, através da abertura de créditos adicionais, as alterações no seu plano inicial na ordem de R\$ 4.291.918,09 (quatro milhões, duzentos e noventa e um mil, novecentos e dezoito reais e nove centavos), conforme demonstrativo a seguir:

| Lei/Decreto          |            | Créditos Adicionais |                     | Fonte de Recurso (R\$) |                        |                     |                |
|----------------------|------------|---------------------|---------------------|------------------------|------------------------|---------------------|----------------|
| Nº                   | Data       | Discriminação       | Valor R\$           | Superávit Financeiro   | Excesso de Arrecadação | Anulação de Dotação | Op. de Crédito |
| 159/001              | 04/01/2016 |                     | 1.230,00            | 0,00                   | 0,00                   | 1.230,00            | 0,00           |
| 159/002              | 01/02/2016 |                     | 60.180,00           | 0,00                   | 0,00                   | 60.180,00           | 0,00           |
| 159/003              | 01/03/2016 |                     | 36.500,00           | 0,00                   | 0,00                   | 36.500,00           | 0,00           |
| 159/004              | 01/04/2016 |                     | 140.468,72          | 0,00                   | 0,00                   | 140.468,72          | 0,00           |
| 159/005              | 02/05/2016 |                     | 297.231,58          | 0,00                   | 0,00                   | 297.231,58          | 0,00           |
| 159/006              | 02/06/2016 |                     | 248.999,70          | 0,00                   | 0,00                   | 248.999,70          | 0,00           |
| 159/007              | 01/07/2016 |                     | 374.266,11          | 0,00                   | 0,00                   | 374.266,11          | 0,00           |
| 159/008              | 01/08/2016 |                     | 388.232,15          | 0,00                   | 0,00                   | 388.232,15          | 0,00           |
| 159/009              | 01/09/2016 |                     | 449.345,22          | 0,00                   | 0,00                   | 449.345,22          | 0,00           |
| 159/010              | 03/10/2016 |                     | 593.593,21          | 0,00                   | 0,00                   | 593.593,21          | 0,00           |
| 159/011              | 01/11/2016 |                     | 622.079,82          | 0,00                   | 0,00                   | 622.079,82          | 0,00           |
| 159/012              | 01/12/2016 |                     | 1.079.791,58        | 0,00                   | 0,00                   | 1.079.791,58        | 0,00           |
| <b>TOTAL APURADO</b> |            |                     | <b>4.291.918,09</b> | <b>0,00</b>            | <b>0,00</b>            | <b>4.291.918,09</b> | <b>0,00</b>    |

Os créditos adicionais suplementares atingiram o montante de R\$ 4.291.918,09 (), que corresponde a 24,72% da despesa fixada, não ultrapassando o limite autorizado na lei orçamentária. Os valores acima expostos foram extraídos do Sistema SAGRES.

Observa-se a confirmação da ausência de planejamento ao constatar que, no 1º dia útil do ano, a Lei Orçamentária Anual já se encontra sendo descaracterizada por uma suplementação orçamentária que comprova a omissão do Controlador e Contador.

Neste ponto cabe frisar que, tal previsão, embora constante na LOA, representa uma burla à Lei de Finanças Públicas (Lei nº 4.320/64), uma vez que o Legislativo estaria autorizando, automaticamente, o Poder Executivo a alterar a programação orçamentária em percentual elevado, em efetiva afronta ao princípio da razoabilidade.

Ressalta-se que, durante o quadriênio 2013 a 2016, o Poder Legislativo foi condescendente com o Poder Executivo em sempre autorizar uma absurda suplementação orçamentária de 50%.

### SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### AUTORIZADA X REALIZADA

| 2013 |        | 2014 |        | 2015 |        | 2016 |        |
|------|--------|------|--------|------|--------|------|--------|
| AUT  | SUPL   | AUT  | SUPL   | AUT  | SUPL   | AUT  | SUPL   |
| 50%  | 48,26% | 50%  | 25,09% | 50%  | 25,09% | 50%  | 24,72% |

**Que sejam apresentados os comprovantes de publicações dos referidos Decretos conforme disposição contida na Instrução Normativa TCE nº 03/15 que determina o prazo de 10(dez) dias para publicação dos Atos Normativos, Decretos e Leis.**



### Fls. 3

#### 1.2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS GERAL DO MUNICÍPIO

**Prefeito Municipal:** Paula Miranda Amorim Araujo

**Período do Mandato:** 02/01 - 31/12/2016

**Responsável Contábil:** Antônio de Pádua Bezerra Pereira CRC Nº: 4.197/0-5

**Controlador:** Nelson Mendes de Menezes Filho

##### 1.2.1 – INGRESSO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL

O **Prefeito Municipal**, responsável pelo envio da prestação de contas mensal, apresentou ao Tribunal de Contas, a referida documentação, nos prazos indicados:

| Meses     | Prazo Legal | Sagres     |        | Sagres Folha |        | Documentação Web |        | Média de Atraso |
|-----------|-------------|------------|--------|--------------|--------|------------------|--------|-----------------|
|           |             | Entrega    | Atraso | Entrega      | Atraso | Entrega          | Atraso |                 |
| Janeiro   | 16/05/2016  | 27/04/2016 | 0      | 10/03/2016   | 0      | 08/07/2016       | 53     | 17              |
| Fevereiro | 31/05/2016  | 05/05/2016 | 0      | 10/03/2016   | 0      | 08/07/2016       | 38     | 12              |
| Março     | 15/06/2016  | 06/06/2016 | 0      | 26/04/2016   | 0      | 08/07/2016       | 23     | 7               |
| Abril     | 01/07/2016  | 28/06/2016 | 0      | 11/05/2016   | 0      | 11/07/2016       | 10     | 3               |
| Maio      | 01/08/2016  | 27/07/2016 | 0      | 22/06/2016   | 0      | 01/08/2016       | 0      | 0               |
| Junho     | 30/08/2016  | 29/08/2016 | 0      | 11/07/2016   | 0      | 30/08/2016       | 0      | 0               |
| Julho     | 30/09/2016  | 28/09/2016 | 0      | 10/08/2016   | 0      | 30/09/2016       | 0      | 0               |
| Agosto    | 01/11/2016  | 01/11/2016 | 0      | 15/09/2016   | 0      | 03/11/2016       | 2      | 0               |
| Setembro  | 02/12/2016  | 28/11/2016 | 0      | 17/10/2016   | 0      | 02/12/2016       | 0      | 0               |
| Outubro   | 05/01/2017  | 26/12/2016 | 0      | 01/12/2016   | 0      | 30/12/2016       | 0      | 0               |
| Novembro  | 30/01/2017  | 27/01/2017 | 0      | 09/01/2017   | 0      | 03/05/2017       | 93     | 31              |
| Dezembro  | 06/03/2017  | 03/03/2017 | 0      | 09/01/2017   | 0      | 06/03/2017       | 0      | 0               |

Fundamentação Legal: art. 33, inciso II, CE/89, Emenda nº 006/96 e art. 3º da Resolução TCE nº 39/2015.

##### 1.2.2 – PEÇAS AUSENTES

Não foram enviadas ao Tribunal de Contas as seguintes peças exigidas pela Resolução TCE nº 39/2015:

Cópias das atas de audiências públicas perante a Comissão Permanente da Câmara de Vereadores, estabelecidas no art. 48, parágrafo único, inciso I da LRF.;

Cópias das atas de audiências públicas realizadas na Câmara Municipal nos meses de Fevereiro, Maio e Setembro, nos termos do art. 36, § 5º da Lei Complementar nº 141/2012.;

Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão referente ao 1º e 2º Semestres;

Demonstrativo dos Restos a Pagar referente ao 1º e 2º Semestres;

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º e 2º Semestres

Leis, resoluções e/ou outros instrumentos legais que disciplinam os subsídios dos agentes políticos, a concessão de diárias e ajudas de custo;

Relatório de Gestão Fiscal Consolidado referente ao 1º e 2º Semestres;

Termo de opção pela divulgação quadrimestral dos relatórios da LRF;

##### 1.2.3 – INGRESSO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

| Nº do Processo/TCE | Data de Entrada/TCE | Prazo Legal | Dias de Atraso |
|--------------------|---------------------|-------------|----------------|
| 002910/2016        | 02/01/2016          | 03/04/2017  | 0              |

Fundamentação Legal: art. 33, inciso IV, CE/89 e Resolução TCE nº 39/2015, art. 4º.



## Fls. 4

### 1.2.4 – RECEITAS

#### 1.2.4.1 – RECEITA TOTAL ARRECADADA

A Receita Total Arrecadada foi de R\$ 17.292.829,01 (dezessete milhões, duzentos e noventa e dois mil, oitocentos e vinte e nove reais e um centavo), correspondendo a 86,84% em relação à receita prevista, representando um *déficit* de R\$ 2.620.170,99 (dois milhões, seiscentos e vinte mil, cento e setenta reais e noventa e nove centavos), conforme demonstrativo abaixo:

| Especificação                | (R\$)               |
|------------------------------|---------------------|
| Receita Total Prevista       | 19.913.000,00       |
| (-) Receita Total Arrecadada | 17.292.829,01       |
| <b>= Déficit</b>             | <b>2.620.170,99</b> |

Obs.: Informações consolidadas.

#### 1.2.4.2 – RECEITA POR CATEGORIA E SUBCATEGORIA ECONÔMICAS

A seguir são apresentadas as receitas totais previstas e arrecadadas por categoria e subcategoria econômicas, com as respectivas participações absoluta e relativa na receita total.

| Discriminação             | Receita Prevista(A)  |               | Receita Arrecadada(B) |               | % B/A         |
|---------------------------|----------------------|---------------|-----------------------|---------------|---------------|
|                           | Valor                | %             | Valor                 | %             |               |
| <b>Corrente</b>           | <b>16.497.767,81</b> | <b>82,85</b>  | <b>17.276.254,03</b>  | <b>99,90</b>  | <b>104,72</b> |
| Tributária                | 354.150,00           | 1,78          | 341.201,83            | 1,97          | 96,34         |
| Contribuição              | 417.500,00           | 2,10          | 782.777,09            | 4,53          | 187,49        |
| Patrimonial               | 195.692,81           | 0,98          | 203.307,36            | 1,18          | 103,89        |
| Serviços                  | 452.550,00           | 2,27          | 287.479,70            | 1,66          | 63,52         |
| Transferências Correntes  | 15.029.175,00        | 75,47         | 15.396.693,16         | 89,04         | 102,45        |
| Outras Receitas Correntes | 48.700,00            | 0,24          | 264.794,89            | 1,53          | 543,73        |
| <b>Capital</b>            | <b>4.485.667,19</b>  | <b>22,53</b>  | <b>1.195.296,64</b>   | <b>6,91</b>   | <b>26,65</b>  |
| Operação de Crédito       | 105.000,00           | 0,53          | 0,00                  | 0,00          | 0,00          |
| Alienação de Bens         | 21.000,00            | 0,11          | 0,00                  | 0,00          | 0,00          |
| Transferência de Capital  | 4.359.667,19         | 21,89         | 1.195.296,64          | 6,91          | 27,42         |
| Intraorçamentária         | 352.000,00           | 1,77          | 306.049,90            | 1,77          | 86,95         |
| <b>Dedução da Receita</b> | <b>1.422.435,00</b>  | <b>7,14</b>   | <b>1.484.771,56</b>   | <b>8,59</b>   | <b>104,38</b> |
| <b>Total</b>              | <b>19.913.000,00</b> | <b>100,00</b> | <b>17.292.829,01</b>  | <b>100,00</b> | <b>86,84</b>  |

Obs.: Informações consolidadas.

#### 1.2.4.3 – RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A Receita Corrente Líquida do Município, apurada no exercício, foi de R\$ 15.132.366,43 (quinze milhões, cento e trinta e dois mil, trezentos e sessenta e seis reais e quarenta e três centavos), segundo demonstrativo:

| Especificação  | Arrecadada (R\$)     |
|--|----------------------|
| Receita Corrente Total                                 | 17.276.254,03        |
| (-) Contribuição dos servidores de previdência própria | 659.116,04           |
| (-) Compensação entre sistemas de previdência          | 0,00                 |
| (-) Dedução do FUNDEB                                  | 1.484.771,56         |
| <b>(=) Total da Receita Corrente Líquida</b>           | <b>15.132.366,43</b> |

Obs.: Informações consolidadas.



**Fls. 5**

**1.2.4.4 – RECEITA TRIBUTÁRIA E COSIP**

O somatório da Receita Tributária Arrecadada com a COSIP foi de R\$ 464.862,88 (quatrocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos), correspondendo a 96,82% em relação à Receita Tributária Atualizada, representando um *déficit* de R\$ 15.287,12 (quinze mil, duzentos e oitenta e sete reais e doze centavos), conforme demonstrativo abaixo:

| Receita Tributária e COSIP                | (A) Atualizada (R\$) | (B) Arrecadada (R\$) | % (B/A)      |
|---|----------------------|----------------------|--------------|
| <b>Receita Tributária</b>                 | <b>354.150,00</b>    | <b>341.201,83</b>    | <b>96,34</b> |
| Impostos                                  | 341.000,00           | 333.087,38           | 97,68        |
| IPTU                                      | 14.000,00            | 32.345,75            | 231,04       |
| ISS                                       | 168.000,00           | 91.328,50            | 54,36        |
| ITBI                                      | 12.000,00            | 12.724,56            | 106,04       |
| IRRF                                      | 142.000,00           | 196.688,57           | 138,51       |
| Outros Impostos                           | 5.000,00             | 0,00                 | 0,00         |
| Taxas                                     | 10.000,00            | 6.919,65             | 69,20        |
| Contribuição de Melhoria                  | 3.150,00             | 1.194,80             | 37,93        |
| <b>Contribuição de Iluminação Pública</b> | <b>126.000,00</b>    | <b>123.661,05</b>    | <b>98,14</b> |
| <b>Total</b>                              | <b>480.150,00</b>    | <b>464.862,88</b>    | <b>96,82</b> |

O comportamento da receita tributária arrecadada do município nos últimos 04 (quatro) exercícios em relação à receita efetiva arrecadada, bem como à receita total arrecadada foi o demonstrado abaixo:

| Exercício   | (A) Receita Tributária Arrecadada (R\$) | (B) Receita Efetiva (R\$) | % (A/B) | Receita Total Arrecadada (R\$) |
|-------------|---|---------------------------|---------|--------------------------------|
| <b>2013</b> | 192.316,23                              | 6.232.436,57              | 3,09    | 11.193.247,30                  |
| <b>2014</b> | 321.854,79                              | 6.998.252,84              | 4,59    | 12.466.405,45                  |
| <b>2015</b> | 341.116,35                              | 7.361.749,05              | 4,63    | 15.125.450,48                  |
| <b>2016</b> | 341.201,83                              | 8.533.521,30              | 4,00    | 17.292.829,01                  |

Da análise do item verificaram-se as seguintes ocorrências:

**A) INSUFICIÊNCIA NA ARRECADAÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA**

Não houve o incremento da receita tributária do município ao longo do mandato. Atente-se que a LC no 101/2000 (LRF), em seu art. 11, estabelece vedações ao ente que se omite quanto à instituição, previsão e efetiva arrecadação dos tributos de sua competência constitucional.

**B) CONTABILIZAÇÃO A MENOR DA COSIP**

Os valores referentes à COSIP constituem receita municipal, conforme o art. 149-A, da Constituição Federal, e, como tal, devem ser registrados pelo valor bruto. Verificou-se que os valores da COSIP foram lançados a menor conforme informação prestada pela ELETROBRAS junto a esta Corte.

| ELETROBRÁS     | ANEXO 10<br>BALANÇO GERAL | DIFERENÇA     |
|----------------|---------------------------|---------------|
| R\$ 142.597,77 | R\$ 123.661,05            | R\$ 18.936,72 |

**Fonte Eletrobrás: Resumo Processo Cobrança e Arrecadação da COSIP**  
Peça 1 - Fls. 191 - 195



**Fls. 6**

**C) AUSÊNCIA NA CONTABILIZAÇÃO DA COSIP**

Os valores referentes à COSIP constituem receita municipal, conforme o art. 149-A, da Constituição Federal, e, como tal, devem ser registrados pelo valor bruto. Observa-se que a receita da COSIP foi lançada, indevidamente, na Origem RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES, conforme Anexo 2 e Anexo 10 do Balanço Geral.

**1.2.4.5 – RECEITA PROVENIENTE DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS**

O total da receita proveniente de impostos e transferências arrecadado no exercício foi de R\$ 8.401.745,80 (oito milhões, quatrocentos e um mil, setecentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos), conforme demonstrativo:

| Receita de Impostos e Transferências'          | Atualizada (R\$)    | Arrecadada (R\$)    |
|--|---------------------|---------------------|
| <b>Receitas de Impostos</b>                    | <b>341.000,00</b>   | <b>333.087,38</b>   |
| IPTU   | 14.000,00           | 32.345,75           |
| ISS  | 168.000,00          | 91.328,50           |
| ITBI   | 12.000,00           | 12.724,56           |
| IRRF   | 142.000,00          | 196.688,57          |
| Outros Impostos                                | 5.000,00            | 0,00                |
| <b>Transferência da União</b>                  | <b>6.824.139,64</b> | <b>6.824.139,64</b> |
| FPM  | 6.816.847,16        | 6.816.847,16        |
| ITR  | 5.748,44            | 5.748,44            |
| IOF sobre Ouro                                 | 0,00                | 0,00                |
| ICMS Desoneração                               | 1.544,04            | 1.544,04            |
| Transferência do Estado                        | 996.243,66          | 996.243,66          |
| <b>ICMS</b>                                    | <b>888.344,22</b>   | <b>888.344,22</b>   |
| IPVA   | 107.714,89          | 107.714,89          |
| IPI Exportações                                | 184,55              | 184,55              |
| Outras Receitas                                | 248.275,12          | 248.275,12          |
| <b>Receita da Div. Ativa Trib. de Impostos</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>         |
| Multas e Juros de mora de Impostos             | 248.275,12          | 248.275,12          |
| <b>Total</b>                                   | <b>8.409.658,42</b> | <b>8.401.745,80</b> |





## Fls. 7

### 1.2.5 – DESPESAS

#### 1.2.5.1 – DESPESA TOTAL EMPENHADA

A Despesa Empenhada Total atingiu o montante de R\$ 15.175.052,49 (quinze milhões, cento e setenta e cinco mil, cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos), que corresponde a 78,34%, em relação à fixada, representando uma economia orçamentária de R\$ 4.195.436,19 (quatro milhões, cento e noventa e cinco mil, quatrocentos e trinta e seis reais e dezenove centavos).

| Descrição                        | Valor (R\$)         |
|----------------------------------|---------------------|
| Autorização Final                | 19.370.488,68       |
| (-) Execução Final               | 15.175.052,49       |
| <b>(=) Economia Orçamentária</b> | <b>4.195.436,19</b> |

Obs.: Informações consolidadas.

**Que seja apresentada justificativa para o registro diferenciado da autorização final ((R\$ 19.370.488,68) para o valor da Despesa Fixada no Balanço Orçamentário ( R\$ 19.561.000,00)).**

#### 1.2.5.2 – DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO

O cálculo do limite dos gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino do município, no exercício, para cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, está assim demonstrado:

| Receita Resultante de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais  | Valor (R\$)  |
|---|--------------|
| Receitas Proveniente de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais (A)  | 8.401.745,80 |
| Despesas com Ações Típicas de MDE   | Valor (R\$)  |
| (+) Despesas com Educação Infantil (Custeadas com Recursos do FUNDEB e de Impostos)   | 0,00         |
| (+) Despesas com Ensino Fundamental (Custeadas com Recursos do FUNDEB e de Impostos)  | 4.537.567,70 |
| (+) Total das Despesas com Ações Típicas de MDE (B)   | 4.537.567,70 |
| Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional  | Valor (R\$)  |
| (-) Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB  | 1.862.987,99 |
| (-) Despesas Custeadas com a Complementação da União ao FUNDEB no Exercício   | 970.778,75   |
| (-) Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB até o Bimestre   | 4.711,84     |
| (-) Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, do FUNDEB   | 0,00         |
| (-) Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, de Outros Recursos de Impostos                                | 0,00         |
| (-) Restos a Pagar Inscritos no Exercício Sem Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino                   | 0,00         |
| (-) Cancelamento, no Exercício, de Restos a Pagar Inscritos Com Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino | 0,00         |
| (-) Total das Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional (C)  | 2.838.478,58 |
| Total das Despesas para fins de Limite  | Valor (R\$)  |
| (+) Total das Despesas com Ações Típicas de MDE (B)   | 4.537.567,70 |
| (-) Total das Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional (C)  | 2.838.478,58 |
| (=) Total das Despesas para fins de Limite (D) = (B – C)  | 1.699.089,12 |
| Limite Mínimo de 25% das Receitas de Impostos e Transferências em MDE   | Valor (R\$)  |
| Receitas Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais (A)   | 8.401.745,80 |
| Total das Despesas para fins de Limite (D)  | 1.699.089,12 |
| <b>Percentual de Aplicação das Receitas de Impostos e Transferências em Ações de MDE % (D/A)</b>  | <b>20,22</b> |

Confrontando-se o total das despesas em ações típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino acima, com o total da receita proveniente de impostos e



## Fls. 8

transferências, constatou-se que o município aplicou, no exercício, 20,22%, descumprindo, portanto, o mandamento constitucional elencado no art. 212, da Constituição Federal.

Durante análise técnica para apuração e cálculo dos limites constitucionais e legais descritos neste item, constataram-se divergências nos valores informados nas prestações de contas enviadas através do sistema SAGRES-Contábil, detalhadas como segue:

| Relação de Divergências entre SAGRES-Contábil e Balanço Geral (Documentação Web)  |                               |                               |
|---|-------------------------------|-------------------------------|
| Especificação   | Valor - SAGRES-Contábil (R\$) | Valor - Análise Técnica (R\$) |
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE/24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB/DOTAÇÃO INICIAL                             | 4.409.700,00                  | 4.336.000,00                  |
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE/24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB/DOTAÇÃO ATUALIZADA                          | 4.447.700,00                  | 4.374.000,00                  |
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE/24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB/DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre          | 4.401.209,24                  | 4.342.174,96                  |
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE/24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB/DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre          | 4.401.209,24                  | 4.342.174,96                  |
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE/24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos/DOTAÇÃO INICIAL                    | 410.072,40                    | 317.600,00                    |
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE/24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos/DOTAÇÃO ATUALIZADA                 | 983.435,84                    | 301.396,49                    |
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE/24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos/DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre | 853.243,37                    | 195.392,74                    |
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE/24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos/DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre | 853.243,37                    | 195.392,74                    |

Ressalta-se que, para fins de cálculo dos limites constitucionais e legais, foram considerados os valores apurados conforme análise técnica. Destaca-se, ainda, que a ocorrência tratada neste tópico demonstra não observância do disposto no art. 5º da Resolução TCE/PI nº 39, de 10 de dezembro de 2015.

**Peça 2 – Fls. 163 - 167**





## Fls. 9

### 1.2.5.3 – DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Os gastos com as ações e serviços públicos de saúde do município, no exercício, para cumprimento do disposto no art. 198 da Constituição Federal, combinado com o art. 77, III, do ADCT, estão assim demonstrados:

| <b>Receita Resultante de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais</b>  | <b>Valor (R\$)</b> |
|--|--------------------|
| Receitas para apuração da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde-ASPS (A)   | 8.401.745,80       |
| <b>Despesas com Ações Típicas de ASPS</b>  | <b>Valor (R\$)</b> |
| (+) Despesas Correntes   | 3.708.950,28       |
| (+) Despesas de Capital  | 1.009.042,92       |
| (+) Total das Despesas com Saúde (B)   | 4.717.993,20       |
| <b>Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional</b>  | <b>Valor (R\$)</b> |
| (-) Despesas com Inativos e Pensionistas   | 0,00               |
| (-) Despesa com Assistência à Saúde que Não Atende ao Princípio de Acesso Universal  | 0,00               |
| (-) Despesas Custeadas com Outros Recursos   | 2.868.225,84       |
| (-) Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS  | 2.338.358,82       |
| (-) Recursos de Operações de Crédito   | 0,00               |
| (-) Outros Recursos  | 529.867,02         |
| (-) Outras Ações e Serviços Não Computados (incisos II, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do art. 4º da LC 141/2012)  | 0,00               |
| (-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício Sem Disponibilidade Financeira   | 0,00               |
| (-) Despesas Custeadas Com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados  | 0,00               |
| (-) Despesas Custeadas Com Recursos Vinculados À Parcela Do Percentual Mínimo Que Não Foi Aplicada Em Ações E Serviços De Saúde Em Exercícios Anteriores | 0,00               |
| (-) Total das Despesas com Saúde Não Computadas (C)  | 2.868.225,84       |
| <b>Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde para fins de Limite</b>   | <b>Valor (R\$)</b> |
| (+) Total das Despesas com Saúde (B)   | 4.717.993,20       |
| (-) Total das Despesas com Saúde Não Computadas (C)  | 2.868.225,84       |
| (=) Total das Despesas para fins de Limite (D) = (B – C)   | 1.849.767,36       |
| <b>Limite Mínimo de 15% das Receitas de Impostos e Transferências em ASPS</b>  | <b>Valor (R\$)</b> |
| Receitas para apuração da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde-ASPS (A)   | 8.401.745,80       |
| Total das Despesas para fins de Limite (D)   | 1.849.767,36       |
| Percentual de Aplicação das Receitas de Impostos e Transferências em Ações de ASPS % (D/A)   | 22,00              |
| <b>Valor referente à diferença entre o valor executado e o limite mínimo constitucional [D – (15% x A)]</b>  | <b>597.774,39</b>  |

Confrontando-se o total das despesas em ações e serviços públicos de saúde acima, com o total da receita proveniente de impostos e transferências, constatou-se que o município aplicou, no exercício, 22,00%, cumprindo, portanto, o mandamento constitucional elencado no art. 198, combinado com art. 77, III, ADCT, da Constituição Federal.



## Fls. 10

Durante análise técnica para apuração e cálculo dos limites constitucionais e legais descritos neste item, constatarem-se divergências nos valores informados nas prestações de contas enviadas através do sistema SAGRES-Contábil, detalhadas como segue:

| Relação de Divergências entre SAGRES-Contábil e Balanço Geral (Documentação Web)  |                               |                               |
|---|-------------------------------|-------------------------------|
| Especificação   | Valor - SAGRES-Contábil (R\$) | Valor - Análise Técnica (R\$) |
| DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO/Outros Recursos/DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre   | 2.868.225,84                  | 529.867,02                    |
| DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO/Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS/DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre | 0,00                          | 2.338.358,82                  |
| DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO/Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS/DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre | 0,00                          | 2.338.358,82                  |
| DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO/Outros Recursos/DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre   | 2.868.225,84                  | 529.867,02                    |

Ressalta-se que, para fins de cálculo dos limites constitucionais e legais, foram considerados os valores apurados conforme análise técnica. Destaca-se, ainda, que a ocorrência tratada neste tópico demonstra não observância do disposto no art. 5º da Resolução TCE/PI nº 39, de 10 de dezembro de 2015.

**Peça 2 – Fls. 168 - 169**

### 1.2.5.4 – GASTOS COM OS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Conforme evidenciado em demonstrativo abaixo, o município aplicou, no exercício, na remuneração dos profissionais do magistério, na educação básica, o montante de R\$ 3.114.628,52 (três milhões, cento e quatorze mil, seiscentos e vinte e oito reais e cinquenta e dois centavos), representando 73,58% dos recursos recebidos pelo FUNDEB, cumprindo o estabelecido no art. 60, § 5º do ADCT e no art. 22º, da Lei Federal nº 11.494/07.

| (A) Recursos FUNDEB | (B) Gastos com Magistério | % (B/A) |
|---------------------|---------------------------|---------|
| 4.323.250,14        | 3.114.628,52              | 73,58   |

Informa-se que foi adicionada aos gastos com pessoal a importância de R\$ 110.629,81 (Cento e dez mil, seiscentos e vinte e nove reais, oitenta e um centavos), proveniente dos pagamentos aos professores substitutos, classificados erroneamente na natureza da despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física, nas despesas com o FUNDEB.

**Fonte: Demonstrativo da Execução Orçamentária da Despesa**

**Peça 1 – Fls. 173 - 176**



#### 1.2.5.5 – DESPESA DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

O montante das despesas de pessoal do Poder Executivo, no exercício, foi R\$ 7.153.467,20 (sete milhões, cento e cinquenta e três mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e vinte centavos), a seguir discriminado:

| Especificação                 | Valor (R\$)         |
|-------------------------------|---------------------|
| Aposentadorias e Reformas     | 34.320,00           |
| Vencimentos e Vantagens Fixas | 6.878.107,92        |
| Obrigações Patronais          | 351.669,09          |
| <b>Total</b>                  | <b>7.264.097,01</b> |

Obs.: Informações consolidadas. (Prefeitura, FUNDEB e Fundos Municipais)

Informa-se que foi adicionada aos gastos com pessoal a importância de R\$ 110.629,81 (Cento e dez mil, seiscentos e vinte e nove reais, oitenta e um centavos), proveniente dos pagamentos aos professores substitutos, classificados erroneamente na natureza da despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física, nas despesas com o FUNDEB.

Fonte: **Demonstrativo da Execução Orçamentária da Despesa**

**Peça 1 – Fls. 173 - 176**

O quadro seguinte demonstra a representação da despesa de pessoal do Poder Executivo, no exercício, em relação à receita corrente líquida do município no mesmo período:

| (A) Receita Corrente Líquida (R\$) | (B) Despesas de Pessoal (R\$) | % (B/A) | Limite Legal (%) | Limite Prudencial (%) |
|------------------------------------|-------------------------------|---------|------------------|-----------------------|
| 15.132.366,43                      | 7.264.097,01                  | 48,00   | 54,00            | 51,30                 |

Ressalte-se que o Poder Executivo cumpriu o limite legal normatizado pelo art. 20, III, b, da LC 101/2000 - LRF.

#### 1.2.5.6 – REPASSE PARA CÂMARA MUNICIPAL

Constatou-se que o Poder Executivo repassou para a Câmara Municipal, no período analisado, o montante de R\$ 515.304,00 (quinhentos e quinze mil, trezentos e quatro reais), que corresponde a 6,99% da receita efetiva do município no exercício anterior, que foi de R\$ 7.367.456,13 (sete milhões, trezentos e sessenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e treze centavos). Portanto, o prefeito municipal cumpriu o que estabelece o art. 29-A da Constituição Federal, que fixa o limite de até 7,00% não ferindo, consequentemente, o disposto no § 2º, I, do mesmo artigo.



**Fls. 12**

**1.2.7 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO**

As demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/64 foram alteradas pela Portaria STN 437/2012 e Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012 e estão apresentadas em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

**1.2.7.1 – CONSOLIDAÇÃO DOS BALANÇOS**

Através da análise das peças que compõem o balanço geral do município, foi constatada a devida consolidação dos valores referentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial de todas as entidades compreendidas no orçamento municipal para o exercício em referência.

**1.2.7.1.1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – RECEITA                     |                      |                         |                       |                       |
|--|----------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Títulos  | Previsão Inicial (a) | Previsão Atualizada (a) | Receita Realizada (b) | Saldo c = (b-a)       |
| <b>RECEITAS CORRENTES</b>                          | 15.075.332,81        | 15.075.332,81           | 15.791.482,47         | 716.149,66            |
| <b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>                          | 354.150,00           | 354.150,00              | 341.201,83            | (12.948,17)           |
| Impostos   | 341.000,00           | 341.000,00              | 333.087,38            | (7.912,62)            |
| Taxas  | 10.000,00            | 10.000,00               | 6.919,65              | (3.080,35)            |
| Contribuições de Melhoria                          | 3.150,00             | 3.150,00                | 1.194,80              | (1.955,20)            |
| <b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>                    | 417.500,00           | 417.500,00              | 782.777,09            | 365.277,09            |
| Contribuições Sociais                              | 291.500,00           | 291.500,00              | 659.116,04            | 367.616,04            |
| Contribuição de Iluminação Pública                 | 126.000,00           | 126.000,00              | 123.661,05            | (2.338,95)            |
| <b>RECEITA PATRIMONIAL</b>                         | 195.692,81           | 195.692,81              | 203.307,36            | 7.614,55              |
| Receita de Valores Mobiliários                     | 195.692,81           | 195.692,81              | 203.307,36            | 7.614,55              |
| <b>RECEITAS DE SERVIÇOS</b>                        | 452.550,00           | 452.550,00              | 287.479,70            | (165.070,30)          |
| <b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>                    | 13.606.740,00        | 13.606.740,00           | 13.911.921,60         | 305.181,60            |
| Transferências Intergovernamentais                 | 13.365.240,00        | 13.365.240,00           | 13.752.071,33         | 386.831,33            |
| Transferências de Convênios                        | 241.500,00           | 241.500,00              | 159.850,27            | (81.649,73)           |
| <b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>                   | 48.700,00            | 48.700,00               | 264.794,89            | 216.094,89            |
| Multas e Juros de Mora                             | 22.000,00            | 22.000,00               | 248.275,12            | 226.275,12            |
| Indenizações e Restituições                        | 21.500,00            | 21.500,00               | 15.687,27             | (5.812,73)            |
| Receitas Correntes Diversas                        | 5.200,00             | 5.200,00                | 832,50                | (4.367,50)            |
| <b>RECEITAS DE CAPITAL</b>                         | 4.485.667,19         | 4.485.667,19            | 1.195.296,64          | (3.290.370,55)        |
| <b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>                        | 105.000,00           | 105.000,00              | 0,00                  | (105.000,00)          |
| Operações de Crédito Internas                      | 105.000,00           | 105.000,00              | 0,00                  | (105.000,00)          |
| <b>ALIENAÇÃO DE BENS</b>                           | 21.000,00            | 21.000,00               | 0,00                  | (21.000,00)           |
| Alienação de Bens Móveis                           | 10.500,00            | 10.500,00               | 0,00                  | (10.500,00)           |
| Alienação de Bens Imóveis                          | 10.500,00            | 10.500,00               | 0,00                  | (10.500,00)           |
| <b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>                   | 4.359.667,19         | 4.359.667,19            | 1.195.296,64          | (3.164.370,55)        |
| Transferências de Convênios                        | 4.359.667,19         | 4.359.667,19            | 1.195.296,64          | (3.164.370,55)        |
| <b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)</b>                   | <b>19.561.000,00</b> | <b>19.561.000,00</b>    | <b>16.986.779,11</b>  | <b>(2.574.220,89)</b> |
| <b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)</b> | <b>19.561.000,00</b> | <b>19.561.000,00</b>    | <b>16.986.779,11</b>  | <b>(2.574.220,89)</b> |
| <b>TOTAL (V) = (III)</b>                           | <b>19.561.000,00</b> | <b>19.561.000,00</b>    | <b>16.986.779,11</b>  | <b>0,00</b>           |



**Fls. 13**

| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – DESPESA                        |                      |                        |                         |                         |                    |                              |
|---|----------------------|------------------------|-------------------------|-------------------------|--------------------|------------------------------|
| Títulos   | Dotação Inicial (d)  | Dotação Atualizada (e) | Despesas Empenhadas (f) | Despesas Liquidadas (g) | Despesas Pagas (h) | Saldo da Dotação (i) = (e-f) |
| <b>DESPESAS CORRENTES</b>                             | 13.671.423,34        | 15.175.438,94          | 13.398.566,07           | 13.369.982,07           | 12.989.981,16      | 1.776.872,87                 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS                            | 7.231.388,10         | 8.346.196,86           | 7.973.138,58            | 7.973.138,58            | 7.773.998,61       | 373.058,28                   |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES                             | 6.440.035,24         | 6.829.242,08           | 5.425.427,49            | 5.396.843,49            | 5.215.982,55       | 1.403.814,59                 |
| <b>DESPESAS DE CAPITAL</b>                            | 5.582.678,34         | 4.060.321,42           | 1.776.486,42            | 1.776.486,42            | 1.647.459,69       | 2.283.835,00                 |
| INVESTIMENTOS   | 5.425.178,34         | 3.775.473,56           | 1.492.428,76            | 1.492.428,76            | 1.368.778,20       | 2.283.044,80                 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA                                 | 157.500,00           | 284.847,86             | 284.057,66              | 284.057,66              | 278.681,49         | 790,20                       |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA                               | 147.728,32           | 112.728,32             | 0,00                    | 0,00                    | 0,00               | 112.728,32                   |
| RESERVA DO RPPS                                       | 55.000,00            | 22.000,00              | 0,00                    | 0,00                    | 0,00               | 22.000,00                    |
| <b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)</b>                     | 19.456.830,00        | 19.370.488,68          | 15.175.052,49           | 15.146.468,49           | 14.637.440,85      | 4.195.436,19                 |
| <b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI+VII)</b> | 19.456.830,00        | 19.370.488,68          | 15.175.052,49           | 15.146.468,49           | 14.637.440,85      | 4.195.436,19                 |
| <b>TOTAL (X) = (VIII + IX)</b>                        | <b>19.456.830,00</b> | 19.370.488,68          | 15.175.052,49           | 15.146.468,49           | 14.637.440,85      | 4.195.436,19                 |



**Fls. 14**

**1.2.7.1.2 – DO BALANÇO FINANCEIRO**

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

| BALANÇO FINANCEIRO                                    |                     |                        |  |                     |                        |
|---|---------------------|------------------------|--|---------------------|------------------------|
| INGRESSOS   |                     |                        | DISPÊNDIOS   |                     |                        |
| Títulos   | Exercício Atual R\$ | Exercício Anterior R\$ | Títulos  | Exercício Atual R\$ | Exercício Anterior R\$ |
| <b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)</b>                       | 17.292.829,01       | 0,00                   | <b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)</b>                       | 15.693.492,79       | 0,00                   |
| Ordinária   | 8.579.559,28        | 0,00                   | Ordinária  | 7.009.584,82        | 0,00                   |
| Vinculada   | 10.198.041,29       | 0,00                   | Vinculada  | 8.683.907,97        | 0,00                   |
| Recursos Vinculados à Educação                        | 5.466.643,44        | 0,00                   | Recursos Vinculados à Educação                         | 5.151.503,38        | 0,00                   |
| Recursos Vinculados à Saúde                           | 2.921.940,51        | 0,00                   | Recursos Vinculados à Saúde                            | 2.868.225,84        | 0,00                   |
| Recursos Vinculados à Seguridade Social               | 314.451,58          | 0,00                   | Recursos Vinculados à Seguridade Social                | 363.098,89          | 0,00                   |
| Outras Destinações de Recursos                        | 1.495.005,76        | 0,00                   | Outras Destinações de Recursos                         | 301.079,86          | 0,00                   |
| <b>(-) Deduções da Receita</b>                        | 1.484.771,56        | 0,00                   |  |                     |                        |
| Ordinária   | 1.484.771,56        | 0,00                   |  |                     |                        |
| <b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)</b>      | 2.123.830,86        | 0,00                   | <b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)</b>     | 2.123.830,86        | 0,00                   |
| TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | 2.123.830,86        | 0,00                   | TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | 2.123.830,86        | 0,00                   |
| <b>RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (III)</b>         | 2.240.912,52        | 0,00                   | <b>PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (VIII)</b>           | 2.824.180,83        | 0,00                   |
| Inscrição de Restos a Pagar Processados               | 28.584,00           | 0,00                   | Pagamentos de Restos a Pagar Processados               | 782.519,86          | 0,00                   |
| Inscrição de Restos a Pagar Não-Processados           | 509.027,64          | 0,00                   | Pagamentos de restos a Pagar Não-Processados           | 174.911,26          | 0,00                   |
| Depósitos Restituíveis e valores Vinculados           | 1.703.300,88        | 0,00                   | Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados            | 1.866.749,71        | 0,00                   |
| <b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)</b>               | 1.705.819,85        | 0,00                   | <b>SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)</b>              | 2.721.887,76        | 0,00                   |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                         | 1.705.819,85        | 0,00                   | Caixa e Equivalentes de Caixa                          | 2.721.887,76        | 0,00                   |
| <b>TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>                      | 23.363.392,24       | 0,00                   | <b>TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)</b>                    | 23.363.392,24       | 0,00                   |





**Fls. 15**

**1.2.7.1.3 – DO BALANÇO PATRIMONIAL**

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

| BALANÇO PATRIMONIAL  |                        |                       |  |                        |                       |
|--|------------------------|-----------------------|--|------------------------|-----------------------|
| Títulos  | Exercício Atual<br>R\$ | Exercício<br>Anterior | Títulos  | Exercício Atual<br>R\$ | Exercício<br>Anterior |
| <b>ATIVO CIRCULANTE</b>  | 2.798.736,80           | 1.878.155,46          | <b>PASSIVO CIRCULANTE</b>  | 559.876,76             | 974.692,52            |
| Caixa e Equivalentes de Caixa  | 2.721.887,76           | 1.705.819,85          | Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo | 204.516,14             | 209.267,56            |
| <b>Créditos a Curto Prazo</b>  | 76.849,04              | 172.335,61            | Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo                                     | 0,00                   | 0,00                  |
| Créditos Tributários a Receber   | 76.849,04              | 172.335,61            | Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo                                    | 304.203,50             | 572.976,50            |
| Dívida Ativa Tributária  | 0,00                   | 0,00                  | Demais Obrigações a Curto Prazo  | 51.157,12              | 192.448,46            |
| <b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>  | 4.364.830,18           | 2.803.481,48          | <b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>  | 184.033,36             | 211.675,84            |
| <b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>  | 0,00                   | 0,00                  | Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais                       | 32.811,09              | 60.453,57             |
| <b>Créditos a Longo Prazo</b>  | 0,00                   | 0,00                  | Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo                                     | 151.222,27             | 151.222,27            |
| <b>Imobilizado</b>   | 4.364.830,18           | 2.803.481,48          |  |                        |                       |
| Bens Móveis  | 1.344.903,83           | 1.018.584,78          |  |                        |                       |
| Bens Imóveis   | 3.019.926,35           | 1.784.896,70          | <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>  | 6.419.656,86           | 3.495.268,58          |
| (-) Depreciação/Amortização ou Exaustão Acumulada de Bens Imóveis  | 0,00                   | 0,00                  | Patrimônio Social/Capital Social   | 909.061,12             | 909.061,12            |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais  | 0,00                   | 0,00                  | <b>Resultados Acumulados</b>   | 5.510.595,74           | 2.586.207,46          |
| (-) Amortização Acumulada de Marcas, direitos e Patentes Industriais   | 0,00                   | 0,00                  | Resultado do Exercício   | 2.924.388,28           | 2.315.656,95          |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Patentes Industriais  | 0,00                   | 0,00                  | Resultado de Exercícios Anteriores   | 2.586.207,46           | 270.550,51            |
| <b>TOTAL</b>   | 7.163.566,98           | 4.681.636,94          | <b>TOTAL</b>   | 7.163.566,98           | 4.681.636,94          |
| Os ativos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelo seus valores totais:   |                        |                       |  |                        |                       |
| <b>ATIVO FINANCEIRO</b>  | 2.798.736,80           | 1.770.749,44          | <b>PASSIVO FINANCEIRO</b>  | 597.014,53             | 1.158.157,55          |
| <b>ATIVO PERMANENTE</b>  | 4.364.830,18           | 2.910.887,50          | <b>PASSIVO PERMANENTE</b>  | 184.033,36             | 211.675,84            |
| <b>SALDO PATRIMONIAL</b>   | 0,00                   | 0,00                  | <b>SALDO PATRIMONIAL</b>   | 6.382.519,09           | 3.311.803,55          |
| No quadro referente às compensações são incluídos os atos potenciais do ativo e do passivo que possam, imediata ou indiretamente, vir a afetar o patrimônio: |                        |                       |  |                        |                       |
| <b>Compensações</b>  | 0,00                   | 0,00                  | <b>Compensações</b>  | 575.368,99             | 318.953,81            |
| <b>Saldo dos Atos Potenciais do ativo</b>  | 0,00                   | 0,00                  | <b>Saldo dos Atos Potenciais do Passivo</b>                                    | 575.368,99             | 318.953,81            |
| <b>Execução dos Atos Potenciais Ativos</b>   | 0,00                   | 0,00                  | <b>Execução dos Atos Potenciais Passivos</b>                                   | 575.368,99             | 318.953,81            |
| Direitos Contratuais a Executar  | 0,00                   | 0,00                  | Obrigações Contratuais em Execução   | 575.368,99             | 318.953,81            |
| <b>TOTAL</b>   | 7.163.566,98           | 4.681.636,94          | <b>TOTAL</b>   | 7.738.935,97           | 5.000.590,75          |



**Fls. 16**

O quadro a seguir evidencia o superávit/déficit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício: 2016

| Destinação dos Recursos                   | Superávit/Déficit Financeiro |
|---|------------------------------|
| <b>ORDINÁRIA</b>                          |                              |
| <b>VINCULADA</b>                          | 0,00                         |
| Educação                                  |                              |
| Saúde                                     |                              |
| Previdência Social                        |                              |
| RGPS                                      |                              |
| Seguridade Social                         |                              |
| Outras Destinações Vinculadas de Recursos |                              |
| <b>TOTAL</b>                              | 0,00                         |

**1.2.7.1.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício:

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS                                |               |
|---|---------------|
| Títulos   | Valores       |
| <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>                          | 19.417.543,07 |
| <b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</b>                  | 341.201,83    |
| Impostos  | 333.087,38    |
| Taxas   | 6.919,65      |
| Contribuições de Melhoria   | 1.194,80      |
| <b>CONTRIBUIÇÕES</b>  | 1.088.826,99  |
| Contribuições de Intercenção no domínio econômico                   | 123.661,05    |
| Contribuições Sociais   | 965.165,94    |
| <b>EXPLORAÇÃO E VENDAS DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS</b>             | 287.479,70    |
| Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços               | 287.479,70    |
| <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS</b>              | 452.465,68    |
| Juros e Encargos de Mora  | 248.275,12    |
| Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras         | 203.307,36    |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas-Financeiras-Consolidação | 883,20        |
| <b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS</b>                        | 17.231.049,10 |
| Transferências Intragovernamentais                                  | 2.123.830,86  |
| Transferências Intergovernamentais                                  | 15.107.218,24 |
| <b>VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS</b>                              | 16.519,77     |
| Diversas Variações patrimoniais Aumentativas                        | 16.519,77     |
| <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>                           | 16.493.154,79 |
| <b>PESSOAL E ENCARGOS</b>   | 8.285.470,98  |
| Remuneração a Pessoal   | 7.078.024,87  |
| Encargos Patronais  | 937.285,43    |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos      | 270.160,68    |
| <b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS</b>                   | 210.531,98    |
| Aposentadorias e Reformas   | 34.320,00     |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais                   | 176.211,98    |
| <b>USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO</b>              | 5.323.615,98  |
| Uso de material de consumo  | 1.735.328,32  |
| Serviços  | 3.588.287,66  |
| <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</b>               | 279.690,03    |
| Variações Monetárias e Cambiais                                     | 28.438,89     |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras               | 251.251,14    |
| <b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS</b>                       | 2.123.830,86  |
| Transferências Intragovernamentais                                  | 2.123.830,86  |
| <b>TRIBUTÁRIAS</b>  | 145.371,15    |
| Contribuições   | 145.371,15    |
| <b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>                    | 124.643,81    |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas                         | 124.643,81    |
| <b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>                             | 2.924.388,28  |



**Fls. 17**

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS |              |
|-------------------------------------|--------------|
| Títulos                             | Valores      |
| Incorporação de Ativos              | 1.561.348,70 |
| Desincorporação de Passivos         | 284.057,66   |

**1.2.7.1.5 – DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA**

A Dívida Fundada Interna demonstra a movimentação dos compromissos assumidos pelo Poder Público Municipal que repercutirão no Patrimônio Público, por mais de um exercício financeiro, incluindo as operações de crédito a longo prazo e os débitos consolidados.

| AUTORIZAÇÕES  |     |                  | SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO | MOVIMENTO DO EXERCÍCIO |            | SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE |            |
|---|-----|------------------|------------------------------|------------------------|------------|---------------------------------|------------|
| Lei (Nº e Data)   | Qtd | Valor da Emissão |                              | Emissão                | Resgate    | Qtd                             | Valor      |
| PRECATÓRIOS A PAGAR: PRECAT. DE PESSOAL EXERC. ANTERIORES   |     |                  | 28.450,67                    |                        |            |                                 | 28.450,67  |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA: OUTROS CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS                               |     |                  | 151.222,27                   |                        |            |                                 | 151.222,27 |
| ENTIDADES CREDORAS: INSS - DÉBITO PARCELADO; FGTS - DÉBITO PARCELADO; OUTROS ENCARGOS SOCIAIS.      |     |                  | 0,00                         | 170.134,12             | 170.134,12 |                                 | 0,00       |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR: CONTRIB. PREVID.-DÉBITO PARCELADO; CONTRIB. SOCIAIS DÉB; CONTRIB.A RPPS. |     |                  | 32.002,90                    | 50.544,43              | 78.186,91  |                                 | 4.360,42   |



**Fls. 18**

**1.2.7.1.6 – DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE**

A movimentação ocorrida na Dívida Flutuante, ou Administrativa, do município, no exercício em questão, é demonstrada através deste anexo contábil:

| Títulos                    | Saldo do Exercício Anterior (R\$) | Movimento no Exercício (R\$) |              | Saldo para o Exercício Seguinte (R\$) |
|----------------------------|-----------------------------------|------------------------------|--------------|---------------------------------------|
|                            |                                   | Inscrição (R\$)              | Baixa (R\$)  |                                       |
| Restos a Pagar             | 965.984,89                        | 537.611,64                   | 957.431,12   | 546.165,41                            |
| Serviços de Dívida a Pagar | 0,00                              | 0,00                         | 0,00         | 0,00                                  |
| Depósitos                  | 192.172,66                        | 1.538.638,26                 | 1.679.961,80 | 50.849,12                             |
| Débitos de Tesouraria      | 0,00                              | 0,00                         | 0,00         | 0,00                                  |
| Outros (Diversos)          | 0,00                              | 0,00                         | 0,00         | 0,00                                  |
| Total                      | 1.158.157,55                      | 2.076.249,90                 | 2.637.392,92 | 597.014,53                            |

**QUE SEJAM APRESENTADAS JUSTIFICATIVAS PELO CONTROLADOR E CONTADOR, ACERCA DOS SALDOS DIFERENCIADOS AO CONFRONTAR O BALANÇO FINANCEIRO COM O DEMONSTRATIVO SUPRA:**

| RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS<br>BALANÇO FINANCEIRO | DÍVIDA FLUTUANTE<br>INSCRIÇÃO | DIFERENÇA      |
|---|-------------------------------|----------------|
| R\$ 2.240.912,52                                      | R\$ 2.076.249,90              | R\$ 164.662,62 |

| PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS<br>BALANÇO FINANCEIRO | DÍVIDA FLUTUANTE<br>BAIXA | DIFERENÇA      |
|---|---------------------------|----------------|
| R\$ 2.824.180,83                                    | R\$ 2.637.392,92          | R\$ 186.787,91 |



## **Fls. 19**

### **1.2.7.2 – OUTRAS INFORMAÇÕES**

#### **1.2.7.2.1 – AVALIAÇÃO DO MUNICÍPIO-PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**

Transparência nas contas públicas é um conceito indissociável de qualquer República Democrática de Direito. A obrigação de prefeitos, governadores e presidentes de disponibilizarem informações, para qualquer cidadão, sobre quanto arrecadam e gastam já existe, em tese, desde 1988, quando a atual Constituição entrou em vigor.

O Ministério Público Federal-MPF avaliou o município, o qual obteve as seguintes notas:

| Avaliação | Nota |
|-----------|------|
| 1ª        | 4,60 |
| 2ª        | 8,20 |

**Peça 2 – Fls. 196 - 205**

#### **1.2.7.2.2 IRREGULARIDADES NAS DEMONSTRAÇÕES APLICADAS AO SETOR PÚBLICO**

A lisura nos registros contábeis permite aos usuários da contabilidade satisfazer às necessidades da informação. Percebeu-se, nas DCASP's, a OMISSÃO do CONTROLADOR E CONTADOR na correta elaboração conforme descrição abaixo:

##### **1 – DCASP BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

Não atendimento ao PRINCÍPIO ORÇAMENTÁRIO DO EQUILÍBRIO no qual o valor da RECEITA PREVISTA deve ser IGUAL à DESPESA FIXADA, uma vez atender, necessariamente, ao Princípio do Equilíbrio.

Registra-se, também, a ausência de ZELO do Controlador e Contador em não atentarem para as divergências apontadas abaixo:

| <b>LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL</b> |                          |
|-------------------------------|--------------------------|
| <b>RECEITA PREVISTA</b>       | <b>DESPESA FIXADA</b>    |
| <b>R\$ 19.913.000,00</b>      | <b>R\$ 19.913.000,00</b> |

| <b>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO</b>       |                                  |
|-----------------------------------|----------------------------------|
| <b>PREVISÃO INICIAL - RECEITA</b> | <b>DOTAÇÃO INICIAL - DESPESA</b> |
| <b>R\$ 19.561.000,00</b>          | <b>R\$ 19.456.830,00</b>         |



## **Fls. 20**

### **2 – DCASP BALANÇO FINANCEIRO**

Ausente o preenchimento da coluna EXERCÍCIO ANTERIOR, tanto para os INGRESSOS como para os DISPÊNDIOS impossibilitando uma salutar análise comparativa.

Diante dos fatos relatados que ensejaram a ausência de registros fidedignos, que se faça cumprir os ditames do Art. 92, da Resolução TCE nº 905/09:

*Art. 53. Os contabilistas ou organizações contábeis que prestarem assessoria contábil à administração municipal serão responsabilizados pela ação ou omissão que venha configurar transgressão à Lei ou que venha importar em dano ou prejuízo ao erário, nos termos da Lei de nº 5.888/09 (Lei Orgânica do TCE-PI) e de outras legislações especiais.*

*Parágrafo único. A responsabilização referida no caput não exclui as representações ao Conselho Regional de Contabilidade, ao Ministério Público Estadual ou a qualquer outro órgão com atribuição de controle, a fim de que adotem as providências cabíveis em seus âmbitos de atuação.*

#### **1.2.7.2.3 - PARECER DA CONTROLADORIA INTERNA**

O controle interno é ferramenta indispensável à tranquilidade do gestor público. Por isso mesmo, dependem de servidores adequadamente preparados para o desempenho de suas tarefas normais e da execução de seu plano de ação.

Torna-se relevante que a Controladora Interna, ao emitir seu parecer, acerca da prestação de contas geral, assegure a legitimidade dos seus relatos e não seja omissa, nem cúmplice, diante das irregularidades realizadas pelo Contador.





**Fls. 21**

**2 – CONTAS DE GESTÃO**

**2.1 – PODER EXECUTIVO**

**2.1.1 – PREFEITURA MUNICIPAL**

**Gestor:** Paula Miranda Amorim Araújo

**Período da Gestão:** 02/01 - 31/12/2016

**Responsável Contábil:** Antônio de Pádua Bezerra Pereira CRC Nº: 4.197/0-5

**Controlador:** Nelson Mendes de Menezes Filho

**2.1.1.1 – DESPESAS**

**2.1.1.1.1 – LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Em consulta às despesas realizadas no período, em confronto com os procedimentos prévios necessários à regular contratação, conforme legislação regulamentadora das licitações e contratos no âmbito da Administração Pública, constatou-se a inexistência de processos alusivos aos dispêndios abaixo discriminados.

A) Despesas realizadas no período sem os respectivos processos licitatórios, extraídas do processo administrativo examinado.

| Emp   | Data       | Credor                          | (R\$)             | Fonte de Recurso |
|---|------------|---------------------------------|-------------------|------------------|
| <b>AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS</b>  |            |                                 |                   |                  |
| 701041  | 01/07/2016 | Ramos e Christoffel Ltda.       | 17.410,32         | TESOURO          |
| <b>TOTAL</b>  |            |                                 | <b>17.410,32</b>  |                  |
| <b>O montante, durante o exercício, importou em R\$ 244.933,13</b>                              |            |                                 |                   |                  |
| <b>CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE</b>   |            |                                 |                   |                  |
| 218001  | 18/02/2016 | F & W CONSTRUÇÕES LTDA          | 121.684,68        | EDUCAÇÃO         |
| <b>TOTAL</b>  |            |                                 | <b>121.684,68</b> |                  |
| <b>O montante, durante o exercício, importou em R\$ 234.560,57</b>                              |            |                                 |                   |                  |
| <b>SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO</b>   |            |                                 |                   |                  |
| 729016  | 29/07/2016 | L. A. LUSTOSA VIEIRA ME         | 32.821,70         | TESOURO          |
| <b>TOTAL</b>  |            |                                 | <b>32.821,70</b>  |                  |
| <b>O montante, durante o exercício, importou em R\$ 401.221,85.</b>                             |            |                                 |                   |                  |
| <b>MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO E TRANSPORTE DE PIÇARRA.</b> |            |                                 |                   |                  |
| 229002  | 29/02/2016 | A. M. DA PACIÊNCIA              | 31.796,80         | TESOURO          |
| <b>TOTAL</b>  |            |                                 | <b>31.796,80</b>  |                  |
| <b>O montante, durante o exercício, importou em R\$ 283812,30</b>                               |            |                                 |                   |                  |
| <b>SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA OU CONSULTORIA JURIDICA</b>                                  |            |                                 |                   |                  |
| 104058  | 04/01/2016 | MARCOS ANTONIO DE SOUZA ARAUJO  | 102.000,00        | TESOURO          |
| 104059  | 04/01/2016 | CARLOS DOUGLAS DOS SANTOS ALVES | 69.504,00         | TESOURO          |
| <b>TOTAL</b>  |            |                                 | <b>171.504,00</b> |                  |
| <b>TRANSPORTE DE ALUNOS</b>   |            |                                 |                   |                  |
| 601010  | 01/06/2016 | GEOVANI MENDES MENESES - MEE    | 25.746,20         | TESOURO          |
| <b>TOTAL</b>  |            |                                 | <b>25.746,20</b>  |                  |
| <b>O montante, durante o exercício, importou em R\$ 344.776,70</b>                              |            |                                 |                   |                  |
| <b>Serviço de Contabilidade</b>   |            |                                 |                   |                  |
| 104060  | 04/01/2016 | SCP ASSESSORIA CONTÁBIL         | 78.000,00         | TESOURO          |
| <b>TOTAL</b>  |            |                                 | <b>78.000,00</b>  |                  |



## Fls. 22

A fim de comprovar a regularidade dos gastos, o gestor deverá comprovar a realização das licitações que subsidiaram as contratações, por meio do encaminhamento a esta Corte de Contas de cópia da seguinte documentação correlata: comprovantes de publicação na imprensa oficial e, quando for o caso, em jornal de grande circulação, dos avisos de licitação e dos extratos de contrato, que devem conter os elementos consignados na Instrução Normativa TCE/PI nº 01/2013 (alterada pela Instrução Normativa TCE/PI 03/2015, publicada no DOE-TCE/PI de 04 de maio de 2015) atas de reunião para julgamento da habilitação e propostas de preço, que identifiquem os participantes do certame e os responsáveis pelo julgamento; propostas de preço dos licitantes vencedores das respectivas licitações.

Ademais, a fim de observar o disposto na Resolução TCE/PI nº 39/2015, especialmente no art. 34 e ss., deverá ser efetuado o cadastramento e finalização dos respectivos procedimentos licitatórios no Sistema Licitações Web.

### 2.1.1.1.2 – OUTRAS OCORRÊNCIAS

#### 2.1.1.1.2.1 – DÉBITO COM A AGESPISA

Comprovou-se, por meio do Ofício DIP/GAPRE nº 138/17, originária da AGESPISA – ÁGUAS E ESGOTO DO PIAUÍ S/A, que o município, até 31/12/16, se encontra com um débito, pela prestação de serviço de fornecimento de água, importando em R\$ 86.569,00 (Oitenta e seis mil quinhentos e sessenta e nove reais).

Registra-se a REINCIDÊNCIA da Contabilidade em não ter efetuado o controle da dívida no Demonstrativo da Dívida Fundada, bem como a omissão do Controlador em não atentar para a situação e emitir parecer totalmente desprovido de legitimidade.

**Peça 2 – Fls. 192 – 197**

#### 2.1.1.1.2.2 - LICITAÇÕES NÃO FINALIZADAS NO SISTEMA “LICITAÇÕES WEB”

Constatou-se que 02 (dois) processos licitatórios, na modalidade Convite, não foram FINALIZADOS no Sistema Licitações WEB, não havendo, portanto, indicação dos vencedores e consequentemente implicando em irregularidade. Que seja apresentada justificativa, tendo em vista que o Tribunal de Contas do Estado do Piauí, através da Resolução TCE nº 39/15, artigos 39 e 40, estabelece o seguinte:

*"Art. 39. Até 30(trinta) dias após a homologação de cada procedimento licitatório deverá o responsável proceder à sua FINALIZAÇÃO nos sistemas Licitações e Contratos WEB, informando o licitante vencedor e o valor total de sua proposta.*

*"Art. 40. Na hipótese de anulação ou de revogação de procedimento licitatório, deverá o responsável efetuar o cancelamento do respectivo cadastro no Sistema Licitações Web no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o ato de anulação ou revogação, prestando as necessárias notas explicativas.*

| C/C Nº 03/16  | C/C Nº 09/16  |
|---|---|
| OBJETO: Contratação de empresa pertinente ao ramo, para executar o serviço de roço mecanizado nas margens de estradas vicinais. | OBJETO: Contratação de 01 veículo automotor para transportes nas diversas localidades do município. |

**Peça 2 – Fls. 188 - 191**



## **Fls. 23**

### **2.1.1.3 – INSPEÇÕES/AUDITORIAS**

#### **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A autorização para realização desta inspeção consta como parte integrante do Plano Anual de Fiscalização Concomitante da DFAM, para o exercício de 2016, aprovado na Sessão Plenária Ordinária nº 43 de 12 de novembro de 2015, Decisão Plenária nº 1.008/2015.

#### **2. OBJETIVO**

O objetivo geral da inspeção foi verificar o funcionamento do município quanto a emissão de decretos orçamentários, funcionamento do setor de pessoal quanto aos registros e encaminhamentos de informações dos servidores ao TCE, arrecadação e registros de receitas próprias, neste caso, foi selecionado o IPTU, oferecimento de transporte escolar e controles exercido pelo controle interno, principalmente, sobre o serviço de transporte escolar.

#### **3. ABRANGÊNCIA**

A inspeção correspondeu a atos e despesas do período de janeiro a maio de 2016 e foi realizada no dia 10 de maio de 2016, autorizada pela Portaria TCE nº 273/16.

#### **4. RESULTADO**

O resultado da inspeção será apresentado por área e setor selecionados para análise.

##### **4.1. Secretaria de Administração**

##### **4.1.1. Setor Orçamentário**

##### **4.1.1.1. Créditos Suplementares**

A Lei Orçamentária Anual - LOA (Lei nº 159/2015), em seu art. 4º, autorizou, para o exercício de 2016, a abertura de créditos suplementares até o limite ABSURDO de 50% do total da despesa fixada que importou em R\$ 19.913.000,00 (Dezenove milhões, novecentos e treze mil reais).

A autorização absurda, por parte do Poder Legislativo, foi comentada no item 1.1.3 do Relatório de Análise da Prestação de Contas Municipal.

A equipe de inspeção solicitou a apresentação de decretos suplementares expedidos pelo Município, assim como as respectivas publicações, sendo entregues, apenas os expedidos em janeiro e fevereiro. Ressalta-se a não disponibilização, na sede da Prefeitura, dos Decretos, com as devidas publicações, abaixo:

| Lei/Decreto |            | Créditos Adicionais |            | Fonte de Recurso (R\$) |                        |                     |                |
|-------------|------------|---------------------|------------|------------------------|------------------------|---------------------|----------------|
| Nº          | Data       | Discriminação       | R\$        | Superávit Financeiro   | Excesso de Arrecadação | Anulação de Dotação | Op. de Crédito |
| 159/003     | 01/03/2016 | SUPLEMENTAÇÃO       | 36.500,00  | 0,00                   | 0,00                   | 36.500,00           | 0,00           |
| 159/004     | 01/04/2016 | SUPLEMENTAÇÃO       | 140.468,72 | 0,00                   | 0,00                   | 140.468,72          | 0,00           |
| 159/005     | 02/05/2016 | SUPLEMENTAÇÃO       | 297.231,58 | 0,00                   | 0,00                   | 297.231,58          | 0,00           |

**Ressalta-se que a não publicação contraria o art. 5º da Instrução Normativa TCE 03/2015, o qual regula o prazo de 10 (dez) dias para publicação das Leis, Decretos e Aos Normativos em geral.**



## Fls. 24

### 4.1.2 Secretaria de Finanças

#### 4.1.2.1 Arrecadação de Receitas Próprias

O Município de Brasileira dispõe de um Código Tributário antigo, datado de 03 de dezembro de 2003, sendo recomendada sua revisão para a devida atualização.

Ao questionamento realizado acerca da arrecadação dos tributos, de competência municipal, constatou-se a disponibilização de um sistema que gera o RELATÓRIO DE ARRECAÇÃO DOS CONVÊNIOS POR TRIBUTOS (semanal, mensal e/ou anual), sendo destacada a receita com o IPTU (R\$ 11.293,83) e o ITBI (R\$ 4.754,56) referente ao período de 01/01/16 até 30/04/16.

### 4.1.3 Secretaria de Educação

#### 4.1.4.1 Transporte Escolar

Segundo informações da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no exercício de 2016, o Município de Brasileira possui 1.242 alunos matriculados, distribuídos nos seguintes níveis de ensino:

| Alunos matriculados | Alunos matriculados Educação Infantil | Alunos matriculados Ensino Fundamental | Alunos dependem transporte escolar |
|---------------------|---------------------------------------|--|------------------------------------|
| 1.242               | 286                                   | 956                                    | 472                                |

Fonte:

Os 427 alunos são transportados até suas respectivas Unidades Educacionais em 29 veículos (ônibus, micro-ônibus, vans e veículos pequenos) locados por meio da Tomada de Preço nº 02/15. O vencedor do certame foi GEOVANI MENDES DE MENESES-ME((CNPJ nº 08.647.823/0001-15)), nome de fantasia MENESES TRANSPORTES E VARIEDADES, cujo contrato foi firmado em 09 de fevereiro de 2015, com o respectivo Aditivo Contratual nº 01, datado de 10 de janeiro de 2016, passando a ter vigência para efeitos de pagamentos até 09 de janeiro de 2017.

Durante o exercício de 2016 identificou-se o empenhamento de R\$ 382.838,10 (Trezentos e oitenta e dois mil, oitocentos e trinta e oito reais e dez centavos) e o pagamento de R\$ 362.355,00 (Trezentos e sessenta e dois mil, trezentos e cinquenta e cinco reais) à empresa sobredita.

| RELAÇÃO DE ROTA  | TIPO DE CARRO | PLACA     |
|--|---------------|-----------|
| Saco dos Polidórios/Angical de Dentro/Lagoa do Barro/Agrovilha - Manhã | Besta         | JJZ 2184  |
| Saco dos Polidórios/Angical de Dentro/Lagoa do Barro/Agrovilha - Tarde | Besta         | JJZ 2184  |
| Lama Preta/Chapada Grande/Poção/Mocambinho/Lama Preta - Manhã          | Ônibus        | HVU 4357  |
| Lama Preta/Chapada Grande/Poção/Mocambinho/Lama Preta - Tarde          | Ônibus        | HVU 4357  |
| Gangorra/Piçarra/Gangorra - Manhã                                      | Ônibus        | BPY 6914  |
| Gangorra/Piçarra/Gangorra - Tarde                                      | Ônibus        | BPY 6914  |
| Currais/Cedro/Mocambinho/Currais - Manhã                               | Micro-ônibus  | SEM PLACA |
| Currais/Cedro/Mocambinho/Currais - Tarde                               | Micro-ônibus  | SEM PLACA |
| Sambaíba/Tabuleiro/Angico Branco/Piçarra/Tabuleiro/Sambaíba - Manhã    | Kombi         | LWC 4063  |
| Sambaíba/Tabuleiro/Angico Branco/Piçarra/Tabuleiro/Sambaíba - Tarde    | Kombi         | LWC 4063  |
| Estremas/Data Veados/Estremas - Manhã                                  | Sprint        | CRH 4792  |
| Estremas/Data Veados/Estremas - Tarde                                  | Sprint        | CRH 4792  |



**Fls. 25**

| <b>RELAÇÃO DE ROTA</b>  | <b>TIPO DE CARRO</b> | <b>PLACA</b> |
|---|----------------------|--------------|
| Data Veados/Saco dos Polidórios/Data Veados - Tarde   | Sprint               | SEM PLACA    |
| Data Veados/Brasileira/Data Veados - Manhã  | Ônibus               | SEM PLACA    |
| Residencial Mão Santa/Frecheira/Esc. Adalgiza/Esc. Gil Meneses/Frecheira/Residencial Mão Santa - Manhã  | Ônibus               | SEM PLACA    |
| Mocambinho/Poção/Brasileira - Noite   | Ônibus               | SEM PLACA    |
| Lama Preta/Chapada Grande/Poção/Lama Preta - Noite  | Fiat Uno             | SEM PLACA    |
| Tabuleiro/Brasileira/Tabuleiro - Noite  | Ônibus               | HVU 4357     |
| Assentamento Boa Esperança/Assentamento Santa Teresa/Palmeira da Emília/Assentamento Santa Isabel/Brasileira/Assentamento Boa Esperança - Manhã | Ônibus               | SEM PLACA    |
| Assentamento Boa Esperança/Assentamento Santa Teresa/Palmeira da Emília/Assentamento Santa Isabel/Brasileira/Assentamento Boa Esperança - Tarde | Ônibus               | SEM PLACA    |
| São Luís/Santo Amaro/Iús/Santo Amaro/São Luís   | Gol                  | OUT 3200     |
| Pé da Ladeira/Iús/Palmeira/Pau D'Arco/Brasileira/Pau D'Arco/Iús/Pé de Ladeira - Tarde   | Ônibus               | SEM PLACA    |
| Mata do Lima/Chapadinha/Brasileira/Mata do Lima - Tarde   | Ônibus               | SEM PLACA    |
| Mata do Lima/Chapadinha/Brasileira/Mata do Lima - Noite   | Ônibus               | SEM PLACA    |
| Gado Bravo/Brasileira/Gado Bravo - Manhã  | Ônibus               | SEM PLACA    |
| Mata do Lima/Conceição/Gado Bravo/Mata do Lima - Manhã  | Corsa                | LVW 7223     |
| Assentamento Canaã/Oiticica/Residencial Dona Peta/Esc. Gil Meneses/Escola Adalgisa/Assentamento Canaã - Manhã                                   | Ônibus               | VXA 0127     |
| Assentamento Canaã/Oiticica/Residencial Dona Peta/Esc. Gil Meneses/Escola Adalgisa/Assentamento Canaã - Tarde                                   | Ônibus               | VXA 0127     |
| Beleza/Ipê da Ladeira/Iús/Pé da Ladeira/Beleza - Manhã  | Fiat Uno             | SEM PLACA    |

Registra-se que nem a Administração Municipal nem os proprietários dos veículos dispunham de cópias das subcontratações no momento da inspeção. A Administração Municipal alegou que a responsabilidade pela contratação era da empresa vencedora do certame, sendo assim, não via necessidade de ter em seus arquivos cópias das subcontratações.



**Fls. 26**

**2.1.2 – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEB**

**Gestor:** Alenildo de Sousa Melo

**Período da Gestão:** 02/01 - 11/04/2016

**Responsável Contábil:** Antônio de Pádua Bezerra Pereira CRC Nº: 4.197/0-5

**2.1.2.1 – DESPESAS**

**2.1.2.1.1 – LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Em consulta às despesas realizadas no período, em confronto com os procedimentos prévios necessários à regular contratação, conforme legislação regulamentadora das licitações e contratos no âmbito da Administração Pública, constatou-se a inexistência de processos alusivos aos dispêndios abaixo discriminados.

A) Despesas realizadas no período sem os respectivos processos licitatórios extraídas do processo administrativo examinado:

| Emp  | Data       | Credor                    | Valor (R\$) | Fonte de Recurso |
|--|------------|---------------------------|-------------|------------------|
| <b>COMBUSTÍVEIS</b>  |            |                           |             |                  |
| 401014   | 01/04/2016 | Ramos e Christoffel Ltda. | 30.523,29   |                  |
| <b>TOTAL</b>   |            |                           | 30.523,29   |                  |
| <b>O montante, durante o exercício, importou em R\$ 90.791,50.</b> |            |                           |             |                  |

**Peça 3 – Fls. 01 – 22**

A fim de comprovar a regularidade dos gastos, o gestor deverá comprovar a realização da licitação que subsidiou a contratação, por meio do encaminhamento a esta Corte de Contas de cópia da seguinte documentação correlata: comprovantes de publicação na imprensa oficial e, quando for o caso, em jornal de grande circulação, dos avisos de licitação e dos extratos de contrato, que devem conter os elementos consignados na Instrução Normativa TCE/PI nº 01/2013 (alterada pela Instrução Normativa TCE/PI 03/2015, publicada no DOE-TCE/PI de 04 de maio de 2015) atas de reunião para julgamento da habilitação e propostas de preço, que identifiquem os participantes do certame e os responsáveis pelo julgamento; propostas de preço dos licitantes vencedores das respectivas licitações.

Ademais, a fim de observar o disposto na Resolução TCE/PI nº 39/2015, especialmente no art. 34 e ss., deverá ser efetuado o cadastramento e finalização dos respectivos procedimentos licitatórios no Sistema Licitações Web.





## Fls. 27

### 2.1.3 – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEB

**Gestor:** Elisangela Cardoso dos Santos

**Período da Gestão:** 12/04 - 31/12/2016

**Responsável Contábil:** Antônio de Pádua Bezerra Pereira CRC Nº: 4.197/0-5

#### 2.1.3.1 – CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB

Durante o exercício, o município contribuiu para a formação do FUNDEB com 20,00% das receitas discriminadas a seguir, representando o montante de R\$ 1.484.771,56 (um milhão, quatrocentos e oitenta e quatro mil, setecentos e setenta e um reais e cinquenta e seis centavos), conforme quadro:

| Especificação                                       | Valor (R\$)         | Contribuição Compulsória (R\$) |
|---|---------------------|--------------------------------|
| FPM - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b | 7.009.996,29        | (1.305.644,55)                 |
| ICMS  | 888.344,22          | (177.668,65)                   |
| ICMS-Desoneração – L.C. Nº 87/2016                  | 1.544,04            | (308,76)                       |
| IPI-Exportação                                      | 184,55              | 0,00                           |
| IPVA  | 107.714,89          | 0,00                           |
| ITR   | 5.748,44            | (1.149,60)                     |
| <b>Total Receita</b>                                | <b>8.013.532,43</b> | <b>(1.484.771,56)</b>          |

#### 2.1.3.2 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB

O município recebeu, no exercício, recursos do FUNDEB, no montante de R\$ 4.323.250,14 (quatro milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e cinquenta reais e quatorze centavos), composto da seguinte forma:

| Especificação  | Valor (R\$)         |
|--|---------------------|
| (+) Transferências de Recursos do FUNDEB (A)               | 3.347.759,55        |
| (+) Complementação da União ao FUNDEB                      | 970.778,75          |
| (+) Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB | 4.711,84            |
| (=) Receitas Recebidas do FUNDEB                           | 4.323.250,14        |
| (-) Contribuição Compulsória (B)                           | (1.484.771,56)      |
| <b>(=) Ganho do FUNDEB (A-B)</b>                           | <b>1.862.987,99</b> |

\* Ganho do FUNDEB calculado conforme Item 12, página 343, do Manual de Demonstrativos Fiscais - 6ª Edição.

#### 2.1.3.3 – DESPESAS DO FUNDEB

Foram executadas, no exercício, despesas relacionadas ao FUNDEB, no montante de R\$ 4.401.209,24 (quatro milhões, quatrocentos e um mil, duzentos e nove reais e vinte e quatro centavos), detalhadas da seguinte forma:

| Especificação  | Valor (R\$)         |
|--|---------------------|
| Despesas com remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, em efetivo exercício (FUNDEB 60%) | 3.003.998,71        |
| Despesas com a educação básica não relacionadas no item anterior (FUNDEB 40%)                                  | 1.397.210,53        |
| <b>Total das Despesas do FUNDEB (C)</b>  | <b>4.401.209,24</b> |



## Fls. 28

### 2.1.3.4 – INDICADORES E LIMITES DO FUNDEB

Para fins de apuração do limite mínimo de 60% destinado ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, e comparação com o limite máximo de 40% destinado ao pagamento de outras despesas de manutenção e desenvolvimento da educação básica, segue detalhamento das deduções para cálculo dos referidos limites e seus respectivos indicadores percentuais, além dos recursos não aplicados no exercício a serem executados nos termos do art. 21, § 2º, da Lei 11.494, de 20/06/2007:

| <b>Deduções para fins do limite do FUNDEB</b>  | <b>Valor (R\$)</b>  |
|--|---------------------|
| (-) Restos a Pagar Inscritos no Exercício Sem Disponibilidade Financeira de Recursos do FUNDEB | 0,00                |
| (-) Despesas Custeadas com Superávit Financeiro do Exercício Anterior do FUNDEB                | 0,00                |
| (-) Total das Deduções para Fins de Limites do FUNDEB (D)                                      | 0,00                |
| <b>Total das Despesas do FUNDEB para Fins de Limite (C – D)</b>                                | <b>4.401.209,24</b> |
| <b>Indicadores do FUNDEB</b>   | <b>%</b>            |
| Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério   | 69,48               |
| Máximo de 40% em despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério                            | 32,32               |
| Máximo de 5% não aplicado no exercício (art. 21, § 2º, da Lei 11.494, de 20/06/2007)           | (1,80)              |

O indicador “Máximo de 5% não aplicado no exercício”, apurado conforme o quadro acima, apresenta valor negativo, indicando que o ente pode possuir Restos a Pagar Inscritos no Exercício Sem Disponibilidade Financeira de Recursos do FUNDEB e/ou Despesas Custeadas com Superávit Financeiro do Exercício Anterior do FUNDEB não informados corretamente nas prestações de contas enviadas a este Tribunal.

### 2.1.3.5 – FLUXO FINANCEIRO DO FUNDEB

A seguir é apresentada a movimentação financeira dos recursos vinculados ao FUNDEB, indicando o saldo financeiro advindo do exercício anterior, os ingressos e dispêndios realizados no exercício, e por fim, o saldo financeiro disponível.

| <b>Especificação</b>  | <b>Valor (R\$)</b> |
|---|--------------------|
| Saldo Financeiro em 31 de Dezembro do Exercício Anterior        | 970,74             |
| (+) Ingresso de Recursos até o Bimestre                         | 4.318.538,30       |
| (-) Pagamentos Efetuados até o Bimestre                         | 4.284.688,12       |
| (-) Orçamento do Exercício                                      | 4.284.688,12       |
| (-) Restos a Pagar  | 0,00               |
| (+) Receita de Aplicação Financeira dos Recursos até o Bimestre | 4.711,84           |
| <b>(=) Saldo Financeiro no Exercício Atual</b>                  | <b>39.532,76</b>   |



## Fls. 29

Durante análise técnica para apuração e cálculo dos limites constitucionais e legais descritos neste item, constatarem-se divergências nos valores informados nas prestações de contas enviadas através do sistema SAGRES-Contábil, detalhadas como segue:

| Relação de Divergências entre SAGRES-Contábil e Balanço Geral (Documentação Web)                 |                               |                               |
|--|-------------------------------|-------------------------------|
| Especificação  | Valor - SAGRES-Contábil (R\$) | Valor - Análise Técnica (R\$) |
| RECEITAS DO FUNDEB/11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB/PREVISÃO INICIAL                   | 0,00                          | 3.175.500,00                  |
| RECEITAS DO FUNDEB/11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB/PREVISÃO ATUALIZADA                | 0,00                          | 3.175.500,00                  |
| RECEITAS DO FUNDEB/11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB/RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre | 0,00                          | 3.347.759,55                  |
| DESPESAS DO FUNDEB/13.2- Com Ensino Fundamental/DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre               | 2.893.368,90                  | 3.003.998,71                  |
| DESPESAS DO FUNDEB/13.2- Com Ensino Fundamental/DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre               | 2.893.368,90                  | 3.003.998,71                  |

Ressalta-se que, para fins de cálculo dos limites constitucionais e legais, foram considerados os valores apurados conforme análise técnica. Destaca-se, ainda, que a ocorrência tratada neste tópico demonstra não observância do disposto no art. 5º da Resolução TCE/PI nº 39, de 10 de dezembro de 2015.

### 2.1.3.6 – GASTOS COM OS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Conforme evidenciado em demonstrativo abaixo, o município aplicou, no exercício, na remuneração dos profissionais do magistério, na educação básica, o montante de R\$ 3.114.628,52 (três milhões, cento e quatorze mil, seiscentos e vinte e oito reais e cinquenta e dois centavos), representando 73,58% dos recursos recebidos pelo FUNDEB, cumprindo o estabelecido no art. 60, § 5º do ADCT e no art. 22º, da Lei Federal nº 11.494/07.

| (A) Recursos FUNDEB | (B) Gastos com Magistério | % (B/A) |
|---------------------|---------------------------|---------|
| 4.323.250,14        | 3.114.628,52              | 73,58   |

Informa-se que foi adicionada aos gastos com pessoal a importância de R\$ 110.629,81 (Cento e dez mil, seiscentos e vinte e nove reais, oitenta e um centavos), provenientes dos pagamentos aos professores substitutos, classificados erroneamente na natureza da despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física, nas despesas com o FUNDEB.

Fonte: Demonstrativo da Execução Orçamentária da Despesa  
Peça 1 – Fls. 173 - 176



## Fls. 30

### 2.1.3.2 – DESPESAS

#### 2.1.3.2.1 – LICITAÇÕES E CONTRATOS

Em consulta às despesas realizadas no período, em confronto com os procedimentos prévios necessários à regular contratação, conforme legislação regulamentadora das licitações e contratos no âmbito da Administração Pública, constatou-se a inexistência de processos alusivos aos dispêndios abaixo discriminados.

A) Despesas realizadas no período sem os respectivos processos licitatórios, extraídas do processo administrativo examinado.

| Emp  | Data       | Credor                    | (R\$)     | Fonte de Recurso |
|--|------------|---------------------------|-----------|------------------|
| <b>COMBUSTÍVEIS</b>  |            |                           |           |                  |
| 817019   | 17/08/2016 | Ramos e Christoffel Ltda. | 25.235,48 |                  |
| <b>TOTAL</b>   |            |                           | 25.235,48 |                  |
| O montante, durante o exercício, importou em R\$ 166.893,52. |            |                           |           |                  |

#### Peça 3 – Fls. 01 – 22

A fim de comprovar a regularidade dos gastos, o gestor deverá comprovar a realização das licitações que subsidiaram as contratações, por meio do encaminhamento a esta Corte de Contas de cópia da seguinte documentação correlata: comprovantes de publicação na imprensa oficial e, quando for o caso, em jornal de grande circulação, dos avisos de licitação e dos extratos de contrato, que devem conter os elementos consignados na Instrução Normativa TCE/PI nº 01/2013 (alterada pela Instrução Normativa TCE/PI 03/2015, publicada no DOE-TCE/PI de 04 de maio de 2015) atas de reunião para julgamento da habilitação e propostas de preço, que identifiquem os participantes do certame e os responsáveis pelo julgamento; propostas de preço dos licitantes vencedores das respectivas licitações.

Ademais, a fim de observar o disposto na Resolução TCE/PI nº 39/2015, especialmente no art. 34 e ss., deverá ser efetuado o cadastramento e finalização dos respectivos procedimentos licitatórios no Sistema Licitações Web.

#### 2.1.3.2.2 – OUTRAS OCORRÊNCIAS

##### 2.1.3.2.2.1 – DIVERGÊNCIAS NO SALDO FINAL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

As disponibilidades bancárias, apuradas ao final do exercício, por meio dos saldos existentes deveram estar compatíveis com os registros contábeis para confirmar sua fidedignidade.

Registra-se a incompatibilidade dos saldos bancários ao confrontar com os extratos x MDE x Sagres:

| EXTRATOS BANCÁRIOS | RREO – ANEXO VIII – MDE | SAGRES 2016   |
|--------------------|-------------------------|---------------|
| R\$ 117.015,24     | R\$ 106.419,53          | R\$ 39.532,76 |

Torna-se relevante a justificativa por parte do Profissional Contábil, acerca das diferenças observadas, bem como a omissão do Controlador ao assinar um Parecer totalmente comprometido por falhas gritantes apresentadas.

#### Peça 2 – Fls. 163 – 167 e 180 - 186



## 2.1.4 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

**Gestor:** Maria dos Remédios Veras de Araújo Meneses

**Período da Gestão:** 02/01 - 31/12/2016

**Responsável Contábil:** Antônio de Pádua Bezerra Pereira CRC Nº: 4.197/0-5

### 2.1.4.1 – DESPESAS

#### 2.1.4.1.1 – LICITAÇÕES E CONTRATOS

Em consulta às despesas realizadas no período, em confronto com os procedimentos prévios necessários à regular contratação, conforme legislação regulamentadora das licitações e contratos no âmbito da Administração Pública, constatou-se a inexistência de processos alusivos aos dispêndios abaixo discriminados.

A) Despesas realizadas no período sem os respectivos processos licitatórios extraídas do processo administrativo examinado.

| Emp   | Data       | Credor                                  | Valor (R\$)      | Fonte de Recurso |
|---|------------|---|------------------|------------------|
| <b>COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES</b>                                       |            |   |                  |                  |
| 701026  | 01/07/2016 | Ramos e Christoffel Ltda.               | 14.218,10        |                  |
| <b>TOTAL</b>  |            |   | <b>14.218,10</b> |                  |
| <b>O montante gasto, durante o exercício, importou em R\$ 180.576,93,</b> |            |   |                  |                  |
| <b>MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL</b>                     |            |   |                  |                  |
| 502036  | 02/05/2016 | DIST. DE MEDICAMENTOS SAUDE E VIDA LTDA | 28.476,00        |                  |
| <b>TOTAL</b>  |            |   | <b>28.476,00</b> |                  |
| <b>O montante gasto, durante o exercício, importou em R\$ 204.597,80</b>  |            |   |                  |                  |
| <b>MED.DO SERV. DE CONST. DA UBS.</b>                                     |            |   |                  |                  |
| 902009  | 02/09/2016 | L. A. LUSTOSA VIEIRA ME                 | 68.985,51        |                  |
| <b>TOTAL</b>  |            |   | <b>68.985,51</b> |                  |
| <b>O montante gasto, durante o exercício, importou em R\$ 698.689,12</b>  |            |   |                  |                  |

**Peça 3 – Fls. 01 - 22**

A fim de comprovar a regularidade dos gastos, o gestor deverá comprovar a realização das licitações que subsidiaram as contratações, por meio do encaminhamento a esta Corte de Contas de cópia da seguinte documentação correlata: comprovantes de publicação na imprensa oficial e, quando for o caso, em jornal de grande circulação, dos avisos de licitação e dos extratos de contrato, que devem conter os elementos consignados na Instrução Normativa TCE/PI nº 01/2013 (alterada pela Instrução Normativa TCE/PI 03/2015, publicada no DOE-TCE/PI de 04 de maio de 2015) atas de reunião para julgamento da habilitação e propostas de preço, que identifiquem os participantes do certame e os responsáveis pelo julgamento; propostas de preço dos licitantes vencedores das respectivas licitações.

Ademais, a fim de observar o disposto na Resolução TCE/PI nº 39/2015, especialmente no art. 34 e ss., deverá ser efetuado o cadastramento e finalização dos respectivos procedimentos licitatórios no Sistema Licitações Web.



**Fls. 32**

B) Despesas relacionadas ao mesmo objeto realizadas continuamente e de forma fragmentada, cujo somatório ultrapassou o limite fixado para dispensa de licitação previsto na Lei no 8.666/93, conforme quadro exemplificativo discriminado a seguir:

| Emp   | Data       | Credor                                  | Valor (R\$)      | Fonte de Recurso |
|---|------------|---|------------------|------------------|
| <b>MAT.FARMACOLÓGICO</b>  |            |   |                  |                  |
| 404026  | 04/04/2016 | DIST. DE MEDICAMENTOS SAUDE E VIDA LTDA | 3.343,00         |                  |
| 404027  | 04/04/2016 | DIST. DE MEDICAMENTOS SAUDE E VIDA LTDA | 3.471,60         |                  |
| 404022  | 04/04/2016 | DIST. DE MEDICAMENTOS SAUDE E VIDA LTDA | 3.621,04         |                  |
| <b>TOTAL</b>  |            |   | <b>10.435,64</b> |                  |
| <b>O montante empenhado, durante o exercício, importou em R\$ 132.110,38.</b> |            |   |                  |                  |

**Peça 3 – Fls. 01 - 22**

A fim de comprovar a regularidade dos gastos, o gestor deverá comprovar a realização das licitações que subsidiaram as contratações, por meio do encaminhamento a esta Corte de Contas de cópia da seguinte documentação correlata: comprovantes de publicação na imprensa oficial e, quando for o caso, em jornal de grande circulação, dos avisos de licitação e dos extratos de contrato, que devem conter os elementos consignados na Instrução Normativa TCE/PI nº 01/2013 (alterada pela Instrução Normativa TCE/PI 03/2015, publicada no DOE-TCE/PI de 04 de maio de 2015) atas de reunião para julgamento da habilitação e propostas de preço, que identifiquem os participantes do certame e os responsáveis pelo julgamento; propostas de preço dos licitantes vencedores das respectivas licitações.

Ademais, a fim de observar o disposto na Resolução TCE/PI nº 39/2015, especialmente no art. 34 e ss., deverá ser efetuado o cadastramento e finalização dos respectivos procedimentos licitatórios no Sistema Licitações Web.

**2.1.4.1.2 - LICITAÇÕES NÃO FINALIZADAS NO SISTEMA “LICITAÇÕES WEB”**

Constatou-se que 02 (dois) processos licitatórios, na modalidade Pregão, não foram FINALIZADOS no Sistema Licitações WEB, não havendo, portanto, indicação dos vencedores e consequentemente implicando em irregularidade. Que seja apresentada justificativa, tendo em vista que o Tribunal de Contas do Estado do Piauí, através da Resolução TCE nº 09/2014, artigos 39 e 40, estabelece o seguinte:

*"Art. 39. Até 30(trinta) dias após a homologação de cada procedimento licitatório deverá o responsável proceder à sua FINALIZAÇÃO nos sistemas Licitações e Contratos WEB, informando o licitante vencedor e o valor total de sua proposta.*

*"Art. 40. Na hipótese de anulação ou de revogação de procedimento licitatório, deverá o responsável efetuar o cancelamento do respectivo cadastro no Sistema Licitações Web no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o ato de anulação ou revogação, prestando as necessárias notas explicativas.*

| <b>PREGÃO Nº 01/16</b>   | <b>PREGÃO Nº 04/16</b>   |
|--|--|
| OBJETO: Contratação de empresa especializada para futura aquisição de medicamentos em geral. | OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de equipamento/material permanente para a Prefeitura. |

**Peça 2 – Fls. 188 - 191**





**Fls. 33**

**2.1.5 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**

**Gestor:** Rychella Trycia Meneses Martins

**Período da Gestão:** 01/04 - 31/12/2016

**Responsável Contábil:** Antônio de Pádua Bezerra Pereira CRC Nº: 4.197/0-5

**2.1.5.1 – DESPESAS**

**2.1.5.1.1 – LICITAÇÕES NÃO FINALIZADAS NO SISTEMA “LICITAÇÕES WEB”**

Constatou-se que 01 (um) processo licitatório, na modalidade Convite, não foi FINALIZADO no Sistema Licitações WEB, não havendo, portanto, indicação dos vencedores e consequentemente implicando em irregularidade. Que seja apresentada justificativa, tendo em vista que o Tribunal de Contas do Estado do Piauí, através da Resolução TCE nº 09/2014, artigos 39 e 40, estabelece o seguinte:

*"Art. 39. Até 30(trinta) dias após a homologação de cada procedimento licitatório deverá o responsável proceder à sua FINALIZAÇÃO nos sistemas Licitações e Contratos WEB, informando o licitante vencedor e o valor total de sua proposta.*

*"Art. 40. Na hipótese de anulação ou de revogação de procedimento licitatório, deverá o responsável efetuar o cancelamento do respectivo cadastro no Sistema Licitações Web no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o ato de anulação ou revogação, prestando as necessárias notas explicativas.*

|                         |
|-------------------------|
| <b>CONVITE Nº 10/16</b> |
|-------------------------|

|  |
|--|
| OBJETO: Contratação de um veículo automotor para transportes nas diversas localidades deste município. |
|--|

**Peça 2 – Fls. 188 - 191**



## Fls. 34

### 2.1.6 – FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DE BRASILEIRA

**Gestor:** Isaac de Sousa Araújo

**Período da Gestão:** 02/01 - 31/12/2016

**Responsável Contábil:** Francisco Aldo Clemente Pereira – CRC PI n.º 008697/0-0

#### 2.1.6.1 – ASPECTOS GERAIS

O RPPS de Brasileira foi instituído pela Lei n.º 147, de 08/07/2014, com alterações posteriores pela Lei n.º 150, de 12/12/2014, tendo estabelecido em seu artigo 17, I, "a" a "h" e II, "a" e "b" o plano de benefícios, ou seja, tudo aquilo que o servidor ou seu dependente fará jus:

| Quanto aos segurados:                            |
|--|
| aposentadoria por invalidez;                     |
| aposentadoria compulsório;                       |
| aposentadoria por idade e tempo de contribuição; |
| aposentadoria por idade;                         |
| aposentadoria especial do professor;             |
| auxílio-doença;                                  |
| salário maternidade;                             |
| salário família.                                 |
| Quanto aos dependentes:                          |
| Pensão por morte;                                |
| Auxílio reclusão.                                |

Fonte – Lei 147/2014, de 08/07/2014 – publicada no DOM de 10/07/2014, Edição MMDCXXXI

Quanto ao plano de custeio, conforme o disposto no artigo 82 e incisos, constituem receita: a contribuição mensal compulsória dos servidores ativos, inativos e pensionistas, incidente sobre a totalidade do salário de contribuição, inclusive sobre o abono anual, salário-maternidade, auxílio-doença e auxílio reclusão, no percentual de 11% (onze por cento); a contribuição mensal compulsória de responsabilidade da Prefeitura, Câmara, Autarquias e Fundações Públicas do Município, relativa ao custeio normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RRPS será de 11% (onze por cento), estando incluso os 2% (dois por cento) ao custeio administrativo, incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos; os rendimentos e juros provenientes da aplicação financeira e receitas patrimoniais dos recursos do Fundo Previdenciário do Município de Brasileira – BRASILEIRA PREVIDÊNCIA; doações, subvenções, legados e outras receitas; contribuições mensais dos aposentados e pensionistas, no valor de 11% (onze por cento) sobre o que exceder o teto dos benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social; valores recebidos a título de compensação financeira, em razão do § 9º do art. 201 da Constituição Federal; o abono anual será considerado para fins contributivos separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que foi pago; demais dotações previstas no orçamento municipal.



## **Fls. 35**

### **2.1.6.2 – PEÇAS AUSENTES**

Em descumprimento à Resolução TCE nº 39/2015, e de maneira REINCIDENTE, NÃO foram enviadas as PRESTAÇÕES DE CONTAS MENSAS, via SAGRES, impossibilitando a análise dos anexos e demonstrativos constantes no Art. 3º da Resolução sobredita.

Atenta-se, ainda, para a ausência de envio, dos documentos complementares conforme normatizado pela Resolução TCE nº 39/15 – Art. 12:

- Demonstrativo previdenciário em conformidade com a Portaria do Ministério da Previdência Social até 60 dias após o encerramento de cada bimestre;
- Demonstrativo das aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR, em conformidade com Portaria do Ministério da Previdência Social até 60 dias após o encerramento de cada bimestre; e
- Relatórios de gestão do Sistema Único de Saúde – SUS, nos termos do art. 36 da Lei Complementar nº 141/12, até 60 dias após o encerramento de cada quadrimestre;

### **2.1.6.3 – MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA**

A movimentação dos recursos financeiros comportou-se da seguinte forma:

| <b>Especificação</b>            | <b>Valor (R\$)</b>  |
|---------------------------------|---------------------|
| <b>Saldo Anterior (Em 2015)</b> | <b>729.925,41</b>   |
| (+) Caixa                       | 0,00                |
| (+) Bancos                      | 729.925,41          |
| (+) Outras Disponibilidades     | 0,00                |
| <b>Saldo Abertura (Em 2016)</b> | <b>729.925,41</b>   |
| (+) Caixa                       | 0,00                |
| (+) Bancos                      | 729.925,41          |
| (+) Outras Disponibilidades     | 0,00                |
| <b>(=) Diferença</b>            | <b>0,00</b>         |
| (+) Receita Orçamentária        | 1.353.743,86        |
| (+) Receita Extra-Orçamentária  | 268.404,14          |
| (-) Despesa Orçamentária        | 300.638,84          |
| (-) Despesa Extra-Orçamentária  | 268.017,73          |
| <b>(=) Saldo Disponível (C)</b> | <b>1.783.416,84</b> |
| (+) Caixa (D)                   | 0,00                |
| (+) Bancos (E)                  | 1.783.416,84        |
| (+) Outras Disponibilidades (F) | 0,00                |
| <b>Diferença (C-D-E-F)</b>      | <b>0,00</b>         |



## Fls. 36

### 2.1.6.4 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os resultados gerais do município, relativos ao exercício financeiro de 2016, encontram-se demonstrados nos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais e, ainda, nos anexos auxiliares estabelecidos na Lei nº 4.320/64, os quais, depois de analisados por esta diretoria, são objeto das seguintes observações:

#### 2.1.6.4.1 – CONSOLIDAÇÃO DOS BALANÇOS

Através da análise das peças que compõem o balanço geral do município, foi constatada a devida consolidação dos valores referentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial de todas as entidades compreendidas no orçamento municipal para o exercício em referência.

##### 2.1.6.4.1.1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITA                     |                      |                         |                       |                 |
|--|----------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------|
| Títulos  | Previsão Inicial (a) | Previsão Atualizada (a) | Receita Realizada (b) | Saldo c = (b-a) |
| <b>RECEITAS CORRENTES</b>                          | 841.500,00           | 841.500,00              | 1.353.743,86          | 512.243,86      |
| <b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>                    | 632.500,00           | 632.500,00              | 1.180.297,12          | 547.797,12      |
| Contribuições Sociais                              | 632.500,00           | 632.500,00              | 1.180.297,12          | 547.797,12      |
| <b>RECEITA PATRIMONIAL</b>                         | 165.000,00           | 165.000,00              | 140.302,80            | (24.697,20)     |
| Receita de Valores Mobiliários                     | 165.000,00           | 165.000,00              | 140.302,80            | (24.697,20)     |
| <b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>                   | 44.000,00            | 44.000,00               | 33.143,94             | (10.856,06)     |
| Receitas Correntes Diversas                        | 44.000,00            | 44.000,00               | 33.143,94             | (10.856,06)     |
| <b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)</b>                   | 841.500,00           | 841.500,00              | 1.353.743,86          | 512.243,86      |
| <b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)</b> | 841.500,00           | 841.500,00              | 1.353.743,86          | 512.243,86      |
| <b>TOTAL (V) = (III)</b>                           | 841.500,00           | 841.500,00              | 1.353.743,86          | 0,00            |

| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA                        |                     |                        |                         |                         |                    |                              |
|---|---------------------|------------------------|-------------------------|-------------------------|--------------------|------------------------------|
| Títulos   | Dotação Inicial (d) | Dotação Atualizada (e) | Despesas Empenhadas (f) | Despesas Liquidadas (g) | Despesas Pagas (h) | Saldo da Dotação (i) = (e-f) |
| <b>DESPESAS CORRENTES</b>                             | 753.500,00          | 439.645,75             | 300.638,84              | 300.638,84              | 300.638,84         | 139.006,91                   |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS                            | 302.500,00          | 355.500,00             | 216.493,09              | 216.493,09              | 216.493,09         | 139.006,91                   |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES                             | 451.000,00          | 84.145,75              | 84.145,75               | 84.145,75               | 84.145,75          | 0,00                         |
| <b>DESPESAS DE CAPITAL</b>                            | 33.000,00           | 33.000,00              | 0,00                    | 0,00                    | 0,00               | 33.000,00                    |
| INVESTIMENTOS   | 33.000,00           | 33.000,00              | 0,00                    | 0,00                    | 0,00               | 33.000,00                    |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA                               | 55.000,00           | 22.000,00              | 0,00                    | 0,00                    | 0,00               | 22.000,00                    |
| <b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)</b>                     | 841.500,00          | 494.645,75             | 300.638,84              | 300.638,84              | 300.638,84         | 194.006,91                   |
| <b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI+VII)</b> | 841.500,00          | 494.645,75             | 300.638,84              | 300.638,84              | 300.638,84         | 194.006,91                   |
| <b>TOTAL (X) = (VIII + IX)</b>                        | 841.500,00          | 494.645,75             | 300.638,84              | 300.638,84              | 300.638,84         | 194.006,91                   |



**Fls. 37**

**2.1.6.4.1.2 – DO BALANÇO FINANCEIRO**

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

| BALANÇO FINANCEIRO                              |                     |                        |   |                     |                        |
|---|---------------------|------------------------|---|---------------------|------------------------|
| INGRESSOS                                       |                     |                        | DISPÊNDIOS                                      |                     |                        |
| Títulos   | Exercício Atual R\$ | Exercício Anterior R\$ | Títulos   | Exercício Atual R\$ | Exercício Anterior R\$ |
| <b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)</b>                 | 1.353.743,86        | 0,00                   | <b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)</b>                | 300.638,84          | 0,00                   |
| Vinculada                                       | 1.353.743,86        | 0,00                   | Vinculada                                       | 300.638,84          | 0,00                   |
| Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS | 1.353.743,86        | 0,00                   | Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS | 300.638,84          | 0,00                   |
| <b>RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (III)</b>   | 268.404,14          | 0,00                   | <b>PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (VIII)</b>    | 268.017,73          | 0,00                   |
| Depósitos Restituíveis e valores Vinculados     | 268.404,14          | 0,00                   | Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados     | 268.017,73          | 0,00                   |
| <b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)</b>         | 729.925,41          | 0,00                   | <b>SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)</b>       | 1.783.416,84        | 0,00                   |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                   | 729.925,41          | 0,00                   | Caixa e Equivalentes de Caixa                   | 1.783.416,84        | 0,00                   |
| <b>TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>                | 2.352.073,41        | 0,00                   | <b>TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)</b>             | 2.352.073,41        | 0,00                   |

**Registra-se o desleixo do Controlador e Contador em não preencher as colunas, referentes aos ingressos e dispêndios, do Exercício Anterior.**



**Fls. 38**

**2.1.6.4.1.3 – DO BALANÇO PATRIMONIAL**

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

| BALANÇO PATRIMONIAL   |                        |                       |   |                        |                    |
|---|------------------------|-----------------------|---|------------------------|--------------------|
| Títulos   | Exercício Atual<br>R\$ | Exercício<br>Anterior | Títulos   | Exercício Atual<br>R\$ | Exercício Anterior |
| <b>ATIVO CIRCULANTE</b>   | 1.963.578,97           | 729.925,41            | <b>PASSIVO CIRCULANTE</b>   | 386,41                 | 0,00               |
| Caixa e Equivalentes de Caixa   | 1.783.416,84           | 729.925,41            | Obrigações Trabalhistas,<br>Previdenciárias e<br>Assistenciais a pagar a<br>Curto Prazo | 0,00                   | 0,00               |
| <b>Créditos a Curto Prazo</b>   | 180.162,13             | 0,00                  | Empréstimos e<br>Financiamentos a Curto<br>Prazo  | 0,00                   | 0,00               |
| Créditos Tributários a Receber  | 180.162,13             | 0,00                  | Fornecedores e Contas<br>a Pagar a Curto Prazo  | 0,00                   | 0,00               |
| Dívida Ativa Tributária   | 0,00                   | 0,00                  | Demais Obrigações a<br>Curto Prazo  | 386,41                 | 0,00               |
| <b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>   | 257.689,41             | 0,00                  | <b>PASSIVO NÃO-<br/>CIRCULANTE</b>  | 10.976.093,49          | 10.976.093,49      |
| <b>Ativo Realizável a Longo<br/>Prazo</b>   | 257.689,41             | 0,00                  | Obrigações Trabalhistas,<br>Previdenciárias e<br>Assistenciais                          | 0,00                   | 0,00               |
| <b>Créditos a Longo Prazo</b>   | 257.689,41             | 0,00                  | Empréstimos e<br>Financiamentos a Longo<br>Prazo  | 0,00                   | 0,00               |
| Créditos Tributários a Receber  | 257.689,41             | 0,00                  | Fornecedores e Contas<br>a Pagar a Longo Prazo  | 0,00                   | 0,00               |
| Empréstimos e<br>Financiamentos Concedidos  | 0,00                   | 0,00                  | Provisões a Longo Prazo   | 10.976.093,49          | 10.976.093,49      |
| Bens Imóveis  | 0,00                   | 0,00                  | <b>PATRIMÔNIO LIQUIDO</b>   | (8.755.211,52)         | (10.246.168,08)    |
| Marcas, Direitos e Patentes<br>Industriais  | 0,00                   | 0,00                  | <b>Resultados<br/>Acumulados</b>  | (8.755.211,52)         | (10.246.168,08)    |
| (-) Redução ao Valor<br>Recuperável de Marcas,<br>Direitos e Patentes Industriais | 0,00                   | 0,00                  | Resultado de Exercícios<br>Anteriores   | (8.755.211,52)         | (10.246.168,08)    |
| <b>TOTAL</b>  | <b>2.221.268,38</b>    | 729.925,41            | <b>TOTAL</b>  | <b>2.221.268,38</b>    | 729.925,41         |



**Fls. 39**

**2.1.6.4.1.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício:

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS                        |              |
|---|--------------|
| Títulos   | R\$          |
| <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>                  | 1.791.595,40 |
| <b>CONTRIBUIÇÕES</b>  | 1.437.910,42 |
| Contribuições Sociais                                       | 1.437.910,42 |
| <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS</b>      | 140.302,80   |
| Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras | 140.302,80   |
| <b>VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS</b>                      | 213.382,18   |
| Ganhos com Incorporação de Ativos                           | 180.238,24   |
| Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas                   | 33.143,94    |
| <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>                   | 300.638,84   |
| <b>PESSOAL E ENCARGOS</b>                                   | 5.961,11     |
| Remuneração a Pessoal                                       | 5.961,11     |
| <b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS</b>           | 210.531,98   |
| Aposentadorias e Reformas                                   | 34.320,00    |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais           | 176.211,98   |
| <b>USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO</b>      | 84.145,75    |
| Serviços  | 84.145,75    |
| <b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>                     | 1.490.956,56 |





## **Fls. 40**

### **2.1.6.5 – RECEITAS**

Segundo consta na Lei 147, de 08/07/2014, a receita de contribuição mensal compulsória dos servidores ativos, inativos e pensionistas e da Prefeitura, Câmara, Autarquia e Fundações Públicas do Município incidirá no valor de 11%, de modo que abordaremos neste item apenas a receita de contribuição (servidor/patronal).

Vale ressaltar que o regime opera em forma de plano único, tendo adotado, dentre as medidas sugeridas pela Previdência (Portaria 403/2008) para equacionar o déficit atuarial, o plano de amortização mediante o estabelecimento de alíquota patronal suplementar para vigorar de 2015 a 2048 – Decreto nº 09, de 16/06/15. Vejamos:

| <b>Ano</b> | <b>Custo suplementar</b> |
|------------|--------------------------|
| 2014       | 0,00                     |
| 2015       | 2,00                     |
| 2016       | 2,00                     |
| 2017       | 2,00                     |
| 2018       | 2,00                     |
| 2019       | 2,00                     |
| 2020       | 3,41                     |
| 2021       | 3,41                     |
| 2022       | 3,41                     |
| 2023       | 3,41                     |
| 2024       | 3,41                     |
| 2025       | 4,82                     |
| 2026       | 4,82                     |
| 2027       | 4,82                     |
| 2028       | 4,82                     |
| 2029       | 4,82                     |
| 2030       | 6,23                     |
| 2031       | 6,23                     |
| 2032       | 6,23                     |
| 2033       | 6,23                     |
| 2034       | 6,23                     |
| 2035       | 7,64                     |
| 2036       | 7,64                     |
| 2037       | 7,64                     |
| 2038       | 7,64                     |
| 2039       | 7,64                     |
| 2040       | 9,09                     |
| 2041       | 9,09                     |
| 2042       | 9,09                     |
| 2043       | 9,09                     |
| 2044       | 9,09                     |
| 2045       | 9,09                     |
| 2046       | 9,09                     |
| 2047       | 9,09                     |
| 2048       | 9,09                     |

Fonte: Decreto 09/2015, de 16/06/15 – publicado em 18 de junho de 2015, edição MMDCCCLXIV



## Fls. 41

Logo, o percentual aplicável à receita de contribuição patronal no ano de 2016 foi de 13% (treze por cento).

Veja-se, agora, os valores recolhidos a título de contribuição do servidor e patronal no exercício de 2016, conforme tabela abaixo:

### RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

|              | Salário de Contrib. | Alíquota (%) |      | Valor devido      |                   | Valor recolhido   |                   | Saldo a recolher |                  |
|--------------|---------------------|--------------|------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|------------------|
|              |                     | Serv.        | Pat. | Servidor          | Patronal          | Servidor          | Patronal          | Serv.            | Patronal         |
| Jan          | 367.100,89          | 11           | 13   | 40.381,10         | 47.723,12         | 40.381,10         | 6.345,20          | 0,00             | 41.377,91        |
| Fev          | 372.385,89          | 11           | 13   | 40.962,45         | 48.410,17         | 40.962,33         | 10.014,33         | 0,12             | 38.395,84        |
| Mar          | 372.735,13          | 11           | 13   | 41.000,86         | 48.455,57         | 41.000,87         | 48.455,56         | -0,01            | 0,01             |
| Abr          | 383.952,12          | 11           | 13   | 42.234,73         | 49.913,78         | 42.234,73         | 49.913,78         | 0,00             | 0,00             |
| Mai          | 376.591,59          | 11           | 13   | 41.425,07         | 48.956,91         | 41.425,08         | 48.956,90         | -0,01            | 0,01             |
| Jun          | 376.049,70          | 11           | 13   | 41.365,47         | 48.886,46         | 41.365,47         | 48.886,46         | 0,00             | 0,00             |
| Jul          | 373.404,82          | 11           | 13   | 41.074,53         | 48.542,63         | 41.074,53         | 48.542,63         | 0,00             | 0,00             |
| Ago          | 369.381,12          | 11           | 13   | 40.631,92         | 48.019,55         | 40.631,93         | 48.019,54         | -0,01            | 0,01             |
| Set          | 370.970,76          | 11           | 13   | 40.806,78         | 48.226,20         | 40.806,78         | 48.226,20         | 0,00             | 0,00             |
| Out          | 370.311,49          | 11           | 13   | 40.734,26         | 48.140,49         | 40.734,26         | 48.140,50         | 0,00             | -0,01            |
| Nov          | 369.127,23          | 11           | 13   | 40.604,00         | 47.986,54         | 40.604,00         | 47.986,53         | 0,00             | 0,01             |
| Dez/ 13º     | 750.635,53          | 11           | 13   | 82.569,91         | 97.582,62         | 82.569,92         | 97.582,62         | -0,01            | 0,00             |
| <b>TOTAL</b> | <b>3.027.351,39</b> | -            | -    | <b>533.791,09</b> | <b>630.844,02</b> | <b>533.791,00</b> | <b>551.070,25</b> | <b>0,09</b>      | <b>79.773,76</b> |

Fonte: Demonstrativos de informações previdenciárias e repasse, disponível em <http://cadprev.previdencia.gov.br>

Quanto aos valores devidos ao fundo BRASILEIRA PREVIDÊNCIA de janeiro a dezembro de 2016 no total de R\$ 1.164.635,11 (um milhão, cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e trinta e cinco reais e onze centavos), sendo R\$ 630.844,02 (Patronal) e R\$ 533.791,09 (servidor), não foram integralmente recolhidos no curso do exercício, ao menos no que pese os valores referentes à patronal no total de R\$ 79.773,76 (Setenta e nove mil, setecentos e setenta e três mil e setenta e seis centavos) contrariando-se o disposto no artigo 77, *caput*, da Lei nº 147/2014, que diz:

*Art. 77. Com base nas guias de recolhimento emitidas pelo fundo previdenciário do município de brasileira – BRASILEIRA PREVIDÊNCIA, os órgãos da administração direta e indireta e autarquias deverão efetuar a ele o repasse das contribuições previdenciárias, mediante transferência bancária, até o vigésimo dia do mês subsequente ao da competência.*

Por fim, nota-se que, não obstante a adoção da medida de equacionamento em tempo hábil, ao se estabelecer o plano de amortização mediante decreto, descumpriu-se o disposto na Portaria 403/08, que exige a edição de lei específica, em seu art. 19:

*Art. 19. O plano de amortização indicado no Parecer Atuarial somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo.*



## Fls. 42

### 2.1.6.5.1 – RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO EM REGIME DE PARCELAMENTO

Até 2016, o município de Brasileira não possuía dívida pretérita com o RPPS e, quanto aos valores devidos e não recolhidos da patronal de janeiro a fevereiro de 2016 no total de 79.773,76 (Setenta e nove mil, setecentos e setenta e três mil e setenta e seis centavos), estes foram devidamente parcelados em 25/04/16 mediante termo de nº 327/16.

Vejamos os valores recolhidos ao RPPS em regime de parcelamento referente a maio a dezembro de 2016:

| Nº DO TERMO | Nº DA PARCELA | VALOR (R\$) |
|-------------|---------------|-------------|
| 327/2016    | 01            | 4860,63     |
| 327/2016    | 02            | 4942,12     |
| 327/2016    | 03            | 5015,44     |
| 327/2016    | 04            | 5063,45     |
| 327/2016    | 05            | 5214,18     |
| 327/2016    | 06            | 5162,17     |
| 327/2016    | 07            | 5191,26     |
| 327/2016    | 08            | 5367,17     |
| Total       |               | 40.816,42   |

### 2.1.6.6 - DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL DO RPPS

Considerando **(1)** que o RPPS de Brasileira foi instituído em 2014 (Lei Municipal nº 147 de 08 de julho de 2014), ou seja, na primeira gestão da Sra. Paula Miranda Amorim Araújo, e **(2)** que em 2014 a gestora equacionou o déficit inicial, à época no valor de R\$ 6.104.355,39 (seis milhões, cento e quatro mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e trinta e nove centavos) mediante o estabelecimento de plano de amortização, levando em conta também **(3)** a complexidade de uma análise no âmbito de todos os aspectos de um RPPS e a opção de se apurar a regularidade do recolhimento das contribuições previdenciárias e das medidas adotadas visando o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, **embora o plano de amortização tenha sido estabelecido por decreto e não mediante lei, conforme requer o regramento da Portaria 403/08, é possível assegurar que ao menos minimamente foi observado o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, vez que o plano de amortização foi estabelecido em tempo hábil e se revelou compatível com a capacidade financeira do ente, posto que baseado em alíquotas factíveis.**

No tocante às reavaliações do plano de amortização, se necessárias, que as faça a gestora por meio de Lei específica.

Por fim, apesar de o município encontrar-se com CRP judicial desde 28/11/16, as razões que o levaram a essa situação não transitarem pelo aspecto financeiro ora analisado, uma vez que o município não possui dívida pretérita a 2016, inclusive parcelada, e que o único parcelamento vigente remete ao termo de nº 327/16, firmado em 25/04/16, termo que vem foi honrado em suas parcelas vencidas até dezembro de 2016.

**Ante o exposto, esta Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM apurou que houve descumprimento da Portaria MPS 403/2008, visto que o plano de amortização foi instituído mediante decreto, em vez de Lei.**

Peça 2 – Fls. 77 - 111



## Fls. 43

### 2.2 – PODER LEGISLATIVO

#### 2.2.1 – CÂMARA MUNICIPAL

**Gestor:** Silvino de Sousa Ribeiro

**Período da Gestão:** 02/01 - 31/12/2016

**Responsável Contábil:** Antônio de Pádua Bezerra Pereira CRC N<sup>o</sup>: 4.197/0-5

**Controlador:** Nelson Mendes de Menezes Filho

#### 2.2.2 – INGRESSO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL

O gestor da Câmara enviou as prestações de contas mensais ao Tribunal de Contas nos prazos indicados:

| Meses     | Prazo Legal | Sagres     |        | Sagres Folha |        | Documentação Web |        | Média de Atraso |
|-----------|-------------|------------|--------|--------------|--------|------------------|--------|-----------------|
|           |             | Entrega    | Atraso | Entrega      | Atraso | Entrega          | Atraso |                 |
| Janeiro   | 16/05/2016  | 27/04/2016 | 0      | 23/03/2016   | 0      | 04/07/2016       | 49     | 16              |
| Fevereiro | 31/05/2016  | 28/04/2016 | 0      | 15/04/2016   | 0      | 04/07/2016       | 34     | 11              |
| Março     | 15/06/2016  | 06/05/2016 | 0      | 02/05/2016   | 0      | 04/07/2016       | 19     | 6               |
| Abril     | 01/07/2016  | 07/06/2016 | 0      | 02/06/2016   | 0      | 08/07/2016       | 7      | 2               |
| Maio      | 01/08/2016  | 27/07/2016 | 0      | 24/06/2016   | 0      | 28/07/2016       | 0      | 0               |
| Junho     | 30/08/2016  | 01/08/2016 | 0      | 26/07/2016   | 0      | 15/08/2016       | 0      | 0               |
| Julho     | 30/09/2016  | 15/09/2016 | 0      | 10/08/2016   | 0      | 26/09/2016       | 0      | 0               |
| Agosto    | 01/11/2016  | 15/09/2016 | 0      | 30/09/2016   | 0      | 26/09/2016       | 0      | 0               |
| Setembro  | 02/12/2016  | 11/11/2016 | 0      | 03/11/2016   | 0      | 30/11/2016       | 0      | 0               |
| Outubro   | 05/01/2017  | 16/11/2016 | 0      | 29/11/2016   | 0      | 30/11/2016       | 0      | 0               |
| Novembro  | 30/01/2017  | 01/12/2016 | 0      | 02/01/2017   | 0      | 21/12/2016       | 0      | 0               |
| Dezembro  | 06/03/2017  | 21/02/2017 | 0      | 23/01/2017   | 0      | 30/03/2017       | 24     | 8               |

Fundamentação Legal: art. 33, inciso II, CE/89, Emenda n<sup>o</sup> 006/96 e art. 3<sup>o</sup> da Resolução TCE n<sup>o</sup> 39/2015.

#### 2.2.2.1 – MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

A movimentação dos recursos financeiros comportou-se da seguinte forma:

| Especificação                   | Valor (R\$)     |
|---------------------------------|-----------------|
| <b>Saldo Anterior (Em 2015)</b> | <b>1.226,91</b> |
| (+) Caixa                       | 0,00            |
| (+) Bancos                      | 1.226,91        |
| (+) Outras Disponibilidades     | 0,00            |
| <b>Saldo Abertura (Em 2016)</b> | <b>1.226,91</b> |
| (+) Caixa                       | 0,00            |
| (+) Bancos                      | 1.226,91        |
| (+) Outras Disponibilidades     | 0,00            |
| <b>(=) Diferença</b>            | <b>0,00</b>     |
| (+) Receita Orçamentária        | 0,00            |
| (+) Receita Extra-Orçamentária  | 588.725,97      |
| (-) Despesa Orçamentária        | 514.631,01      |
| (-) Despesa Extra-Orçamentária  | 75.321,87       |
| <b>(=) Saldo Disponível (C)</b> | <b>0,00</b>     |
| (+) Caixa (D)                   | 0,00            |
| (+) Bancos (E)                  | 0,00            |
| (+) Outras Disponibilidades (F) | 0,00            |
| <b>Diferença (C-D-E-F)</b>      | <b>0,00</b>     |



## **Fls. 44**

### **2.2.2.2 – DESPESAS**

#### **2.2.2.2.1 – OUTRAS OCORRÊNCIAS**

##### **2.2.2.2.1.1 – OMISSÃO DO PODER LEGISLATIVO NA APRECIÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

Os vereadores são membros do Poder Legislativo do município. Nessa condição, desempenham, como funções típicas, as tarefas de legislar e de exercer o controle externo do Poder Executivo, isto é, da Prefeitura. A função legislativa consiste em elaborar, apreciar, alterar ou revogar as leis de interesse para a vida do município. Essas leis podem ter origem na própria Câmara ou resultar de projetos de iniciativa do Prefeito, ou da própria sociedade, através da iniciativa popular.

Que a Câmara Municipal fique mais atenta quanto aos seus atos, em relação aos instrumentos de planejamento orçamentários, uma vez que, não foi identificada a tramitação dos referidos projetos na Casa Legislativa. É de suma relevância que os vereadores não se omitam diante de suas responsabilidades na apreciação do PPA, LDO e LOA e registrá-los no corpo dos referidos projetos de acordo com as Comissões Parlamentares regulamentadas na Lei Municipal.

Ressalta-se, que muitos dos vereadores não têm noção da sua prerrogativa constitucional de fiscalizar os atos do Poder Executivo e se comportam como subordinados aos prefeitos.

Os vereadores precisam, contudo, entender a importância do seu papel constitucional de acompanhar de perto os atos dos prefeitos. “A Constituição é inteligente em colocar o poder político fiscalizando o poder político”.

### **2.2.2.3 – LIMITES DE DESPESAS**

#### **2.2.2.3.1 – DESPESA TOTAL DA CÂMARA**

O total da despesa da Câmara, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os inativos, foi no montante de R\$ 514.631,01 (quinhentos e quatorze mil, seiscentos e trinta e um reais e um centavos), correspondendo a 6,98% do total da receita efetiva do município do exercício anterior, R\$ 7.367.456,13 (sete milhões, trezentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e treze centavos), cumprindo o dispositivo legal, conforme demonstrado a seguir:

| <b>(A) Total da Receita Efetiva do Exercício Anterior - R\$</b> | <b>(B) Total das Despesas da Câmara - R\$</b> | <b>% (B/A)</b> | <b>% Limite Legal</b> |
|---|---|----------------|-----------------------|
| 7.367.456,13  | 514.631,01                                    | 6,98           | 7,00                  |

*Fundamentação Legal: art. 29-A da Constituição Federal.*



### Fls. 45

Obs.: Considera-se como **receita efetiva** o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal de 1988, que no exercício de 2015 foi a seguinte:

| Receita efetiva do exercício de 2015                 | Valores (R\$)       |
|--|---------------------|
| <b>Receitas Tributárias</b>                          | <b>341.116,35</b>   |
| <b>Receitas de Impostos</b>                          | <b>333.855,77</b>   |
| IPTU   | 30.509,70           |
| ISS  | 116.952,83          |
| ITBI   | 12.402,86           |
| IRRF   | 173.990,38          |
| Receita de Taxas                                     | 7.260,58            |
| <b>Receita de Contribuição de Iluminação Pública</b> | <b>131.800,46</b>   |
| <b>Receitas de Transferência da União</b>            | <b>6.042.225,34</b> |
| FPM  | 6.030.724,63        |
| ITR  | 4.501,66            |
| ICMS/Export. LC Nº 87/96 (Kandir)                    | 1.291,97            |
| CIDE   | 5.707,08            |
| <b>Receitas de Transferência do Estado</b>           | <b>852.313,98</b>   |
| ICMS   | 756.387,33          |
| IPVA   | 95.726,09           |
| IPI/Exportações                                      | 200,56              |
| <b>TOTAL</b>   | <b>7.367.456,13</b> |

#### 2.2.2.3.2 – DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO

As despesas com folha de pagamento do Poder Legislativo (ativos, incluindo o subsídio dos vereadores) apresentaram o montante de R\$ 310.546,76 (trezentos e dez mil, quinhentos e quarenta e seis reais e setenta e seis centavos), representando 60,26% da Receita/Repasse da Câmara Municipal, portanto cumprindo o dispositivo constitucional.

| (A) Repasse para Câmara - R\$ | (B) Despesas com folha de pagamento - R\$ | % (B/A) | % Limite Legal |
|-------------------------------|---|---------|----------------|
| 515.304,00                    | 310.546,76                                | 60,26   | 70,00          |

*Fundamentação Legal: art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal.*

#### 2.2.2.3.3 – DESPESA DE PESSOAL

O montante das despesas de pessoal do Poder Legislativo (ativos e inativos), no exercício, foi de R\$ 377.168,94 (trezentos e setenta e sete mil, cento e sessenta e oito reais e noventa e quatro centavos), representando 2,49% do Total da Receita Corrente Líquida do Município, conforme demonstrativo:

| (A) Receita Corrente Líquida - R\$ | (B) Despesas de Pessoal - R\$ | % (B/A) | % Limite Legal | % Limite Prudencial |
|------------------------------------|-------------------------------|---------|----------------|---------------------|
| 15.132.366,43                      | 377.168,94                    | 2,49    | 6,00           | 5,70                |

*Fundamentação Legal: art. 18 da Lei Complementar Nº 101/2000 - LRF.*

Diante do exposto, observa-se que o Poder Legislativo, em análise, cumpriu o preceituado na legislação anteriormente mencionada.





**Fls. 46**

**2.2.2.3.4 – GASTO COM SUBSÍDIO DE VEREADORES**

O montante gasto com o subsídio dos vereadores foi de R\$ 250.061,70 (duzentos e cinquenta mil, sessenta e um reais e setenta centavos), representando 2,93% da Receita Efetiva do Município, no período em análise. Desta forma, fica evidenciado o cumprimento ao dispositivo legal.

| (A) Receita Efetiva do Município - R\$ | (B) Gasto com Subsídio dos Vereadores - R\$ | % (B/A) | % Limite Legal |
|--|---|---------|----------------|
| 8.533.521,30                           | 250.061,70                                  | 2,93    | 5,00           |

*Fundamentação Legal: art. 29, VII da CF e EC nº 01, de 31/03/92.*

Obs.: Considera-se como receita efetiva o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal de 1988, que no exercício de 2016 foi a seguinte:

| Receita efetiva do exercício de 2016                 | Valores (R\$)       |
|--|---------------------|
| <b>Receitas Tributárias</b>                          | <b>341.201,83</b>   |
| <b>Receitas de Impostos</b>                          | <b>333.087,38</b>   |
| IPTU   | 32.345,75           |
| ISS  | 91.328,50           |
| ITBI   | 12.724,56           |
| IRRF   | 196.688,57          |
| Receita de Taxas                                     | 6.919,65            |
| Receita de Contribuição de Melhoria                  | 1.194,80            |
| <b>Receita de Contribuição de Iluminação Pública</b> | <b>123.661,05</b>   |
| <b>Receitas de Transferência da União</b>            | <b>6.824.139,64</b> |
| FPM  | 6.816.847,16        |
| ITR  | 5.748,44            |
| ICMS/Export. LC Nº 87/96 (Kandir)                    | 1.544,04            |
| <b>Receitas de Transferência do Estado</b>           | <b>996.243,66</b>   |
| ICMS   | 888.344,22          |
| IPVA   | 107.714,89          |
| IPI/Exportações                                      | 184,55              |
| <b>Outras Receitas</b>                               | <b>248.275,12</b>   |
| Multas e Juros de mora dos Impostos                  | 248.275,12          |
| <b>TOTAL</b>   | <b>8.533.521,30</b> |

Constatou-se que houve no exercício uma variação de 11,27% no subsídios dos vereadores em relação ao recebido no exercício de 2015, acima da média dos índices inflacionários divulgados pelo Governo Federal para o exercício, conforme demonstrativo abaixo:

| (A) Subsídios dos Vereadores em 2015 | (B) Subsídios dos Vereadores em 2016 | % (B/A) |
|--------------------------------------|--------------------------------------|---------|
| 1.971,36                             | 2.193,53                             | 11,27   |

*Fundamentação Legal: art. 29, VI, c/c art. 37, X, da CF/88.*

Ressalte-se que não houve a fixação ou não foi enviada a norma legal que fixa o subsídio dos vereadores para a legislatura 2013-2016.



**Fls. 47**

**3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**3.1 – RESUMO DOS LIMITES LEGAIS E DAS OCORRÊNCIAS**

| BASES PARA CÁLCULOS DOS LIMITES LEGAIS          |        |               |
|---|--------|---------------|
| ESPECIFICAÇÃO                                   | SIGLA  | (R\$)         |
| Receita Efetiva do Exercício Anterior           | (REEA) | 7.367.456,13  |
| Receita Efetiva do Exercício                    | (REE)  | 8.533.521,30  |
| Receita Corrente Líquida                        | (RCL)  | 15.132.366,43 |
| Receita de Impostos e Transferências            | (RIT)  | 8.401.745,80  |
| Recursos Recebidos pelo FUNDEB                  | (RRF)  | 4.323.250,14  |
| Repasse da Câmara (Valor informado pela Câmara) | (RC)   | 515.304,00    |
| Previsão da Receita                             | (PR)   | 19.913.000,00 |

| PODER EXECUTIVO<br>CONTAS DE GOVERNO |   |                   |              |
|--------------------------------------|---|-------------------|--------------|
| ITEM DO RELATÓRIO                    | OCORRÊNCIA  |                   |              |
| 1.1.1                                | Envio da LDO fora do prazo (atraso de 60 dias)  |                   |              |
| 1.1.1                                | Envio da LOA fora do prazo (atraso de 61 dias)  |                   |              |
| 1.1.3                                | Não comprovação de publicação dos Decretos abrindo Crédito Suplementar                      |                   |              |
| 1.2.2                                | Não envio de peças componentes da Prestação de Contas Mensal                                |                   |              |
| 1.2.4.4 - A                          | Insuficiência na arrecadação da Receita Tributária  |                   |              |
| 1.2.4.4 – B                          | Contabilização a menor da COSIP   |                   |              |
| 1.2.4.4 – C                          | Ausência na Contabilização da COSIP   |                   |              |
| 1.2.5.1                              | Diferença no registro da Despesa Fixada   |                   |              |
| 1.2.7.1.6                            | Diferenças nos registros da Dívida Flutuante e Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários |                   |              |
| 1.2.7.2.1                            | Avaliação do município no Portal da Transparência   |                   |              |
| 1.2.7.2.2.1                          | Irregularidades na DCASP Balanço Orçamentário   |                   |              |
| 1.2.7.2.2.2                          | Irregularidades na DCASP Balanço Financeiro   |                   |              |
| 1.2.7.2.3                            | Parecer da Controladoria Interna  |                   |              |
| ITEM DO RELATÓRIO                    | OCORRÊNCIA  | LIMITE CONSTATADO | LIMITE LEGAL |
| 1.1.3                                | Abertura de créditos adicionais suplementares até o limite autorizado                       | 24,72             | 50,00        |
| 1.2.5.2                              | Gasto com manutenção e desenvolvimento do ensino inferior ao limite legal                   | 20,22             | 25,00        |
| 1.2.5.3                              | Gasto com ações e serviços de saúde superior ao limite legal                                | 22,00             | 15,00        |
| 1.2.5.4                              | Gasto com os profissionais do magistério/FUNDEB superior ao limite legal                    | 73,58             | 60,00        |
| 1.2.5.5                              | Despesas com pessoal do Poder Executivo até o limite legal                                  | 48,00             | 54,00        |
| 1.2.5.6                              | Repasse da prefeitura para a Câmara Municipal até o limite autorizado                       | 6,99              | 7,00         |



**Fls. 48**

| CONTAS DE GESTÃO  |  |                   |              |
|---|--|-------------------|--------------|
| P. M. DE BRASILEIRA<br>GESTOR: Paula Miranda Amorim Araujo<br>PERÍODO: 02/01 - 31/12/2016                             |  |                   |              |
| ITEM DO RELATÓRIO   | OCORRÊNCIA   |                   |              |
| 2.1.1.2.1   | Ausência e/ou irregularidades de processos licitatórios enviados/analizados                |                   |              |
| 2.1.1.2.2.1   | Débito com a AGESPISA  |                   |              |
| 2.1.1.2.2.2   | Licitações não finalizadas no Sistema Licitações Web                                       |                   |              |
| 2.1.1.3   | Inspeções  |                   |              |
| FUNDEB DE BRASILEIRA<br>GESTOR: Alenildo de Sousa Melo<br>PERÍODO: 02/01 - 11/04/2016                                 |  |                   |              |
| ITEM DO RELATÓRIO   | OCORRÊNCIA   |                   |              |
| 2.1.2.1.1   | Ausência de processos licitatórios enviados/analizados                                     |                   |              |
| FUNDEB DE BRASILEIRA<br>GESTOR: ELISANGELA CARDOSO DOS SANTOS<br>PERÍODO: 12/04 - 31/12/2016                          |  |                   |              |
| ITEM DO RELATÓRIO   | OCORRÊNCIA   |                   |              |
| 2.1.3.2.1   | Ausência de processos licitatórios enviados/analizados                                     |                   |              |
| 2.1.3.2.2.1   | Divergências no saldo final para o exercício seguinte                                      |                   |              |
| FMS DE BRASILEIRA<br>GESTOR: Maria dos Remédios Veras de Araújo Meneses<br>PERÍODO: 02/01 - 31/12/2016                |  |                   |              |
| ITEM DO RELATÓRIO   | OCORRÊNCIA   |                   |              |
| 2.1.4.1.1   | Ausência de processos licitatórios enviados/analizados                                     |                   |              |
| 2.1.4.1.2   | Licitações não finalizadas no Sistema Licitações Web                                       |                   |              |
| FMAS DE BRASILEIRA<br>GESTOR: Rychella Trycia Meneses Martins<br>PERÍODO: 01/04 - 31/12/2016                          |  |                   |              |
| ITEM DO RELATÓRIO   | OCORRÊNCIA   |                   |              |
| 2.1.5.1.1   | Licitações não finalizadas no Sistema Licitações Web                                       |                   |              |
| FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE BRASILEIRA<br>GESTOR: Paula Miranda Amorim Araujo<br>PERÍODO: 02/01 - 31/12/2016 |  |                   |              |
| ITEM DO RELATÓRIO   | OCORRÊNCIA   |                   |              |
| 2.1.6.2   | Não envio das prestações de contas mensais e documentações complementares                  |                   |              |
| 2.1.6.4.1.2   | Irregularidade no Balanço Financeiro   |                   |              |
| 2.1.6.5   | Receitas   |                   |              |
| 2.1.6.5.1   | Receita de Contribuições em Regime de Parcelamento   |                   |              |
| 2.1.6.6   | Equilíbrio Financeiro e Atuarial do RPPS   |                   |              |
| PODER LEGISLATIVO   |  |                   |              |
| CÂMARA<br>GESTOR: Silvino de Sousa Ribeiro<br>PERÍODO: 02/01 - 31/12/2016   |  |                   |              |
| ITEM DO RELATÓRIO   | OCORRÊNCIA   | LIMITE CONSTATADO | LIMITE LEGAL |
| 2.2.2.4.1   | Despesa total da Câmara até o limite autorizado  | 6,98              | 7,00         |
| 2.2.2.4.2   | Despesas com folha de pagamento da Câmara até o limite legal                               | 60,26             | 70,00        |
| 2.2.2.4.3   | Despesa com pessoal do Poder Legislativo até o limite legal                                | 2,49              | 6,00         |
| 2.2.2.4.4   | Despesas com subsídio dos vereadores até o limite legal                                    | 2,93              | 5,00         |
| 2.2.2.2.1.1.  | Omissão do Poder Legislativo na apreciação dos instrumentos de planejamentos orçamentários |                   |              |



**Fls. 49**

**4 – CONCLUSÃO**

Ressalta-se que em decorrência da ausência de ocorrências relevantes após exame da documentação eletrônica enviada (Sagres Contábil, Documentação Web, dentre outros) do **FMAS – Gestora Patrícia Pimentel Cerqueira no período de 02/01 a 31/03/16 e a Unidade Mista de Saúde – Gestora Maria dos Remédios Veras de Araújo Meneses no período de 02/01 a 31/12/16.**

As referidas Unidades Orçamentárias não foram objeto de amostra para análise e, portanto, não constam neste relatório e não sendo necessárias as citações das gestoras sobreditas.

Diante do trabalho aqui relatado, a **Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal** considera o presente processo em condições de ser submetido à apreciação superior e coloca-se à disposição do Sr. Relator Jaylson Fabianh Lopes Campelo para os esclarecimentos que se fizerem necessários e, assim também, se a douda Câmara de Vereadores tiver conhecimento de fatos ou de documentos que alterem estas conclusões, poderá encaminhá-los a este Tribunal para que seja procedido o devido reexame.

É o Relatório.

Teresina (PI), 28 de setembro de 2017.

(assinado digitalmente)  
Yuri Cavalcante de Araújo  
Auditor de Controle Externo  
Mat. 98.275-X  
(Somente itens 2.1.6.1, 2.1.6.5 e 2.1.6.6)

(assinado digitalmente)  
Girleene Francisca Ferreira Silva  
Auditora de Controle Externo  
Mat. 96.521-9  
( Somente itens 2.1.6.1, 2.1.6.5 e 2.1.6.6 )

(assinado digitalmente)  
Lília Betânia Rabelo Barbosa Martins  
Técnica de Controle Externo  
Mat. 02.071-X

(assinado digitalmente)  
Geraldo Simião Nepomuceno Filho  
Auditor de Controle Externo  
Mat. 80.684-6

(assinado digitalmente)  
**Eridan Soares Coutinho Monteiro**  
Auditora de Controle Externo  
**Chefe da VI DFAM**  
Mat. 02.038-9

**VISTO:**

(assinado digitalmente)  
**Vilmar Barros Miranda**  
Auditor de Controle Externo  
**Diretor da DFAM**

## ASSINATURA DIGITAL

Certificamos que a peça nº 4 está assinada digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) |                                      |                     |
|----------------------------------|--------------------------------------|---------------------|
| CPF/CNPJ                         | Nome                                 | Data e hora         |
| 27*.***-**-00                    | LILIA BETANIA RABELO BARBOSA MARTINS | 28/09/2017 11:17:51 |
| 36*.***-**-15                    | VILMAR BARROS MIRANDA                | 28/09/2017 11:25:38 |
| 01*.***-**-28                    | YURI CAVALCANTE DE ARAÚJO            | 28/09/2017 11:33:03 |
| 27*.***-**-34                    | GIRLENE FRANCISCA FERREIRA SILVA     | 28/09/2017 11:48:29 |
| 24*.***-**-68                    | GERALDO SIMEAO NEPOMUCENO FILHO      | 28/09/2017 11:49:04 |
| 16*.***-**-00                    | ERIDAN SOARES COUTINHO MONTEIRO      | 28/09/2017 12:11:00 |

**Protocolo:** 002910/2016

**Código de verificação:** 9D23983A-FEF2-4057-A0C5-F2A7530F9C07

**Portal de validação:**

<https://sistemas.tce.pi.gov.br/eprocesso/validador/documento>





## DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

|                  |   |                                    |
|------------------|---|------------------------------------|
| Processo.....    | 002910/2016                                     | Relatório Nº 39/2016-Contraditório |
| Assunto .....    | Prestação de Contas do Exercício de <b>2016</b> |                                    |
| Interessado..... | Município de <b>Brasileira</b>                  | Pop: 7.961 hab. Coef. 0.6          |
| PREFEITO .....   | Paula Miranda Amorim Araújo                     |                                    |
| Gestores         |   | Período                            |
| PREFEITURA ...   | Paula Miranda Amorim Araújo                     | 02/01 - 31/12/2016                 |
| FUNDEB.....      | Alenildo de Sousa Melo                          | 02/01 - 11/04/2016                 |
| FUNDEB.....      | Elisângela Cardoso dos Santos                   | 12/04 - 31/12/2016                 |
| FMS.....         | Maria dos Remédios Veras de Araújo Meneses      | 02/01 - 31/12/2016                 |
| FMAS.....        | Rychella Trycia Meneses Martins                 | 01/04 - 31/12/2016                 |
| PREVIDENCIA .    | Isaac de Sousa Araújo                           | 02/01 - 31/12/2016                 |
| CÂMARA .....     | Silvino de Sousa Ribeiro                        | 02/01 - 31/12/2016                 |
| Relator .....    | Jaylson Fabianh Lopes Campelo                   |                                    |
| Procurador.....  | Leandro Maciel do Nascimento                    |                                    |

### 1 DO RELATÓRIO

Trata-se de Prestação de Contas Geral do Município de Brasileira, abrangendo as Contas de Governo e as Contas de Gestão referentes ao exercício financeiro de **2016**.

A Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM deste Tribunal, após análise dos documentos que integram o processo de prestação de contas do ente municipal, apontou, em seu relatório (peça 03), as ocorrências sintetizadas nos subitens abaixo.

Em observância aos postulados da ampla defesa e do contraditório, os gestores foram devidamente notificados (peças 06 a 22), tendo sido apresentadas defesas e documentações suplementares, acostadas às peças 25 a 42.

### 2 DO EXAME DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA

Do confronto entre o relatório produzido pela Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal e a defesa apresentada pela Prefeita Municipal, pelos gestores dos fundos municipais, pelo gestor da Previdência e pelo Presidente da Câmara Municipal, apresentam-se as seguintes constatações:

#### 2.1 DAS CONTAS DE GOVERNO

**Prefeita Municipal:** Paula Miranda Amorim Araújo

**Período do Mandato:** 02/01 - 31/12/2016

**2.1.1 DO INGRESSO EXTEMPORÂNEO DAS PEÇAS ORÇAMENTÁRIAS:** Houve atraso no envio do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, conforme se demonstra no quadro abaixo:

| Peça | Lei | Data da Aprovação | Data Recebimento | Data Limite | Atraso |
|------|-----|-------------------|------------------|-------------|--------|
| PPA  | 139 | 23/09/2013        | 10/01/2014       | 21/11/2013  | 50     |
| LDO  | 156 | 19/06/2015        | 15/03/2016       | 15/01/2016  | 60     |
| LOA  | 159 | 09/09/2015        | 16/03/2016       | 15/01/2016  | 61     |





**DEFESA (fls. 03 e 04 da peça 25):** O município alega a dificuldade em compactar as peças LDO e LOA para o formato PDF pesquisável, devido a grande extensão dos documentos. Nesta feita, o município procurou o setor de informática desta Corte de Contas para orientá-lo em um programa que diminuísse o tamanho do arquivo, regularizando assim a transmissão em PDF pesquisável. Informa ainda que o primeiro envio das peças se deu em 13/01/2016, rejeitado em 04/03/2016, o segundo envio deu-se em 07/03/2016, rejeitado em 14/03/2016 e o terceiro envio ocorreu em 16/03/2016, devidamente corrigido. Ademais, o município alega que as datas de rejeição dos documentos só podem ser visualizadas no "documento controle", de acesso exclusivo da DFAM, dificultando a transparência.

Em relação ao Plano Plurianual, o município afirma que o atraso se deu por um erro da Administração, afirmando que o atraso não mais ocorrerá e que esse lapso temporal não interferiu na análise das contas do ente.

**ANÁLISE:** Observa-se que o primeiro envio da LOA e da LDO ocorreu dentro do prazo, conforme preceitua art. 11, alíneas "a" e "b" da Resolução nº 39/2015, entretanto não foram enviadas em formato "PDF pesquisável", como preceitua o art. 10 da mesma Resolução, por isso foram rejeitados. Mesmo reenviando as peças dentro do prazo estipulado no art. 47 da Resolução nº 39/2015, eles permaneceram no erro enviando tais documentos em formato não pesquisável. Apenas com a segunda rejeição, o município buscou a ajuda desta Corte de Contas. Entende-se que a Administração incorreu em erro por não ter providenciado a contento a obtenção de um programa de compactação de suas peças. Diante da inobservância do parágrafo único do art. 47 da Resolução nº 39/2015, verifica-se que o atraso encontra respaldo no art. 49 da referida resolução. **Ocorrência não sanada.**

Em relação ao PPA, o atraso já fora apontado em relatórios anteriores, portanto a **falha não merece ser considerada neste exercício.**

Ressalta-se que as rejeições das peças são comunicadas através do e-mail cadastrado no Tribunal.

**2.1.2 DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DOS DECRETOS DE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS:** Verificou-se que não foram apresentados os comprovantes de publicações dos decretos de abertura dos créditos adicionais, conforme disposição contida na Instrução Normativa TCE nº 03/15 que determina o prazo de 10 (dez) dias para publicação dos Atos Normativos, Decretos e Leis.

| Lei/Decreto          |            | Créditos Adicionais |                     | Fonte de Recurso (R\$) |                        |                     |                |
|----------------------|------------|---------------------|---------------------|------------------------|------------------------|---------------------|----------------|
| Nº                   | Data       | Discriminação       | Valor R\$           | Superávit Financeiro   | Excesso de Arrecadação | Anulação de Dotação | Op. de Crédito |
| 159/001              | 04/01/2016 |                     | 1.230,00            | 0,00                   | 0,00                   | 1.230,00            | 0,00           |
| 159/002              | 01/02/2016 |                     | 60.180,00           | 0,00                   | 0,00                   | 60.180,00           | 0,00           |
| 159/003              | 01/03/2016 |                     | 36.500,00           | 0,00                   | 0,00                   | 36.500,00           | 0,00           |
| 159/004              | 01/04/2016 |                     | 140.468,72          | 0,00                   | 0,00                   | 140.468,72          | 0,00           |
| 159/005              | 02/05/2016 |                     | 297.231,58          | 0,00                   | 0,00                   | 297.231,58          | 0,00           |
| 159/006              | 02/06/2016 |                     | 248.999,70          | 0,00                   | 0,00                   | 248.999,70          | 0,00           |
| 159/007              | 01/07/2016 |                     | 374.266,11          | 0,00                   | 0,00                   | 374.266,11          | 0,00           |
| 159/008              | 01/08/2016 |                     | 388.232,15          | 0,00                   | 0,00                   | 388.232,15          | 0,00           |
| 159/009              | 01/09/2016 |                     | 449.345,22          | 0,00                   | 0,00                   | 449.345,22          | 0,00           |
| 159/010              | 03/10/2016 |                     | 593.593,21          | 0,00                   | 0,00                   | 593.593,21          | 0,00           |
| 159/011              | 01/11/2016 |                     | 622.079,82          | 0,00                   | 0,00                   | 622.079,82          | 0,00           |
| 159/012              | 01/12/2016 |                     | 1.079.791,58        | 0,00                   | 0,00                   | 1.079.791,58        | 0,00           |
| <b>TOTAL APURADO</b> |            |                     | <b>4.291.918,09</b> | <b>0,00</b>            | <b>0,00</b>            | <b>4.291.918,09</b> | <b>0,00</b>    |



**DEFESA:** O município junta os decretos às folhas 23/99 da peça 25, 1/100 da peça 26, 1/100 da peça 27, 1/100 da peça 28 e fls. 1/29 da peça 29.

**ANÁLISE:** Embora a defesa tenha enviado os decretos referentes à abertura dos créditos adicionais, não foram encaminhadas as publicações no Diário Oficial dos Municípios.  
**Ocorrência não sanada.**

**2.1.3 DO ATRASO NO INGRESSO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL:** O Prefeito Municipal, responsável pelo envio da prestação de contas mensal, apresentou ao Tribunal de Contas, a referida documentação, nos prazos indicados:

| Meses     | Prazo Legal | Sagres     |        | Sagres Folha |        | Documentação Web |        | Média de Atraso |
|-----------|-------------|------------|--------|--------------|--------|------------------|--------|-----------------|
|           |             | Entrega    | Atraso | Entrega      | Atraso | Entrega          | Atraso |                 |
| Janeiro   | 16/05/2016  | 27/04/2016 | 0      | 10/03/2016   | 0      | 08/07/2016       | 53     | 17              |
| Fevereiro | 31/05/2016  | 05/05/2016 | 0      | 10/03/2016   | 0      | 08/07/2016       | 38     | 12              |
| Março     | 15/06/2016  | 06/06/2016 | 0      | 26/04/2016   | 0      | 08/07/2016       | 23     | 7               |
| Abril     | 01/07/2016  | 28/06/2016 | 0      | 11/05/2016   | 0      | 11/07/2016       | 10     | 3               |
| Maio      | 01/08/2016  | 27/07/2016 | 0      | 22/06/2016   | 0      | 01/08/2016       | 0      | 0               |
| Junho     | 30/08/2016  | 29/08/2016 | 0      | 11/07/2016   | 0      | 30/08/2016       | 0      | 0               |
| Julho     | 30/09/2016  | 28/09/2016 | 0      | 10/08/2016   | 0      | 30/09/2016       | 0      | 0               |
| Agosto    | 01/11/2016  | 01/11/2016 | 0      | 15/09/2016   | 0      | 03/11/2016       | 2      | 0               |
| Setembro  | 02/12/2016  | 28/11/2016 | 0      | 17/10/2016   | 0      | 02/12/2016       | 0      | 0               |
| Outubro   | 05/01/2017  | 26/12/2016 | 0      | 01/12/2016   | 0      | 30/12/2016       | 0      | 0               |
| Novembro  | 30/01/2017  | 27/01/2017 | 0      | 09/01/2017   | 0      | 03/05/2017       | 93     | 31              |
| Dezembro  | 06/03/2017  | 03/03/2017 | 0      | 09/01/2017   | 0      | 06/03/2017       | 0      | 0               |

**DEFESA (fls.06 da peça 25):** O município alega que muitas vezes quando o documento é rejeitado a prefeitura não toma conhecimento através do e-mail cadastrado, dificultando a regularização da situação dentro do prazo estabelecido pela Resolução nº 39/15. Informa ainda que há uma insatisfação de alguns municípios na falta de informações da data de rejeição do arquivo no site do TCE/DOCUMENTAÇÃO WEB e que sem essa informação fica impossível de manter o controle do prazo de correção.

**ANÁLISE:** As rejeições das peças são comunicadas através do e-mail cadastrado no Tribunal. Observa-se que os atrasos ocorreram na entrega da documentação web e que foram rejeitados alguns documentos, entretanto o reenvio ocorreu dentro do prazo dos 10 dias úteis, previsto no art. 47 da Res. 39/2015. No momento da geração do relatório, o sistema não considerou o prazo dos 10 (dez) dias úteis, como dispõe a Resolução, por isso o atraso apontado inicialmente. Segue abaixo os documentos rejeitados, conforme a situação apontada e sobre os quais foi elaborada uma tabela:

| Mês       | Documentos                    | Envio de acordo com o art.47 da Resolução nº 39/2015 |
|-----------|-------------------------------|--|
| Janeiro   | Demonstrativo financeiro      | SIM  |
|           | Parecer do Conselho do FUNDEB | SIM  |
|           | Parecer do Conselho do FMS    | SIM  |
|           | Parecer do Conselho do FMAS   | SIM  |
|           | Parecer dos demais Conselhos  | SIM  |
| Fevereiro | Demonstrativo financeiro      | SIM  |
|           | Parecer do Conselho do FUNDEB | SIM  |
|           | Parecer do Conselho do FMS    | SIM  |
|           | Parecer do Conselho do FMAS   | SIM  |
|           | Parecer dos demais Conselhos  | SIM  |
| Março     | Demonstrativo financeiro      | SIM  |
|           | Parecer do Conselho do FUNDEB | SIM  |
|           | Parecer do Conselho do FMS    | SIM  |



|          |                                       |     |
|----------|---------------------------------------|-----|
| Abril    | Parecer do Conselho do FMAS           | SIM |
|          | Parecer dos demais Conselhos          | SIM |
|          | Parecer do Conselho do FUNDEB         | SIM |
|          | Parecer do Conselho do FMS            | SIM |
|          | Parecer do Conselho do FMAS           | SIM |
| Novembro | Parecer dos demais Conselhos          | SIM |
|          | Parecer do Conselho do FMS            | NÃO |
|          | Demonstrativo dos créditos adicionais | SIM |

Diante do exposto, verifica-se que as ocorrências nos meses de Janeiro/Fevereiro/Março/Abril **foram sanadas** e que no mês de Agosto algumas peças foram enviadas com atraso, portanto, para esse mês, a **ocorrência não foi sanada**.

**2.1.4 DAS PEÇAS AUSENTES:** Não foram enviadas ao Tribunal de Contas as seguintes peças exigidas pela Resolução TCE nº 39/2015:

- Cópias das atas de audiências públicas perante a Comissão Permanente da Câmara de Vereadores, estabelecidas no art. 48, parágrafo único, inciso I da LRF;
- Cópias das atas de audiências públicas realizadas na Câmara Municipal nos meses de Fevereiro, Maio e Setembro, nos termos do art. 36, § 5º da Lei Complementar nº 141/2012;
- Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão referente ao 1º e 2º Semestres;
- Demonstrativo dos Restos a Pagar referente ao 1º e 2º Semestres;
- Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º e 2º Semestres;
- Leis, resoluções e/ou outros instrumentos legais que disciplinam os subsídios dos agentes políticos, a concessão de diárias e ajudas de custo;
- Relatório de Gestão Fiscal Consolidado referente ao 1º e 2º Semestres;
- Termo de opção pela divulgação quadrimestral dos relatórios da LRF. A peça deve ser desconsiderada em razão de o termo ser o da semestralidade. Municípios com população inferior a 50 mil habitantes fazem a divulgação quadrimestral.

**DEFESA (fls. 07 da peça 25):** O município se desculpa pelo atraso do envio das peças e informa que as anexou na defesa.

**ANÁLISE:** O município fez a opção pela divulgação quadrimestral do relatório, portanto o termo de opção é para a divulgação semestral e não para a quadrimestral, desconsiderando com isso as alíneas "c", "d", "e", "g" e "h". Embora a defesa tenha anexado as peças enumeradas nas alíneas "a", "b" e "f", elas não foram encontradas no Sistema Documentação Web, que é a exigência do art. 2º da Resolução nº 39/2015. Portanto, **ocorrência parcialmente sanada**.

**2.1.5 DA INSUFICIÊNCIA NA ARRECADAÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA:** Observou-se que não houve incremento da receita tributária do município ao longo do exercício, e sim, um decréscimo em relação ao exercício de 2015, conforme tabela abaixo:

| Exercício | (A) Receita Tributária Arrecadada (R\$) | (B) Receita Efetiva (R\$) | % (A/B) | Receita Total Arrecadada (R\$) |
|-----------|---|---------------------------|---------|--------------------------------|
| 2013      | 192.316,23                              | 6.232.436,57              | 3,09    | 11.193.247,30                  |



|      |            |              |      |               |
|------|------------|--------------|------|---------------|
| 2014 | 321.854,79 | 6.998.252,84 | 4,59 | 12.466.405,45 |
| 2015 | 341.116,35 | 7.361.749,05 | 4,63 | 15.125.450,48 |
| 2016 | 341.201,83 | 8.533.521,30 | 4,00 | 17.292.829,01 |

**DEFESA (fls. 07 da peça 25):** O gestor entende que o município cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois arrecadou próximo ao valor previsto, haja vista que o orçamento do município para o exercício de 2016 previu uma arrecadação tributária de R\$ 354.150,00, arrecadando efetivamente o valor de R\$ 341.201,83.

**ANÁLISE:** Observa-se que o município arrecadou 96,34% do que estava previsto inicialmente e que fez a cobrança de todos os impostos de sua competência, como pode ser visto em tabela abaixo:

| Receita Tributária e COSIP                | (A) Atualizada (R\$) | (B) Arrecadada (R\$) | % (B/A)      |
|---|----------------------|----------------------|--------------|
| <b>Receita Tributária</b>                 | <b>354.150,00</b>    | <b>341.201,83</b>    | <b>96,34</b> |
| Impostos                                  | 341.000,00           | 333.087,38           | 97,68        |
| IPU                                       | 14.000,00            | 32.345,75            | 231,04       |
| ISS                                       | 168.000,00           | 91.328,50            | 54,36        |
| ITBI                                      | 12.000,00            | 12.724,56            | 106,04       |
| IRRF                                      | 142.000,00           | 196.688,57           | 138,51       |
| Outros Impostos                           | 5.000,00             | 0,00                 | 0,00         |
| Taxas                                     | 10.000,00            | 6.919,65             | 69,20        |
| Contribuição de Melhoria                  | 3.150,00             | 1.194,80             | 37,93        |
| <b>Contribuição de Iluminação Pública</b> | <b>126.000,00</b>    | <b>123.661,05</b>    | <b>98,14</b> |
| <b>Total</b>                              | <b>480.150,00</b>    | <b>464.862,88</b>    | <b>96,82</b> |

O fato de ter arrecadado um pouco menos do previsto, ocasionando um decréscimo em relação ao exercício anterior, não é considerado uma falha em si, porém o não incremento da receita própria demonstra inobservância ao art. 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal. **Recomenda-se que o município faça uso de suas prerrogativas do dever de arrecadação dos tributos de sua competência.**

**2.1.6 DA CONTABILIZAÇÃO A MENOR DA COSIP:** Verificou-se que os valores da COSIP foram lançados a menor conforme informação prestada pela ELETROBRAS junto a esta Corte.

**DEFESA (fls. 07/08 da peça 25):** O gestor alega que os valores da COSIP são lançados pelo valor bruto de acordo com a compensação financeira dos recursos que ocorre no ato do pagamento da fatura de iluminação pública, como o valor da receita é menor do que o da despesa o município não possui conta bancária para recebimento da receita, sendo assim apenas compensa a receita no ato do pagamento da despesa.

**ANÁLISE:** É de conhecimento que existe um encontro de contas entre os valores arrecadados pela Eletrobrás a título de COSIP (fatura de energia elétrica) e os valores devidos pelo Município àquela empresa em decorrência da prestação dos serviços de iluminação pública, observando-se que o valor creditado nas contas dos Municípios é o resultado dessa compensação. Entretanto, pelo princípio do orçamento bruto (art. 6º, Lei nº 4.320/1964), todas as receitas e despesas devem ser registradas pelo valor bruto, vedadas quaisquer deduções. Dessa forma, mesmo com a compensação da COSIP nas faturas da ELETROBRAS, haveria a necessidade de registro do valor total da receita arrecadada com a contribuição, bem como da despesa total realizada com o pagamento das faturas. Ante o exposto, **ocorrência não sanada.**

**2.1.7 DA AUSÊNCIA NA CONTABILIZAÇÃO DA COSIP:** Observou-se que a receita da COSIP foi lançada, indevidamente, na Origem RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES, conforme Anexo 2 e Anexo 10 do Balanço Geral.



**DEFESA (fls. 08 da peça 25):** Para efeito de classificação orçamentária, a Origem "Receita Tributária" engloba apenas as espécies "Impostos", "Taxas" e Contribuições de Melhoria". Para efeito de Classificação Orçamentária, a "Receita de Contribuições" é diferenciada da origem "Receita Tributária". Dessa forma, a Receita de Contribuição para o Custeio da iluminação Pública, corresponde ao detalhamento da Espécie: RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES. Ficando claro que a contabilização das Receitas de Contribuição para o Custeio da Iluminação pública do município no exercício, fora registrada devidamente na rubrica correta.

**ANÁLISE:** Assiste razão ao gestor, conforme o disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP 6ª edição, fl. 47. **Ocorrência sanada.**

**d. Código 1230.00.00 - Receita Corrente - Contribuições - Contribuição de Iluminação Pública (CIP)**

Instituída pela Emenda Constitucional nº 39/2002, que acrescentou o art. 149-A à Constituição Federal, possui a finalidade de custear o serviço de iluminação pública. A competência para instituição é dos municípios e do Distrito Federal.

*Art. 149-A. Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III.*

*Parágrafo único. É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura de consumo de energia elétrica.*

Municípios e DF, a partir dessa autorização constitucional, iniciaram a regulamentação por lei complementar, visando a dar eficácia plena ao citado artigo 149-A da Constituição da República Federativa do Brasil.

Sob a ótica da classificação orçamentária, a "Contribuição de Iluminação Pública" é Espécie da Origem "Contribuições", que integra a Categoria Econômica "Receitas Correntes".

**2.1.8 DA DESPESA TOTAL EMPENHADA:** A Despesa Empenhada Total atingiu o montante de R\$ 15.175.052,49 (quinze milhões, cento e setenta e cinco mil, cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos), que corresponde a 78,34%, em relação à fixada, representando uma economia orçamentária de R\$ 4.195.436,19 (quatro milhões, cento e noventa e cinco mil, quatrocentos e trinta e seis reais e dezenove centavos).

| Descrição                        | Valor (R\$)         |
|----------------------------------|---------------------|
| Autorização Final                | 19.370.488,68       |
| (-) Execução Final               | 15.175.052,49       |
| <b>(=) Economia Orçamentária</b> | <b>4.195.436,19</b> |

Obs.: Informações consolidadas.

**DEFESA (fls. 09 da peça 25):** A diferença verificada deve-se à impressão do demonstrativo do balanço orçamentário, Anexo 12, não ter consolidado a informação dos registros do Fundo de Previdência de Brasileira. O gestor informa o envio da cópia da ratificação devidamente publicada em anexo.

**ANÁLISE:** Foi encaminhada cópia do demonstrativo Balanço Orçamentário – Anexo 12 retificado (fls. 80-82 da peça 29) aos autos. Foi constatado que o demonstrativo foi publicado em 28 de novembro de 2017, portanto, fora do prazo estabelecido na Resolução TCE/PI nº 39/2015, art. 4º. Ademais, esse atraso consta no sistema Documentação Web. **Recomenda-se um melhor planejamento do orçamento a ser executado.**

**2.1.9 DO DESCUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL DE DESEMPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO:** Foi constatado que o município aplicou, no exercício, 20,22% do total das despesas em ações típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino com o total da receita proveniente de impostos e transferências, descumprindo, portanto, o mandamento constitucional elencado no art. 212, da Constituição Federal.





| Receita Resultante de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais  | Valor (R\$)  |
|---|--------------|
| Receitas Proveniente de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais (A)  | 8.401.745,80 |
| Despesas com Ações Típicas de MDE   | Valor (R\$)  |
| (+) Despesas com Educação Infantil (Custeadas com Recursos do FUNDEB e de Impostos)   | 0,00         |
| (+) Despesas com Ensino Fundamental (Custeadas com Recursos do FUNDEB e de Impostos)  | 4.537.567,70 |
| (+) Total das Despesas com Ações Típicas de MDE (B)   | 4.537.567,70 |
| Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional  | Valor (R\$)  |
| (-) Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB  | 1.862.987,99 |
| (-) Despesas Custeadas com a Complementação da União ao FUNDEB no Exercício   | 970.778,75   |
| (-) Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB até o Bimestre   | 4.711,84     |
| (-) Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, do FUNDEB   | 0,00         |
| (-) Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, de Outros Recursos de Impostos                                | 0,00         |
| (-) Restos a Pagar Inscritos no Exercício Sem Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino                   | 0,00         |
| (-) Cancelamento, no Exercício, de Restos a Pagar Inscritos Com Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino | 0,00         |
| (-) Total das Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional (C)  | 2.838.478,58 |
| Total das Despesas para fins de Limite  | Valor (R\$)  |
| (+) Total das Despesas com Ações Típicas de MDE (B)   | 4.537.567,70 |
| (-) Total das Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional (C)  | 2.838.478,58 |
| (=) Total das Despesas para fins de Limite (D) = (B – C)  | 1.699.089,12 |
| Limite Mínimo de 25% das Receitas de Impostos e Transferências em MDE   | Valor (R\$)  |
| Receitas Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais (A)   | 8.401.745,80 |
| Total das Despesas para fins de Limite (D)  | 1.699.089,12 |
| <b>Percentual de Aplicação das Receitas de Impostos e Transferências em Ações de MDE % (D/A)</b>  | <b>20,22</b> |

**DEFESA:** Gestor alega falha do programa no momento da impressão do Demonstrativo da Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, o relatório impresso não informa os valores corretos. Encaminha cópia da ratificação devidamente publicada.

**ANÁLISE:** Consta nos autos cópia ilegível da publicação de 28 de novembro de 2017 do Demonstrativo das Receitas e Despesas do Ensino por Fonte de Recurso (fls. 83-86 da peça 29) e a Listagem da relação das ordens de pagamento à Peça 45. Em consulta ao sistema Documentação Web- LRF-Bimestral verificou-se que houve a retificação do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE-6º bimestre/2016.

No quadro gerado no relatório preliminar, o valor da linha 24.2- Despesas Custeadas com outros recursos de impostos foi de R\$ 195.392,74 (Peça 1, fl. 166), tendo por base o demonstrativo do MDE-6º bimestre encaminhado pelo gestor no sistema Documentação Web.

Entretanto, com base na informação do relatório interno do Sagres-Empenhos por UG/Secretaria de Educação, Subfunção 361, FR-Tesouro, verificou-se que o valor foi de R\$ 853.243,37, ratificado pelo novo demonstrativo do MDE-6º bimestre reenviado (Documentação Web). Portanto, refazendo-se o novo quadro, **resta demonstrado o cumprimento dos gastos com Manutenção e Desenvolvimento do ensino**, tendo o município de Brasileira aplicado 28,95%.

| Receita Resultante de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais             | Valor (R\$)  |
|--|--------------|
| Receitas Proveniente de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais (A)       | 8.346.619,81 |
| Despesas com Ações Típicas de MDE  | Valor (R\$)  |
| (+) Despesas com Educação Infantil (Custeadas com Recursos do FUNDEB e de Impostos)  | 0,00         |
| (+) Despesas com Ensino Fundamental (Custeadas com Recursos do FUNDEB e de Impostos) | 5.254.452,61 |
| (+) Total das Despesas com Ações Típicas de MDE (B)                                  | 5.254.452,61 |
| Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional                             | Valor (R\$)  |
| (-) Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB                                   | 1.862.987,99 |





|   |                    |
|---|--------------------|
| (-) Despesas Custeadas com a Complementação da União ao FUNDEB no Exercício   | 970.778,75         |
| (-) Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB até o Bimestre   | 4.711,84           |
| (-) Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, do FUNDEB   | 0,00               |
| (-) Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, de Outros Recursos de Impostos                                | 0,00               |
| (-) Restos a Pagar Inscritos no Exercício Sem Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino                   | 0,00               |
| (-) Cancelamento, no Exercício, de Restos a Pagar Inscritos Com Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino | 0,00               |
| (-) Total das Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional (C)  | 2.838.478,58       |
| <b>Total das Despesas para fins de Limite</b>   | <b>Valor (R\$)</b> |
| (+) Total das Despesas com Ações Típicas de MDE (B)   | 5.254.452,61       |
| (-) Total das Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional (C)  | 2.838.478,58       |
| (=) Total das Despesas para fins de Limite (D) = (B - C)  | 2.415.974,03       |
| <b>Limite Mínimo de 25% das Receitas de Impostos e Transferências em MDE</b>  | <b>Valor (R\$)</b> |
| Receitas Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais (A)   | 8.346.619,81       |
| Total das Despesas para fins de Limite (D)  | 2.415.974,03       |
| <b>Percentual de Aplicação das Receitas de Impostos e Transferências em Ações de MDE % (D/A)</b>  | <b>28,95</b>       |

**Ocorrência sanada.**

**2.1.9 DAS DIVERGÊNCIAS ENTRE INFORMAÇÕES DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO ENVIADAS NO SISTEMA SAGRES-CONTÁBIL E NO BALANÇO GERAL NO SISTEMA DOCUMENTAÇÃO WEB:** Constataram-se divergências nos valores informados nas prestações de contas enviadas através do sistema SAGRES-Contábil e no Balanço Geral no Documentação Web, detalhadas como segue:

| Relação de Divergências entre SAGRES-Contábil e Balanço Geral (Documentação Web)  |                               |                               |
|---|-------------------------------|-------------------------------|
| Especificação   | Valor - SAGRES-Contábil (R\$) | Valor - Análise Técnica (R\$) |
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE/24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB/DOTAÇÃO INICIAL                             | 4.409.700,00                  | 4.336.000,00                  |
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE/24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB/DOTAÇÃO ATUALIZADA                          | 4.447.700,00                  | 4.374.000,00                  |
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE/24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB/DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre          | 4.401.209,24                  | 4.342.174,96                  |
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE/24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB/DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre          | 4.401.209,24                  | 4.342.174,96                  |
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE/24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos/DOTAÇÃO INICIAL                    | 410.072,40                    | 317.600,00                    |
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE/24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos/DOTAÇÃO ATUALIZADA                 | 983.435,84                    | 301.396,49                    |
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE/24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos/DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre | 853.243,37                    | 195.392,74                    |
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE/24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos/DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre | 853.243,37                    | 195.392,74                    |

**DEFESA (fls. 09 da peça 25):** Informa que houve uma falha do programa no momento da impressão do Demonstrativo da despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino- MDE e que o relatório impresso não informa os valores corretos. O gestor informa o envio da cópia da ratificação devidamente publicada em anexo.

**ANÁLISE:** As informações constantes nas prestações de contas encaminhadas pelo sistema Documentação Web e Sagres-Contábil, devem ser convergentes. **Recomenda-se observar o que dispõe o art. 5º da Resolução TCE nº 39/2015:**

Art. 5º Os dados eletrônicos deverão apresentar-se em inteira conformidade com as informações dos documentos físicos que integram a prestação de contas (...)



**2.1.10 DAS DIVERGÊNCIAS ENTRE INFORMAÇÕES DAS DESPESAS COM SAÚDE ENVIADAS NO SISTEMA SAGRES-CONTÁBIL E NO BALANÇO GERAL NO SISTEMA DOCUMENTAÇÃO WEB:** Constataram-se divergências na apuração e cálculo dos limites constitucionais e legais nos valores informados nas prestações de contas enviadas através do sistema SAGRES-Contábil e no Balanço Geral no sistema Documentação Web:

| Relação de Divergências entre SAGRES-Contábil e Balanço Geral (Documentação Web)  |                               |                               |
|---|-------------------------------|-------------------------------|
| Especificação   | Valor - SAGRES-Contábil (R\$) | Valor - Análise Técnica (R\$) |
| DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO/Outros Recursos/DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre   | 2.868.225,84                  | 529.867,02                    |
| DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO/Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS/DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre | 0,00                          | 2.338.358,82                  |
| DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO/Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS/DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre | 0,00                          | 2.338.358,82                  |
| DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO/Outros Recursos/DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre   | 2.868.225,84                  | 529.867,02                    |

**DEFESA:** O gestor não se manifestou.

**ANÁLISE:** Remete-se à análise do item 2.1.9.

**2.1.11 DAS DIVERGÊNCIAS ENTRE O BALANÇO FINANCEIRO E A DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE:** Verificou-se a existência de saldos diferenciados na movimentação ocorrida na Dívida Flutuante, ou Administrativa, do município e no Balanço Financeiro:

| Títulos                    | Saldo do Exercício Anterior (R\$) | Movimento no Exercício (R\$) |                     | Saldo para o Exercício Seguinte (R\$) |
|----------------------------|-----------------------------------|------------------------------|---------------------|---------------------------------------|
|                            |                                   | Inscrição (R\$)              | Baixa (R\$)         |                                       |
| Restos a Pagar             | 965.984,89                        | 537.611,64                   | 957.431,12          | 546.165,41                            |
| Serviços de Dívida a Pagar | 0,00                              | 0,00                         | 0,00                | 0,00                                  |
| Depósitos                  | 192.172,66                        | 1.538.638,26                 | 1.679.961,80        | 50.849,12                             |
| Débitos de Tesouraria      | 0,00                              | 0,00                         | 0,00                | 0,00                                  |
| Outros (Diversos)          | 0,00                              | 0,00                         | 0,00                | 0,00                                  |
| <b>Total</b>               | <b>1.158.157,55</b>               | <b>2.076.249,90</b>          | <b>2.637.392,92</b> | <b>597.014,53</b>                     |

| RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS<br>BALANÇO FINANCEIRO | DÍVIDA FLUTUANTE<br>INSCRIÇÃO | DIFERENÇA             |
|---|-------------------------------|-----------------------|
| <b>R\$ 2.240.912,52</b>                               | <b>R\$ 2.076.249,90</b>       | <b>R\$ 164.662,62</b> |

| PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS<br>BALANÇO FINANCEIRO | DÍVIDA FLUTUANTE<br>BAIXA | DIFERENÇA             |
|---|---------------------------|-----------------------|
| <b>R\$ 2.824.180,83</b>                             | <b>R\$ 2.637.392,92</b>   | <b>R\$ 186.787,91</b> |

**DEFESA:** A diferença de **R\$ 164.662,62** encontrada entre as inscrições do Demonstrativo da Dívida Flutuante e do Balanço Financeiro se deu por conta de um valor de **R\$ 11.089,04**, que se trata de lançamentos de ajuste efetuados na independente da execução orçamentária, menos o valor de **R\$ 175.751,66** de Créditos a Receber. E que a diferença de **R\$ 186.787,91** encontrada entre os pagamentos do Demonstrativo da Dívida Flutuante e do Balanço Financeiro é referente aos valores de Créditos a Receber. Informando ainda que o Demonstrativo da Dívida Flutuante apresentado está de acordo com a Lei nº 4.320/64, que denota que a sua composição demonstra as contas de passivo (obrigações) não configurando assim o ingresso de contas como Créditos à Receber que se tratam de contas de ativo (direitos).



**ANÁLISE:** Assiste razão ao gestor, haja vista que os montantes de **R\$ 175.751,66** e **R\$ 186.787,91** correspondem a Créditos a Receber, conforme Balanço Financeiro – Anexo 12 enviado ao sistema Documentação Controle. E, foi constatado lançamento de ajuste no montante de **R\$ 11.089,04** no sistema Sagres Contábil>Processamento Sagres 2016>Lançamento por Conta Corrente>Movimento 14. **Ocorrência sanada.**

|                 |   |           |               |                            |
|-----------------|---|-----------|---------------|----------------------------|
| 00447318        | Data = [31/12/2016], Tipo = [Ordinário], Movimento = [Lançamentos de Encerramento (M14)], Unidade Orçamentária = [040200]<br>Histórico = [ENCERRAMENTO DAS VPD COMPLEMENTO DE HISTORICO COMPLEMENTO DE HISTORICO] |           |               |                            |
| 3.4.9.9.1.00.00 | Crédito   | 11.089,04 | ContaGenerica | atributoSupeFinanceiro = F |

**2.1.12 DA AVALIAÇÃO DO MUNICÍPIO (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA):** O portal institucional de transparência do município foi avaliado por esta Corte de Contas segundo os critérios estabelecidos no anexo I da Instrução Normativa TCE nº 02/2016 (Peça 28). O Ministério Público Federal-MPF avaliou o município, o qual obteve as notas abaixo, retiradas do sítio eletrônico [www rankingdatransparencia.mpf.mp.br](http://www rankingdatransparencia.mpf.mp.br).

| Avaliação | Nota |
|-----------|------|
| 1ª        | 4,60 |
| 2ª        | 8,20 |

**DEFESA:** O gestor não se manifestou.

**ANÁLISE:** Recomenda-se a atualização constante do sítio do portal da transparência do município de Brasileira a fim de que não haja desobediência ao princípio da transparência.

**2.1.13 DAS IRREGULARIDADES NO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO:** Observou-se que a receita prevista inicial foi diferente da despesa fixada inicial, não atendendo assim ao princípio orçamentário do equilíbrio.

| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO       |                           |
|----------------------------|---------------------------|
| PREVISÃO INICIAL - RECEITA | DOTAÇÃO INICIAL – DESPESA |
| R\$ 19.561.000,00          | R\$ 19.456.830,00         |

**DEFESA (fls. 10 da peça 25):** A diferença verificada deve-se à impressão do demonstrativo do balanço orçamentário, Anexo 12, não ter consolidado a informação dos registros do Fundo de Previdência de Brasileira. O gestor informa o envio da cópia da ratificação devidamente publicada em anexo.

**ANÁLISE:** Foi encaminhada cópia do demonstrativo Balanço Orçamentário – Anexo 12 retificado (fls. 80-82 da peça 29) aos autos e consta no sistema Documentação Web.

Foi constatado que o demonstrativo foi publicado em 28 de novembro de 2017, portanto, fora do prazo estabelecido na Resolução TCE/PI nº 39/2015, art. 4º. **Recomenda-se um melhor planejamento do orçamento a ser executado.**

**2.1.14 DAS IRREGULARIDADES NO BALANÇO FINANCEIRO:** Verificou-se a ausência do preenchimento da coluna “exercício anterior”, tanto para os ingressos quanto para os dispêndios.

**DEFESA (fls. 10/12 da peça 25):** O gestor entendeu que a DFAM fez um julgamento precipitado sem ao menos visualizar a peça que está anexada na documentação web devidamente preenchida com os INGRESSOS - saldo atual e saldo anterior, como também os DISPÊNDIOS - saldo atual e saldo anterior, obedecendo assim as Normas Aplicadas ao Setor



Público. Afirmar ainda, que foi anexada à defesa cópia do Balanço Financeiro, impressa do site do TCE - Documentação WEB, onde se vê o demonstrativo devidamente correto.

Ademais, alega que a DFAM se precipitou em julgar o profissional contábil enquadrando-o no art.92 da Resolução TCE 905/09, que assim diz:

Art. 92. Os contabilistas ou organizações contábeis que prestarem assessoria contábil à administração municipal serão responsabilizados pela ação ou omissão que e venha configurar transgressão à Lei ou que venha importar em dano ou prejuízo ao erário, nos termos da Lei de nº 5.888/09 (Lei Orgânica do TCE-PI) e de outras legislações especiais. Parágrafo único. A responsabilidade referida no caput não exclui a representação ao Conselho Regional de Contabilidade, ao Ministério Público Estadual ou a qualquer outro órgão com atribuição de controle, a fim de que adotem as providências cabíveis em seus âmbitos de atuação.

A defesa afirma que o artigo da citada Resolução 905/09 não é o art. 53 e sim o artigo art. 92 e que o profissional contábil aqui em referência, não pode e nem deve ser enquadrado no art. 92 da resolução 905/09 do TCE, pois não omitiu, não transgrediu a Lei, e não causou nenhum dano nem prejuízo ao erário público. Além disso, alega que a DFAM no parágrafo único do citado artigo, faz ameaças injustamente e precipitadamente ao profissional quando não exclui a possibilidade de entrar com Representações ao Conselho Regional de Contabilidade, ao Ministério Público Estadual e aos órgãos de controle, entendendo que o profissional está sendo julgado por uma conduta que não cometera, haja vista considerar uma falha do técnico do Tribunal em não analisar a peça contábil.

Finaliza pedindo à DFAM um maior cuidado em afirmar que o profissional contábil praticara qualquer conduta irregular e que tenha uma atenção especial ao analisar as demonstrações contábeis dos jurisdicionados.

**ANÁLISE:** Em consulta ao sistema Documentação Web, foi constatado que houve o preenchimento da coluna "exercício anterior". **Ocorrência sanada.**

**2.1.17 DO EFETIVO DESEMPENHO DA CONTROLADORIA INTERNA:** O controle interno é ferramenta indispensável à tranquilidade do gestor público. Por isso mesmo, dependem de servidores adequadamente preparados para o desempenho de suas tarefas normais e da execução de seu plano de ação.

Torna-se relevante que a Controladora Interna, ao emitir seu parecer, acerca da prestação de contas geral, assegure a legitimidade dos seus relatos.

**DEFESA (fls. 13 da peça 25):** Não encontrou nenhuma irregularidade ou omissão que impedisse o controlador de emitir seu parecer.

**ANÁLISE:** O relatório técnico sugere um maior desempenho do controle interno.

## **2 CONTAS DE GESTÃO**

### **2.1 PODER EXECUTIVO**

#### **2.1.1 PREFEITURA MUNICIPAL**

**Gestor:** Paula Miranda Amorim Araújo

**Período da Gestão:** 02/01 - 31/12/2016

**2.1.1.1 DA AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO:** Constataram-se a inexistência de licitação para as seguintes despesas:



| Emp   | Data       | Credor                          | (R\$)             | Fonte de Recurso |
|---|------------|---------------------------------|-------------------|------------------|
| <b>AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS</b>  |            |                                 |                   |                  |
| 701041  | 01/07/2016 | Ramos e Christoffel Ltda.       | 17.410,32         | TESOURO          |
| <b>TOTAL</b>  |            |                                 | <b>17.410,32</b>  |                  |
| <b>O montante, durante o exercício, importou em R\$ 244.933,13</b>                              |            |                                 |                   |                  |
| <b>CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE</b>   |            |                                 |                   |                  |
| 218001  | 18/02/2016 | F & W CONSTRUÇÕES LTDA          | 121.684,68        | EDUCAÇÃO         |
| <b>TOTAL</b>  |            |                                 | <b>121.684,68</b> |                  |
| <b>O montante, durante o exercício, importou em R\$ 234.560,57</b>                              |            |                                 |                   |                  |
| <b>SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO</b>   |            |                                 |                   |                  |
| 729016  | 29/07/2016 | L. A. LUSTOSA VIEIRA ME         | 32.821,70         | TESOURO          |
| <b>TOTAL</b>  |            |                                 | <b>32.821,70</b>  |                  |
| <b>O montante, durante o exercício, importou em R\$ 401.221,85.</b>                             |            |                                 |                   |                  |
| <b>MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO E TRANSPORTE DE PIÇARRA.</b> |            |                                 |                   |                  |
| 229002  | 29/02/2016 | A. M. DA PACIÊNCIA              | 31.796,80         | TESOURO          |
| <b>TOTAL</b>  |            |                                 | <b>31.796,80</b>  |                  |
| <b>O montante, durante o exercício, importou em R\$ 283812,30</b>                               |            |                                 |                   |                  |
| <b>SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA OU CONSULTORIA JURÍDICA</b>                                  |            |                                 |                   |                  |
| 104058  | 04/01/2016 | MARCOS ANTONIO DE SOUZA ARAUJO  | 102.000,00        | TESOURO          |
| 104059  | 04/01/2016 | CARLOS DOUGLAS DOS SANTOS ALVES | 69.504,00         | TESOURO          |
| <b>TOTAL</b>  |            |                                 | <b>171.504,00</b> |                  |
| <b>TRANSPORTE DE ALUNOS</b>   |            |                                 |                   |                  |
| 601010  | 01/06/2016 | GEOVANI MENDES MENESES - MEE    | 25.746,20         | TESOURO          |
| <b>TOTAL</b>  |            |                                 | <b>25.746,20</b>  |                  |
| <b>O montante, durante o exercício, importou em R\$ 344.776,70</b>                              |            |                                 |                   |                  |
| <b>SERVIÇO DE CONTABILIDADE</b>   |            |                                 |                   |                  |
| 104060  | 04/01/2016 | SCP ASSESSORIA CONTÁBIL         | 78.000,00         | TESOURO          |
| <b>TOTAL</b>  |            |                                 | <b>78.000,00</b>  |                  |

#### A. AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS:

**DEFESA (fls. 56/120 da peça 32; fls.1/23 da peça 33):** Foi anexada a documentação exigida pela Resolução TCE/PI nº 39/2015, bem como pela Instrução Normativa TCE/PI nº 01/2013 (alterada pela Instrução Normativa TCE/PI 03/2015, publicada no DOE-TCE/PI de 04 de maio de 2015);

**ANÁLISE:** Em relação ao empenho nº 701041 com o credor Ramos e Christoffel foi identificado o aditivo nº 01/2016 (fls. 21 da peça 33) ao Contrato nº 120/2015, oriundo da Concorrência Pública nº 01/2015, que justifica a despesa em referência. **Ocorrência sanada.**

#### B. CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE:

**DEFESA (fls.82/121 da peça 33; fls.1/116 da peça 34; fls.1/123 da peça 35, fls.1/3 da peça 36):** Foi anexada a documentação exigida pela Resolução TCE/PI nº 39/2015, bem como pela Instrução Normativa TCE/PI nº 01/2013 (alterada pela Instrução Normativa TCE/PI 03/2015, publicada no DOE-TCE/PI de 04 de maio de 2015);

**ANÁLISE:** Verificou-se que houve um processo de licitação na modalidade Tomada de Preço cujo objeto foi a construção de uma creche, do qual teve como vencedor a empresa F & W Construções LTDA. Portanto a nota de empenho nº 218001 teve cobertura contratual. **Ocorrência sanada.**

#### C. SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO:





**DEFESA (fls. 24/98 da peça 36; fls.1/27 da peça 37):** Foi anexada a documentação exigida pela Resolução TCE/PI nº 39/2015, bem como pela Instrução Normativa TCE/PI nº 01/2013 (alterada pela Instrução Normativa TCE/PI 03/2015, publicada no DOE-TCE/PI de 04 de maio de 2015);

**ANÁLISE:** Em relação ao empenho nº 729016 com o credor L. A. Lustosa Vieira ME foi identificado o aditivo nº 01/2016 (fls. 23 da peça 37) ao Contrato nº 42/2015, que justifica a despesa em referência. **Ocorrência sanada.**

#### **D. MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO E TRANSPORTE DE PIÇARRA:**

**DEFESA (fls. 1/60 da peça 31):** Foi anexada a documentação exigida pela Resolução TCE/PI nº 39/2015, bem como pela Instrução Normativa TCE/PI nº 01/2013 (alterada pela Instrução Normativa TCE/PI 03/2015, publicada no DOE-TCE/PI de 04 de maio de 2015);

**ANÁLISE:** Apesar de ter havido um procedimento licitatório do qual a empresa A. M. da Paciência logrou-se vencedora, foi verificado que o contrato oriundo dessa licitação é datado de 03.03.2016 e a nota de empenho nº 229002 é de 29.02.2016, antes de uma cobertura contratual. Diante do exposto, entende-se que a **ocorrência não foi sanada.**

#### **E. SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA OU CONSULTORIA JURÍDICA:**

**DEFESA (fls.55/81 da peça 33; fls. 4/23 da peça 36):** A documentação referente aos credores **Marcos Antônio de Souza Araújo** e **Carlos Douglas dos Santos Alves** encontram-se ilegíveis em sua maior parte;

**ANÁLISE:** Ocorreu uma inexigibilidade de licitação para contratação dos credores **Marcos Antônio de Souza Araújo** e **Carlos Douglas dos Santos Alves** para serviços de consultoria advocatícia. A Lei nº 8.666/93 em seu artigo 25 diz que é inexigível licitação quando não existir possibilidade de competição. Já está pacificado que o serviço de assessoria jurídica não se enquadra nessa não competitividade, não estando abarcado pelos serviços técnicos profissionais especializados contidos no artigo 13 dessa mesma Lei. Ademais, em que pese à documentação em sua maioria se encontrar ilegível, observa-se que o contrato com o senhor Marcos Antônio de Souza Araújo é datado do dia 12.01.2016 (fls. 77/78 da peça 33) e a nota de empenho nº 104058 é de 04.01.2016. O contrato com o senhor Carlos Douglas dos Santos Alves data de 07.01.2016 (fls.19/20 da peça 36) e a nota de empenho nº 104059 é de 04.01.2016, ou seja, ambos foram contratados antes de uma cobertura contratual. Diante do exposto, entende-se que a **ocorrência não foi sanada.**

#### **F. TRANSPORTE DE ALUNOS:**

**DEFESA (fls. 61/98 da peça 31; fls.1/54 da peça 32)** Foi anexada a documentação exigida pela Resolução TCE/PI nº 39/2015, bem como pela Instrução Normativa TCE/PI nº 01/2013 (alterada pela Instrução Normativa TCE/PI 03/2015, publicada no DOE-TCE/PI de 04 de maio de 2015);

**ANÁLISE:** Houve um procedimento licitatório e um aditivo contratual com a empresa Geovani Mendes Meneses- ME cujo objeto é transporte escolar. A nota de empenho nº 601010 tem cobertura contratual, dessa forma, considera-se que a **ocorrência foi sanada.**



## **G. SERVIÇO DE CONTABILIDADE:**

**DEFESA (fls.24/54 da peça 33):** A documentação anexada em sua maioria encontra-se ilegível;

**ANÁLISE:** Ocorreu uma inexigibilidade de licitação para contratação do credor SCP Assessoria Contábil. A Lei nº 8.666/93 em seu artigo 25 diz que é inexigível licitação quando não existir possibilidade de competição. Já está pacificado que o serviço de assessoria contábil não se enquadra nessa não competitividade, não estando abarcado pelos serviços técnicos profissionais especializados contidos no artigo 13 dessa mesma Lei. Ademais, mesmo a documentação em sua maioria se encontrar ilegível, observa-se que o contrato com a SCP Assessoria Contábil é datado do dia 12.01.2016 (fls. 49/51 da peça 33) e a nota de empenho nº 104060 é de 04.01.2016, antes de uma cobertura contratual. Diante do exposto, entende-se que a **ocorrência não foi sanada**.

**2.1.1.2 DO DÉBITO COM A AGESPISA:** Constatou-se o débito com a AGESPISA – ÁGUAS E ESGOTO DO PIAUÍ S/A no valor de R\$ 86.569,00 (Oitenta e seis mil quinhentos e sessenta e nove reais).

**DEFESA (fl.12 da peça 25):** O gestor afirma que em 2016 o município não tinha conhecimento da dívida e por esse motivo a contabilidade não efetuou o seu registro. E que somente tomou conhecimento da dívida com o recebimento do ofício DIP/GAPRE nº 138/17, firmando com isso um convênio de parcelamento do débito, comprovado em documentação anexa.

**ANÁLISE:** O documento juntado pela defesa da empresa AGESPISA – ÁGUAS E ESGOTO DO PIAUÍ S/A declara que o município se encontra adimplente, portanto, **ocorrência sanada**.

**2.1.1.3 DAS LICITAÇÕES NÃO FINALIZADAS NO SISTEMA "LICITAÇÕES WEB":** Constatou-se que 02 (dois) processos licitatórios, a carta convite nº 03/2016 e a carta convite nº 09/2016 não foram FINALIZADOS no Sistema Licitações WEB.

**DEFESA:** O gestor não se manifestou.

**ANÁLISE:** Em consulta ao Sistema "Relatórios Internos - Licitações por Modalidade" verificou-se que o convite nº 03/2016 foi finalizado em 01.09.2016 e que o convite nº 09/2016 foi cancelado em 24.11.2017, portanto, **ocorrência sanada**.

**2.1.1.4 DA INSPEÇÃO REALIZADA:** A inspeção teve como objetivo verificar o funcionamento do município em diversos aspectos: Emissão de decretos orçamentários, funcionamento do setor de pessoal, registros e encaminhamentos de informações dos servidores ao TCE e arrecadação e registros de receitas próprias. Nesse contexto, foi dada ênfase ao Imposto Predial Territorial Urbano-IPTU, ao transporte escolar e aos controles exercidos pelo setor de controle interno, tendo sido apurado o seguinte:

**A) DA NÃO APRESENTAÇÃO DOS DECRETOS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS:** A equipe de inspeção solicitou a apresentação de decretos suplementares expedidos pelo Município, assim como as respectivas publicações, sendo entregues, apenas os expedidos em janeiro e fevereiro. Ressalta-se que na sede da Prefeitura não houve a disponibilização dos Decretos com as suas devidas publicações:





| Lei/Decreto |            | Créditos Adicionais |            | Fonte de Recurso (R\$) |                        |                     |                |
|-------------|------------|---------------------|------------|------------------------|------------------------|---------------------|----------------|
| Nº          | Data       | Discriminação       | R\$        | Superávit Financeiro   | Excesso de Arrecadação | Anulação de Dotação | Op. de Crédito |
| 159/003     | 01/03/2016 | SUPLEMENTAÇÃO       | 36.500,00  | 0,00                   | 0,00                   | 36.500,00           | 0,00           |
| 159/004     | 01/04/2016 | SUPLEMENTAÇÃO       | 140.468,72 | 0,00                   | 0,00                   | 140.468,72          | 0,00           |
| 159/005     | 02/05/2016 | SUPLEMENTAÇÃO       | 297.231,58 | 0,00                   | 0,00                   | 297.231,58          | 0,00           |

**DEFESA:** O gestor não se manifestou.

**ANÁLISE:** A não publicação contraria o art. 5º da Instrução Normativa TCE 03/2015, o qual regula o prazo de 10 (dez) dias para publicação das Leis, Decretos e Ato Normativos em geral. Remete-se a análise do item 2.1.2. **Ocorrência não sanada.**

**B) DA ARRECAÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS:** Foi constatado que o município possui um código tributário muito antigo e quando questionado acerca da arrecadação dos tributos de competência municipal, verificou-se que o ente possui um sistema que gera o RELATÓRIO DE ARRECAÇÃO DOS CONVÊNIOS POR TRIBUTO (semanal, mensal e/ou anual), sendo destacada a receita com o IPTU (R\$ 11.293,83) e o ITBI (R\$ 4.754,56) referente ao período de 01/01/16 até 30/04/16.

**DEFESA:** O gestor não se manifestou.

**ANÁLISE:** Ratifica-se a recomendação feita pela equipe de inspeção para que o município de Brasileira faça a devida atualização do seu Código Tributário.

**C) DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DAS SUBCONTRATAÇÕES NOS CONTRATOS DE TRANSPORTE ESCOLAR:** Verificou-se que 427 (quatrocentos e vinte e sete) alunos do município utilizam o transporte escolar para irem à escola, e que através da Tomada de Preço nº 02/15 foram locados veículos (ônibus, micro-ônibus, vans e veículos pequenos), para atender 29 (vinte e nove) diferentes rotas.

O vencedor de tal certamente foi GEOVANI MENDES DE MENESES-ME (CNPJ nº 08.647.823/0001-15), nome de fantasia MENESES TRANSPORTES E VARIEDADES, cujo contrato foi firmado em 09 de fevereiro de 2015, com o respectivo Aditivo Contratual nº 01, datado de 10 de janeiro de 2016, passando a ter vigência para efeitos de pagamentos até 09 de janeiro de 2017.

Diante deste cenário, foi solicitada a comprovação das subcontractações nos contratos de transporte escolar à Administração Municipal e aos proprietários dos veículos. Todavia, nem Administração Municipal nem os proprietários dos veículos dispunham de cópias das subcontractações no momento da inspeção, alegando ainda a Administração que, a responsabilidade pela contratação era da empresa vencedora do certame, não vendo a necessidade de ter em seus arquivos cópias das subcontractações.

Ademais, foi identificado que durante o exercício de 2016 foi empenhado para a empresa sobredita o valor de R\$ 382.838,10 (Trezentos e oitenta e dois mil, oitocentos e trinta e oito reais e dez centavos) e pago o valor de R\$ 362.355,00 (Trezentos e sessenta e dois mil, trezentos e cinquenta e cinco reais).

| RELAÇÃO DE ROTA  | TIPO DE CARRO | PLACA    |
|--|---------------|----------|
| Saco dos Polidórios/Angical de Dentro/Lagoa do Barro/Agrovilha - Manhã | Besta         | JJZ 2184 |
| Saco dos Polidórios/Angical de Dentro/Lagoa do Barro/Agrovilha - Tarde | Besta         | JJZ 2184 |
| Lama Preta/Chapada Grande/Poção/Mocambinho/Lama Preta - Manhã          | Ônibus        | HVU 4357 |
| Lama Preta/Chapada Grande/Poção/Mocambinho/Lama Preta - Tarde          | Ônibus        | HVU 4357 |
| Gangorra/Piçarra/Gangorra - Manhã                                      | Ônibus        | BPY 6914 |
| Gangorra/Piçarra/Gangorra - Tarde                                      | Ônibus        | BPY 6914 |



|   |         |              |           |
|---|---------|--------------|-----------|
| Currais/Cedro/Mocambinho/Currais  | - Manhã | Micro-ônibus | SEM PLACA |
| Currais/Cedro/Mocambinho/Currais  | - Tarde | Micro-ônibus | SEM PLACA |
| Sambaíba/Tabuleiro/Angico Branco/Piçarra/Tabuleiro/Sambaíba   | - Manhã | Kombi        | LWC 4063  |
| Sambaíba/Tabuleiro/Angico Branco/Piçarra/Tabuleiro/Sambaíba   | - Tarde | Kombi        | LWC 4063  |
| Estremas/Data Veados/Estremas   | - Manhã | Sprint       | CRH 4792  |
| Estremas/Data Veados/Estremas   | - Tarde | Sprint       | CRH 4792  |
| Data Veados/Saco dos Polidórios/Data Veados   | - Tarde | Sprint       | SEM PLACA |
| Data Veados/Brasileira/Data Veados  | - Manhã | Ônibus       | SEM PLACA |
| Residencial Mão Santa/Frecheira/Esc. Adalgiza/Esc. Gil Meneses/Frecheira/Residencial Mão Santa  | - Manhã | Ônibus       | SEM PLACA |
| Mocambinho/Poço/Brasileira  | - Noite | Ônibus       | SEM PLACA |
| Lama Preta/Chapada Grande/Poço/Lama Preta   | - Noite | Fiat Uno     | SEM PLACA |
| Tabuleiro/Brasileira/Tabuleiro  | - Noite | Ônibus       | HVU 4357  |
| Assentamento Boa Esperança/Assentamento Santa Teresa/Palmeira da Emilia/Assentamento Santa Isabel/Brasileira/Assentamento Boa Esperança | - Manhã | Ônibus       | SEM PLACA |
| Assentamento Boa Esperança/Assentamento Santa Teresa/Palmeira da Emilia/Assentamento Santa Isabel/Brasileira/Assentamento Boa Esperança | - Tarde | Ônibus       | SEM PLACA |
| São Luís/Santo Amaro/Iús/Santo Amaro/São Luís   |         | Gol          | ODU 3200  |
| Pé da Ladeira/Iús/Palmeira/Pau D'Arco/Brasileira/Pau D'Arco/Iús/Pé da Ladeira   | - Tarde | Ônibus       | SEM PLACA |
| Mata do Lima/Chapadinha/Brasileira/Mata do Lima   | - Tarde | Ônibus       | SEM PLACA |
| Mata do Lima/Chapadinha/Brasileira/Mata do Lima   | - Noite | Ônibus       | SEM PLACA |
| Gado Bravo/Brasileira/Gado Bravo  | - Manhã | Ônibus       | SEM PLACA |
| Mata do Lima/Conceição/Gado Bravo/Mata do Lima  | - Manhã | Corsa        | LVW 7223  |
| Assentamento Canaã/Oiticica/Residencial Dona Peta/Esc. Gil Meneses/Escola Adalgisa/Assentamento Canaã                                   | - Manhã | Ônibus       | VXA 0127  |
| Assentamento Canaã/Oiticica/Residencial Dona Peta/Esc. Gil Meneses/Escola Adalgisa/Assentamento Canaã                                   | - Tarde | Ônibus       | VXA 0127  |
| Beleza/Ipê da Ladeira/Iús/Pé da Ladeira/Beleza  | - Manhã | Fiat Uno     | SEM PLACA |

**DEFESA:** O gestor não se manifestou.

**ANÁLISE:** Permanecem não encaminhados na fase do contraditório os contratos de subcontratações. **Ocorrência não sanada.**

## 2.1.2 DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO – FUNDEB

**Gestor:** Alenildo de Sousa Melo

**Período da Gestão:** 02/01 - 11/04/2016

**2.1.2.1 DA AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO:** Constatou-se a inexistência de licitação para a seguinte despesa:

| Emp  | Data       | Credor                    | Valor (R\$) | Fonte de Recurso |
|--|------------|---------------------------|-------------|------------------|
| <b>COMBUSTÍVEIS</b>  |            |                           |             |                  |
| 401014   | 01/04/2016 | Ramos e Christoffel Ltda. | 30.523,29   |                  |
| <b>TOTAL</b>   |            |                           | 30.523,29   |                  |
| <b>O montante, durante o exercício, importou em R\$ 90.791,50.</b> |            |                           |             |                  |

**DEFESA (fls.1/23 da peça 33):** Foi anexada a documentação exigida na Resolução TCE/PI nº 39/2015, bem como pela Instrução Normativa TCE/PI nº 01/2013 (alterada pela Instrução Normativa TCE/PI 03/2015, publicada no DOE-TCE/PI de 04 de maio de 2015).

**ANÁLISE:** O empenho nº 401014 datado de 01.04.2016 com o credor Ramos e Christoffel está acobertado pelo Contrato nº 120/2015, oriundo da Concorrência Pública nº 01/2015.



Acrescenta-se que o contrato foi aditivado estando vigente até 15.06.2017. **Ocorrência sanada.**

### 2.1.3 DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEB

**Gestor:** Elisangela Cardoso dos Santos

**Período da Gestão:** 12/04 - 31/12/2016

**2.1.3.1 DO INDICADOR NEGATIVO DO FUNDEB:** Verificou-se que o indicador "Máximo de 5% não aplicado no exercício", apurado conforme o quadro abaixo, apresentou valor negativo, indicando que o ente pode possuir Restos a Pagar Inscritos no Exercício Sem Disponibilidade Financeira de Recursos do FUNDEB e/ou Despesas Custeadas com Superávit Financeiro do Exercício Anterior do FUNDEB não informados corretamente nas prestações de contas enviadas a este Tribunal:

| Deduções para fins do limite do FUNDEB   | Valor (R\$)         |
|--|---------------------|
| (-) Restos a Pagar Inscritos no Exercício Sem Disponibilidade Financeira de Recursos do FUNDEB | 0,00                |
| (-) Despesas Custeadas com Superávit Financeiro do Exercício Anterior do FUNDEB                | 0,00                |
| (-) Total das Deduções para Fins de Limites do FUNDEB (D)                                      | 0,00                |
| <b>Total das Despesas do FUNDEB para Fins de Limite (C – D)</b>                                | <b>4.401.209,24</b> |
| Indicadores do FUNDEB  | %                   |
| Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério   | 69,48               |
| Máximo de 40% em despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério                            | 32,32               |
| Máximo de 5% não aplicado no exercício (art. 21, § 2º, da Lei 11.494, de 20/06/2007)           | (1,80)              |

**DEFESA:** O gestor não se manifestou.

**ANÁLISE:** Veja o que dispõe o § 2º do art. 21 da Lei Federal nº 11.494/2007:

§ 2º Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, **mediante abertura de crédito adicional.** (grifo nosso)

Além disso, os artigos 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/64 aduzem que a utilização de superávit financeiro do exercício anterior para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais seja autorizada por lei e aberta por decreto executivo. Observa-se no quadro a inexistência da abertura de crédito adicional, tendo como fonte o *superávit* financeiro, sendo todos por anulação de dotação. Entende-se que o gestor descumpriu a legislação citada, ao utilizar tais recursos no exercício em análise. Portanto, a **ocorrência não foi sanada.**

**2.1.3.2 DAS DIVERGÊNCIAS NO FLUXO FINANCEIRO DO FUNDEB ENVIADAS ATRAVÉS DO SISTEMA SAGRES-CONTÁBIL:** Constataram-se divergências nos valores informados nas prestações de contas enviadas através do sistema SAGRES-Contábil, demonstrando a não observância do disposto no art. 5º da Resolução TCE/PI nº 39, de 10 de dezembro de 2015.

| Relação de Divergências entre SAGRES-Contábil e Balanço Geral (Documentação Web) |                 |                 |
|--|-----------------|-----------------|
| Especificação  | Valor - SAGRES- | Valor - Análise |



|  | Contábil (R\$) | Técnica (R\$) |
|--|----------------|---------------|
| RECEITAS DO FUNDEB/11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB/PREVISÃO INICIAL                   | 0,00           | 3.175.500,00  |
| RECEITAS DO FUNDEB/11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB/PREVISÃO ATUALIZADA                | 0,00           | 3.175.500,00  |
| RECEITAS DO FUNDEB/11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB/RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre | 0,00           | 3.347.759,55  |
| DESPESAS DO FUNDEB/13.2- Com Ensino Fundamental/DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre               | 2.893.368,90   | 3.003.998,71  |
| DESPESAS DO FUNDEB/13.2- Com Ensino Fundamental/DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre               | 2.893.368,90   | 3.003.998,71  |

**DEFESA (fl. 13 da peça 25):** O município informa que no exercício de 2016 necessitou de fazer aporte de recursos para o FUNDEB. Com isso a despesa registrou valores maiores que o recebido das Transferências da União.

**ANÁLISE: Recomenda-se observar o que dispõe o art. 5º da Resolução TCE nº 39/2015:**

Art. 5º Os dados eletrônicos deverão apresentar-se em inteira conformidade com as informações dos documentos físicos que integram a prestação de contas (...)

**2.1.3.3 DA AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO:** Constatou-se a inexistência de licitação para a seguinte despesa:

| Emp  | Data       | Credor                    | (R\$)     | Fonte de Recurso |
|--|------------|---------------------------|-----------|------------------|
| <b>COMBUSTÍVEIS</b>  |            |                           |           |                  |
| 817019   | 17/08/2016 | Ramos e Christoffel Ltda. | 25.235,48 |                  |
| <b>TOTAL</b>   |            |                           | 25.235,48 |                  |
| O montante, durante o exercício, importou em R\$ 166.893,52. |            |                           |           |                  |

**DEFESA (fls.1/23 da peça 33):** Foi anexada a documentação exigida na Resolução TCE/PI nº 39/2015, bem como pela Instrução Normativa TCE/PI nº 01/2013 (alterada pela Instrução Normativa TCE/PI 03/2015, publicada no DOE-TCE/PI de 04 de maio de 2015).

**ANÁLISE:** O empenho nº 817019 datado de 17.08.2016 com o credor Ramos e Christoffel está acobertado pelo Aditivo nº 01 ao Contrato nº 120/2015, oriundo da Concorrência Pública nº 01/2015. Acrescenta-se que o contrato foi aditivado estando vigente até 15.06.2017.  
**Ocorrência sanada.**

**2.1.3.4 DAS DIVERGÊNCIAS NO SALDO FINAL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE:** Verificou-se a divergência dos saldos bancários com os extratos do RREO-MDE e do Sistema Sagres:

| EXTRATOS BANCÁRIOS | RREO – ANEXO VIII – MDE | SAGRES 2016   |
|--------------------|-------------------------|---------------|
| R\$ 117.015,24     | R\$ 106.419,53          | R\$ 39.532,76 |

**DEFESA (fls.14/15 da peça 25):** Em pesquisa ao processo nº 002910/2016 no site do TCE, não fora visualizado o valor de **R\$ 106.419,53** do RREO-ANEXO VIII- MDE. No que tange ao valor de **R\$ 39.532,76**, o gestor entende que houve um equívoco da análise ao registrar o saldo financeiro do FUNDEB de 31 de dezembro de 2015 no valor de **R\$ 970,74**, sendo que o valor correto seria de **R\$ 8.823,23**, fazendo menção ao seguinte demonstrativo:

| FLUXO FINANCEIRO DE RECURSO DO FUNDEB DE 2015     | VALOR R\$    |
|---|--------------|
| SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB EM 31 DE DEZEMBRO      | 8.823,23     |
| (+) INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATE O BIMESTRE | 4.318.538,30 |
| (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATE O BIMESTRE           | 4.284.688,12 |



|  |              |
|--|--------------|
| Orçamento do Exercício   | 4.284.688,12 |
| Resto a Pagar  | 0,00         |
| (+) RECEITAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE | 4.711,84     |
| (=) SALDO FIANANCEIRO DO FUNDEB NO EXERCICIO ATUAL                         | 47.385,25    |

Sendo assim o valor correto do fluxo financeiro seria de **R\$ 47.385,35**, que ao ser confrontado com o valor de **R\$ 117.015,24** do extrato bancário, verificou-se uma incompatibilidade que é justificada pelos aportes de recursos efetuados para o FUNDEB. No caso apontado, o valor de **R\$ 117.015,24** registrados nos extratos bancários coincide com os valores registrados pela contabilidade nas demonstrações contábeis, conforme documentação anexada, quais sejam: demonstrativo analítico e extrato bancário. A defesa afirma que a contabilidade registrou os atos e fatos conforme ocorreram, coincidindo os registros contábeis com a documentação comprobatória.

**ANÁLISE:** A defesa encaminha junto ao sistema Documentação Web, o demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, 6º bimestre/2016 e o saldo que foi demonstrado foi de R\$ 47.385,25 inexistindo a divergência apontada. **Ocorrência sanada.**

#### 2.1.4 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

**Gestor:** Maria dos Remédios Veras de Araújo Meneses

**Período da Gestão:** 02/01 - 31/12/2016

##### 2.1.4.1 DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

**A) DA AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO:** Constatou-se a inexistência de licitação para as seguintes despesas:

| Emp   | Data       | Credor                                  | Valor (R\$)      | Fonte de Recurso |
|---|------------|---|------------------|------------------|
| <b>COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES</b>                                       |            |   |                  |                  |
| 701026  | 01/07/2016 | Ramos e Christoffel Ltda.               | 14.218,10        |                  |
| <b>TOTAL</b>  |            |   | <b>14.218,10</b> |                  |
| <b>O montante gasto, durante o exercício, importou em R\$ 180.576,93,</b> |            |   |                  |                  |
| <b>MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL</b>                     |            |   |                  |                  |
| 502036  | 02/05/2016 | DIST. DE MEDICAMENTOS SAUDE E VIDA LTDA | 28.476,00        |                  |
| <b>TOTAL</b>  |            |   | <b>28.476,00</b> |                  |
| <b>O montante gasto, durante o exercício, importou em R\$ 204.597,80</b>  |            |   |                  |                  |
| <b>MED.DO SERV. DE CONST. DA UBS.</b>                                     |            |   |                  |                  |
| 902009  | 02/09/2016 | L. A. LUSTOSA VIEIRA ME                 | 68.985,51        |                  |
| <b>TOTAL</b>  |            |   | <b>68.985,51</b> |                  |
| <b>O montante gasto, durante o exercício, importou em R\$ 698.689,12</b>  |            |   |                  |                  |

#### A) COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES

**DEFESA (fls. 56/120 da peça 32;1/23 da peça 33):** Foi anexada a documentação exigida pela Resolução TCE/PI nº 39/2015, bem como pela Instrução Normativa TCE/PI nº 01/2013 (alterada pela Instrução Normativa TCE/PI 03/2015, publicada no DOE-TCE/PI de 04 de maio de 2015);

**ANÁLISE:** O empenho nº 701026 datado de 01.07.2016 com o credor Ramos e Christoffel está acobertado pelo Contrato nº 120/2015 oriundo da Concorrência Pública nº 01/2015. Acrescenta-se que o contrato foi aditivado estando vigente até 15.06.2017. **Ocorrência sanada.**



## B) MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL

**DEFESA:** O gestor não se manifestou.

**ANÁLISE:** Analisando o Sagres-Contábil observou-se que não há licitação que originou algum contrato com o credor Distribuidora de Medicamentos Saúde e Vida LTDA. **Ocorrência não sanada.**

## C) MEDIÇÃO DO SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

**DEFESA:** O gestor não se manifestou.

**ANÁLISE:** Observou-se que o empenho nº 902009 com o credor L. A. Lustosa Vieira ME se refere a uma medição do serviço de construção da UBS no povoado Mocambinho, entretanto a licitação que originou o contrato nº 42/2015 com o município tem como objeto a prestação de serviços de limpeza pública compreendendo varrição de vias públicas, capina de vias públicas e coleta de resíduos domiciliares, ou seja, não compreende o serviço de medição em obra de construção. **Ocorrência não sanada.**

**B) DAS DESPESAS FRAGMENTADAS:** Verificaram-se despesas realizadas referentes ao mesmo objeto continuamente e de forma fragmentada cujo somatório ultrapassou o limite fixado para dispensa de licitação previsto na Lei nº 8.666/93, conforme quadro exemplificativo discriminado a seguir:

| Emp   | Data       | Credor                                  | Valor (R\$)      | Fonte de Recurso |
|---|------------|---|------------------|------------------|
| <b>MAT.FARMACOLÓGICO</b>  |            |   |                  |                  |
| 404026  | 04/04/2016 | DIST. DE MEDICAMENTOS SAUDE E VIDA LTDA | 3.343,00         |                  |
| 404027  | 04/04/2016 | DIST. DE MEDICAMENTOS SAUDE E VIDA LTDA | 3.471,60         |                  |
| 404022  | 04/04/2016 | DIST. DE MEDICAMENTOS SAUDE E VIDA LTDA | 3.621,04         |                  |
| <b>TOTAL</b>  |            |   | <b>10.435,64</b> |                  |
| <b>O montante empenhado, durante o exercício, importou em R\$ 132.110,38.</b> |            |   |                  |                  |

**DEFESA:** O gestor não se manifestou.

**ANÁLISE:** A defesa não colacionou aos autos a cópia dos procedimentos que teriam dado origem às contratações em referência. **Ocorrência não sanada.**

### 2.1.4.1.2 DAS LICITAÇÕES NÃO FINALIZADAS NO SISTEMA "LICITAÇÕES WEB":

Constatou-se que os Pregões nº 01/16 e nº 04/16 não foram finalizados no Sistema Licitações WEB, em desacordo com o que diz a Resolução TCE nº 09/2014 em seus artigos 39 e 40.

**DEFESA:** O gestor não se manifestou.

**ANÁLISE:** Em consulta ao Sistema "Relatórios Internos - Licitações por Modalidade" verificou-se que os Pregões em referência não foram finalizados, portanto, **ocorrência não sanada.**

### 2.1.5 DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

**Gestor:** Rychella Trycia Meneses Martins

**Período da Gestão:** 01/04 - 31/12/2016





#### **2.1.5.1 DAS LICITAÇÕES NÃO FINALIZADAS NO SISTEMA "LICITAÇÕES WEB":**

Constatou-se que o Convite nº 10/16 não foi finalizado no Sistema Licitações WEB, em desacordo com o que diz a Resolução TCE nº 09/2014 em seus artigos 39 e 40.

**DEFESA:** O gestor não se manifestou.

**ANÁLISE:** Em consulta ao Sistema "Relatórios Internos - Licitações por Modalidade" verificou-se que o convite em referência foi finalizado em 24.11.2017, portanto, **ocorrência sanada**.

#### **2.1.6 DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE BRASILEIRA**

**Gestor:** Isaac de Sousa Araújo

**Período da Gestão:** 02/01 - 31/12/2016

##### **2.1.6.1 DA AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL-SAGRES CONTÁBIL:**

**DEFESA (Fls.3/4 da Peça 41):** Informa que a não apresentação deveu-se por culpa exclusiva da Prefeitura Municipal que tinha o dever de entregar as prestações de contas, tendo sido somente a partir de 2017 a responsabilização pelo envio das PCs para o gestor do fundo, conforme Resolução TCE nº 27/2016. Mas com o escopo de sanar essa irregularidade foram enviados todos os demonstrativos relativos ao ano de 2016, via Sagres, anexos os protocolos de entrega.

**ANÁLISE:** Assiste razão à defesa. A Resolução TCE nº 39/2015 atribui a responsabilização ao Chefe do Executivo Municipal o envio das prestações de contas consolidadas. Em consulta aos relatórios internos do Sagres/Empenhos líquidos por UG, verificou-se que constam enviadas as prestações de contas mensais do Fundo de Previdência de Brasileira. **Ocorrência inexistente.**

**2.1.6.2 DAS PEÇAS AUSENTES:** O RELFIS apontou que não foram enviados os seguintes documentos:

- a) Demonstrativo previdenciário em conformidade com a Portaria do Ministério da Previdência Social até 60 dias após o encerramento de cada bimestre;
- b) Demonstrativo das aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR, em conformidade com Portaria do Ministério da Previdência Social até 60 dias após o encerramento de cada bimestre;
- c) Relatórios de gestão do Sistema Único de Saúde – SUS, nos termos do art. 36 da Lei Complementar nº 141/12, até 60 dias após o encerramento de cada quadrimestre.

**DEFESA (Fls.3/4 da Peça 41):** O gestor informa que a não apresentação ocorreu por culpa exclusiva da Prefeitura Municipal de Brasileira que tinha o dever de entregar esses demonstrativos, já que a Resolução TCE nº 27/2016 só passou a exigir o envio, via Sagres, pelos Fundos de Previdência a partir do ano de 2017. Entretanto, com o escopo de sanar essa irregularidade, foram enviados todos os demonstrativos relativos ao ano de 2016, via Sagres, anexos os protocolos de entrega. O Regime Próprio do Município de Brasileira - Brasileira Previdência foi instituído pela Lei Municipal nº 147 publicada no Diário Oficial dos Municípios, em 10 de julho de 2014, e suas obrigações legais e administrativas estão relacionadas somente aos Benefícios Previdenciários, não cabendo ao Fundo Previdenciário do Município de Brasileira gerir os benefícios relacionados à saúde e à assistência, por consequência não é de responsabilidade do RPPS Municipal o envio ao Tribunal de Contas do Estado dos relatórios de gestão do Sistema Único de Saúde - SUS.





**ANÁLISE:** A Resolução nº 39/2015 que rege o exercício de 2016 em seu artigo 1º, § 3º dispõe que a prestação de contas do Poder Executivo será consolidada com a administração direta e indireta, portanto, até 2016 as prestações de contas dos Fundos Previdenciários devem ser enviadas pela prefeitura do município. Dessa forma, o município de Brasileira as enviou via Sagres. No que tange à documentação complementar, o artigo 12 desta mesma resolução responsabiliza ao chefe do Poder Executivo o seu envio. Em consulta ao sistema Documentação Web, todos os documentos elencados não constam como enviados. Tal falha deve ser imputada à Sra. Paula Miranda Amorim Araújo, prefeita municipal. Remete-se tal ocorrência ao item 2.1.4 deste relatório. **Ocorrência inexistente para o gestor do Fundo de Previdência.**

**2.1.6.3 DO BALANÇO FINANCEIRO:** O relatório de inspeção apontou que a coluna "Exercício Anterior" do Balanço Financeiro não apresentava valores.

**DEFESA (fl. 5 da peça 41):** O gestor informa que a ausência de preenchimento das informações do Balanço Financeiro referentes ao exercício de 2015 deveu-se à falha no sistema contábil. Ressaltou que esta coluna é um parâmetro para comparação com a coluna do exercício atual, no caso o de 2016, não comprometendo a veracidade da execução orçamentária e financeira do Balanço Financeiro de 2016. Desse modo, com a finalidade de sanar a irregularidade e comprovar a boa fé da atual gestão preencheu-se as informações faltantes e segue anexo o demonstrativo corrigido.

**ANÁLISE: Recomenda-se que sejam observadas e atendidas as orientações para confecção dos balanços da Secretaria do Tesouro Nacional-STN, nos moldes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-MCASP, 6ª edição.**

**OBSERVAÇÃO:** Os itens 2.1.6.5, 2.1.6.5.1 e 2.1.6.6 do RELFIS (Peça 3) não se tratam de irregularidades, pois como apontado no próprio relatório, o valor relativo a parte patronal não recolhida (R\$ 79.773,76) foi devidamente parcelado, mediante Termo nº 327/2016 o qual foi honrado em suas parcelas vencidas até dezembro de 2016. Ainda, sobre o plano de amortização ter sido instituído mediante decreto, e não por Lei específica, o relatório recomendou: No tocante às reavaliações do plano de amortização, se necessárias, que as faça a gestora por meio de Lei específica.

## **2.2 DO PODER LEGISLATIVO**

### **2.2.1 DA CÂMARA MUNICIPAL**

**Gestor:** Silvino de Sousa Ribeiro

**Período da Gestão:** 02/01 - 31/12/2016

**2.2.1.1 DA OMISSÃO DO PODER LEGISLATIVO NA APRECIACÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO:** Não foi identificada a tramitação dos instrumentos de planejamento orçamentários na Casa Legislativa, bem como o seu registro no corpo dos projetos propostos de acordo com as Comissões Parlamentares existentes.

**DEFESA:** O gestor não se manifestou.

**ANÁLISE: Recomenda-se que o Poder Legislativo desempenhe suas prerrogativas constitucionais, elaborando projetos de acordo com os instrumentos de planejamento, fiscalizando os atos do Poder Executivo, em síntese, representando da melhor forma a população.**



**2.2.1.2 DA VARIAÇÃO NO GASTO COM SUBSÍDIO DE VEREADORES ACIMA DOS ÍNDICES INFLACIONÁRIOS (6,29%):** Observou-se que não foi enviada a norma legal que fixa o subsídio dos vereadores para a legislatura 2013/2016. Ressalte-se que no exercício houve uma variação de 11,27% nos subsídios dos vereadores em relação ao recebido no exercício de 2015, acima da média dos índices inflacionários divulgados pelo Governo Federal para o exercício, conforme demonstrativo abaixo:

| (A) Subsídios dos Vereadores em 2015 | (B) Subsídios dos Vereadores em 2016 | % (B/A) |
|--------------------------------------|--------------------------------------|---------|
| 1.971,36                             | 2.193,53                             | 11,27   |

**DEFESA (fls.2/3 da Peça 42):** O gestor informa que os atos normativos fixadores dos subsídios dos vereadores para a legislatura são objeto de normas especiais, que está em obediência ao art. 29, VI da Constituição Federal de 1988 e critérios estabelecidos na Lei Orgânica do Município. A tais valores, a fixação deve ser efetuada em quantia certa, preferencialmente em cifra e, também, por extenso. O Chefe do Poder Legislativo de Brasileira (PI) efetuou pagamentos de subsídio fundamentado na Lei nº 118/2012 que fixou, em 12/12/2012, o subsídio dos vereadores do município para a legislatura 2013/2016 em R\$ 3.000,00 (três mil reais), sendo aplicado um redutor, resultando no valor de R\$ 2.193,53 (dois mil cento e noventa e três reais e cinquenta e três centavos) que foram pagos a título de subsídio aos vereadores do município, respeitando assim, o disposto no art. 29, VI c/c art. 37, X da CF/88. Pelo exposto, justificam-se os cálculos adotados para realização dos reajustes nos subsídios dos vereadores para o exercício 2016, não havendo nenhuma ilegalidade na sua feitura.

**ANÁLISE:** A Lei nº 118/2012, de 21.12.2012 consta no Sistema Documentação Web do exercício de 2013. De fato, o subsídio dos vereadores foi aprovado no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), entretanto o que está sendo pago é o valor de R\$ 2.193,53 (dois mil cento e noventa e três reais e cinquenta e três centavos). Não ficou claro o real objetivo da inclusão do redutor colocado pela defesa, pressupõe-se que o valor aprovado pela Lei em comento é superior ao suportado pelos cofres da Câmara Municipal, por isso o redutor. Ressalte-se que apenas é admitida a recomposição dos subsídios, isto é, atualização/correção monetária por índice inflacionário oficial, no curso da legislatura. Isso porque qualquer alteração acima dos índices inflacionários corresponde, na prática, a alteração substancial/efetiva no subsídio, violando o princípio da anterioridade. Registra-se que o ato normativo a ser editado para revisão geral anual do subsídio dos vereadores é a lei (específica), a teor do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal. Ressalta-se, ainda, que o fato do valor do subsídio pago em 2015 ter sido R\$ 1.971,36, inferior ao aprovado na Lei nº 118/2012, que foi de R\$ 3.000,00 (três mil reais), não justifica a falha, pelo contrário, denota falta de planejamento da Câmara Municipal no momento da fixação do subsídio para a legislatura seguinte. Além disso, não restou demonstrado que o mesmo percentual foi dado a todos os servidores da Câmara. Portanto, o acréscimo acima é considerado ilegal. **Ocorrência não sanada.**

### 3 CONCLUSÃO:

Diante do acima exposto, considera-se o presente processo em condições de ser submetido à apreciação superior.

É o Relatório.

Teresina (PI), 16 de março de 2018.



Estado do Piauí  
Tribunal de Contas

Processo 002910/2016  
*Pendente de  
julgamento*



*Assinado digitalmente*  
Erika Barros da Silva Nunes  
Auditora de Controle Externo

*Assinado digitalmente*  
Ednize Oliveira Costa Lages  
Auditora de Controle Externo  
Chefe da II Divisão Técnica/DFAM

**VISTO:**

*Assinado digitalmente*  
Vilmar Barros Miranda  
Auditor Controle Externo  
Diretor da DFAM

## ASSINATURA DIGITAL

Certificamos que a peça nº 32 está assinada digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) |                             |                     |
|----------------------------------|-----------------------------|---------------------|
| CPF/CNPJ                         | Nome                        | Data e hora         |
| 36*.***-**3-15                   | VILMAR BARROS MIRANDA       | 16/03/2018 10:11:29 |
| 91*.***-**3-87                   | ERIKA BARROS DA SILVA NUNES | 16/03/2018 10:12:00 |
| 39*.***-**3-49                   | EDNIZE OLIVEIRA COSTA       | 19/03/2018 07:31:59 |

**Protocolo:** 002910/2016

**Código de verificação:** 008D891C-A9B4-4C89-BEA6-F63F67C5B47E

**Portal de validação:**

<https://sistemas.tce.pi.gov.br/eprocesso/validador/documento>





**EXMO. SR. RELATOR CONSELHEIRO SUBSTITUTO JAYLSON CAMPELO**

PROCESSO ..... TC/002910/2016  
ASSUNTO..... PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016  
INTERESSADO..... MUNICÍPIO DE BRASILEIRA  
PREFEITO.....PAULA MIRANDA AMORIM ARAÚJO

**GESTORES**

|            |  |                        |
|------------|--|------------------------|
| PREFEITURA | PAULA MIRANDA AMORIM ARAÚJO                | (02/jan a 31/dez/2016) |
| FUNDEB     | ALENILDO DE SOUSA MELO                     | (02/jan a 11/abr/2016) |
| FUNDEB     | ELISÂNGELA CARDOSO DOS SANTOS              | (12/abr a 31/dez/2016) |
| FMS        | MARIA DOS REMÉDIOS VERAS DE ARAÚJO MENESES | (02/jan a 31/dez/2016) |
| FMAS       | RYCHELLA TRYCIA MENESES MARTINS            | (01/jan a 31/dez/2016) |
| PREVID.    | ISAAC DE SOUSA ARAÚJO                      | (02/jan a 31/dez/2016) |
| CÂMARA     | SILVINO DE SOUSA RIBEIRO                   | (02/jan a 31/dez/2016) |

RELATOR..... JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO

Parecer nº 2018LM0019

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRASILEIRA. CONTAS DE GOVERNO E DE GESTÃO. Ingresso extemporâneo das peças orçamentárias. Falha na abertura de créditos adicionais. Atraso no ingresso da prestação de contas mensal. Contabilização a menor da COSIP. Realização de gastos sem obediência à Lei de Licitações. Ausência de comprovação das subcontratações nos contratos de transporte escolar. Falha nos indicadores e limites do FUNDEB. Variação no gasto com subsídio de vereadores acima dos índices inflacionários. Emissão de parecer prévio de aprovação com ressalvas das contas de governo. Julgamento de irregularidade das contas de gestão do Executivo. Julgamento de regularidade das contas do FUNDEB na gestão do Sr. Alenildo de Sousa Melo. Julgamento de regularidade com ressalvas das contas do FUNDEB na gestão da Sra. Elisângela Cardoso dos Santos. Julgamento de irregularidade das contas do FMS. Julgamento de regularidade do FMAS. Julgamento de regularidade com ressalvas do Fundo Previdenciário e Câmara. Aplicação de multas.

**1. RELATÓRIO**

Tratam os autos da Prestação de Contas Geral do Município de Brasileira, abrangendo as Contas de Governo e as Contas de Gestão referentes ao exercício financeiro de 2016.

A Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, deste Tribunal, após análise dos documentos que integram este processo de prestação de contas, apontou em seu Relatório (Peça 03) as ocorrências elencadas nos subitens abaixo.



Em observância aos postulados da ampla defesa e do contraditório, os gestores foram citados (Peças 06/12), tendo apresentado, em tempo hábil, suas defesas e documentação complementar, as quais constam nas Peças 25/42.

Na Peça 46, consta o relatório da DFAM com a análise das defesas e a documentação apresentada pelos gestores.

Ora, o processo encontra-se para análise do Ministério Público de Contas.

É o relatório. Passa-se a opinar:

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

### 2.1 CONTAS DE GOVERNO

A lei orçamentária municipal estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 19.913.000,00 e, ao final do exercício, **a arrecadação da receita foi de R\$ 17.292.829,01 e a despesa empenhada alcançou R\$ 15.175.052,49.**

Analisando-se as contas apresentadas sob os aspectos financeiros e orçamentários, constatou-se o cumprimento dos seguintes índices constitucionais e legais: **a)** a abertura de créditos adicionais suplementares, que alcançou 24,72%, cumprindo o limite estabelecido de 50%; **b)** os gastos com ações e serviços públicos de saúde alcançaram 22,00%, cumprindo o mínimo estabelecido de 15%; **c)** as despesas com pessoal do Poder Executivo alcançaram 48,00%, cumprindo o limite legal (54%), **d)** os gastos com os profissionais do magistério/FUNDEB alcançaram 73,58%, cumprindo o mínimo estabelecido de 60,00%; **e)** o repasse da prefeitura para a Câmara Municipal alcançou 6,99%, não ultrapassando o limite de 7,00%.

Porém, apesar do cumprimento dos índices acima citados, constatou-se o descumprimento: **a)** do gasto com manutenção e desenvolvimento do ensino, que alcançou 20,22%, ficando abaixo do mínimo legal de 25%.

Além disso, constatou-se a ocorrência de falhas, que foram apontadas pela Diretoria (fls. 01/20 - Peça 03) e foram apresentadas ao gestor para apreciação e apresentação de defesa, as quais constam da Peça 41.

Passa-se a expor a análise da Divisão Técnica em seu Relatório Conclusivo de Peça 46. A opinião deste Ministério Público de Contas quanto às falhas remanescentes fundamenta-se no relatório citado, em que a II Divisão Técnica da DFAM considerou:



**a) como recomendação** as considerações feitas no item 2.1.5 – “Insuficiência na arrecadação da receita tributária”; 2.1.8 – “Despesa total empenhada”; 2.1.9 – “Divergências entre informações das despesas com manutenção e desenvolvimento de ensino enviadas no sistema SAGRES e no Balanço Geral no Sistema Documentação Web”; 2.1.10 – “Divergências entre informações das despesas com saúde enviadas no sistema SAGRES e no Balanço Geral no Sistema Documentação Web”; 2.1.12 – “Avaliação do município (Portal da Transparência)”; 2.1.13 – “Irregularidades no Balanço Orçamentário”; 2.1.17 – “Efetivo desempenho da Controladoria Interna”, senão vejamos:

**Item 2.1.5**

*O fato de ter arrecadado um pouco menos do previsto, ocasionando um decréscimo em relação ao exercício anterior, não é considerado uma falha em si, porém o não incremento da receita própria demonstra inobservância ao art. 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal. **Recomenda-se que o município faça uso de suas prerrogativas do dever de arrecadação dos tributos de sua competência.***

**Item 2.1.8**

*Foi encaminhada cópia do demonstrativo Balanço Orçamentário – Anexo 12 retificado (fls. 80-82 da peça 29) aos autos. Foi constatado que o demonstrativo foi publicado em 28 de novembro de 2017, portanto, fora do prazo estabelecido na Resolução TCE/PI nº 39/2015, art. 4º. Ademais, esse atraso consta no sistema Documentação Web. **Recomenda-se um melhor planejamento do orçamento a ser executado.***

**Item 2.1.9**

*As informações constantes nas prestações de contas encaminhadas pelo sistema Documentação Web e Sages-Contábil devem ser convergentes. **Recomenda-se observar o que dispõe o art. 5º da Resolução TCE nº 39/2015: Os dados eletrônicos deverão apresentar-se em inteira conformidade com as informações dos documentos físicos que integram a prestação de contas (...)***

**Item 2.1.10**

*Remete-se à análise do item 2.1.9.*

**Item 2.1.12**

*Recomenda-se a atualização constante do sítio do portal da transparência do município de Brasileira a fim de que não haja desobediência ao princípio da transparência.*

**Item 2.1.13**

*Foi constatado que o demonstrativo foi publicado em 28 de novembro de 2017, portanto, fora do prazo estabelecido na Resolução TCE/PI nº 39/2015, art. 4º. Recomenda-se um melhor planejamento do orçamento a ser executado.*

**Item 2.1.17**

*O relatório técnico sugere um maior desempenho do controle interno.*

---





**b) como sanadas** as ocorrências identificadas nos itens: 2.1.7 – “Ausência na contabilização da COSIP”; 2.1.9 – “Descumprimento do limite legal de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino”; 2.1.11 – “Divergências entre o Balanço Financeiro e a Demonstração da Dívida Flutuante”; 2.1.14 – “Irregularidades no Balanço Financeiro”.

**c) como parcialmente sanadas** a ocorrência identificada no item 2.1.4 – “Peças ausentes”, porque embora a defesa tenha anexado as peças enumeradas nas alíneas “a”, “b” e “f”, (fl. 04 da Peça 46), elas não foram encontradas no Sistema Documentação Web, em desacordo com a exigência do art. 2º da Resolução nº 39/2015.

**d) como não sanadas** as ocorrências a seguir descritas:

**2.1.1 Ingresso extemporâneo das peças orçamentárias:** a defesa alegou que o município teve dificuldade em compactar as peças LDO e LOA para o formato PDF pesquisável, devido a grande extensão dos documentos. Constatou a DFAM que o primeiro envio da LOA e da LDO ocorreu dentro do prazo, conforme preceitua o art. 11, alíneas “a” e “b” da Resolução nº 39/2015, entretanto não foram enviadas em formato “PDF pesquisável”, como preceitua o art. 10 da mesma Resolução, por isso foram rejeitados. Acrescentou a Divisão Técnica que mesmo após o reenvio dentro do prazo estipulado no art. 47 da Resolução nº 39/2015, eles permaneceram no erro enviando tais documentos em formato não pesquisável. Diante da inobservância do parágrafo único do art. 47 da Resolução nº 39/2015, verifica-se que o atraso encontra respaldo no art. 49 da referida resolução. **Ocorrência não sanada.**

**2.1.2 Ausência de comprovação da publicação dos decretos de abertura de créditos adicionais:** alegou a defesa que o município juntou os decretos às folhas 23/99 da peça 25, 1/100 da peça 26, 1/100 da peça 27, 1/100 da peça 28 e fls. 1/29 da peça 29. Observou a DFAM que embora a defesa tenha enviado os decretos referentes à abertura dos créditos adicionais, não foram encaminhadas as publicações no Diário Oficial dos Municípios. Do exposto, **considera-se não sanada a ocorrência.**

**2.1.3 Atraso no ingresso da prestação de contas mensal:** alegou a defesa que muitas vezes quando o documento é rejeitado a prefeitura não toma conhecimento através do e-mail cadastrado, dificultando a regularização da situação dentro do prazo estabelecido pela Resolução nº 39/15. De acordo com a análise técnica, as rejeições das peças são comunicadas através do e-mail cadastrado no Tribunal. Observou a DFAM que os atrasos ocorreram na entrega da documentação web e que foram rejeitados alguns documentos, entretanto o reenvio ocorreu dentro do prazo dos 10 dias úteis, previsto no art. 47 da Res. 39/2015. Concluiu a DFAM que as ocorrências nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril foram sanadas, enquanto no mês de agosto algumas peças foram enviadas com atraso, portanto para esse mês a **ocorrência não foi sanada.**

---



**2.1.6 Contabilização a menor da COSIP:** verificou-se que os valores da COSIP foram lançados a menor conforme informação prestada pela ELETROBRAS junto a esta Corte. Alegou o gestor que os valores da COSIP são lançados pelo valor bruto de acordo com a compensação financeira dos recursos que ocorre no ato do pagamento da fatura da iluminação pública, como o valor da receita é menor do que o da despesa o município não possui conta bancária para recebimento da receita, sendo assim apenas compensa a receita no ato do pagamento da despesa. Porém, de acordo com a análise técnica, pelo princípio do orçamento bruto (art. 6º, Lei nº 4.320/1964), todas as receitas e despesas devem ser registradas pelo valor bruto, vedadas quaisquer deduções. Dessa forma, mesmo com a compensação da COSIP nas faturas da ELETROBRÁS, haveria a necessidade de registro do valor total da receita arrecadada com a contribuição, bem como da despesa total realizada com o pagamento das faturas. **Do exposto, considera-se não sanada a ocorrência.**

Diante do exposto, o Ministério Público entende que as falhas apresentadas ensejam a emissão de **parecer prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas de governo** da Prefeitura Municipal de Brasileira, no exercício financeiro de 2016.

## **2.2 CONTAS DE GESTÃO**

### **2.2.1 PREFEITURA MUNICIPAL**

*Gestora: Paula Miranda Amorim Araújo - Período: 02/jan a 31/dez/2016*

Os auditores da DFAM, após apuração das contas de gestão do Executivo, detectaram falhas que comprometeram a prestação de contas, as quais descritas às fls. 21/25 - Peça 03.

Após a apresentação da defesa e da documentação encaminhada pelo gestor, Peça 25, a II Divisão Técnica da DFAM apresentou seu relatório (Peça 46), em que analisou os argumentos e a documentação encaminhada pela defesa.

Passa-se a expor a análise da Divisão Técnica em seu Relatório Conclusivo de Peça 46. A opinião deste Ministério Público de Contas quanto às falhas remanescentes fundamenta-se no relatório citado, em que a II Divisão Técnica da DFAM considerou:

**a) como recomendação** a consideração feita no item **“2.1.1.4 “B” – ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS”**; senão vejamos:

#### **Item 2.1.1.4 “B”**

*Ratifica-se a recomendação feita pela equipe de inspeção para que o município de Brasileira faça a devida atualização do seu Código Tributário.*

**b) como sanadas** as ocorrências identificadas nos itens: **2.1.1.1 “A” – “Aquisição de Combustíveis”**; **2.1.1.1 “B” – “Construção de uma creche”**; **2.1.1.1 “C” – “Serviço de limpeza e conservação”**; **2.1.1.1**

---



“F” – “Transporte de alunos”; 2.1.1.2 “Débito com a AGESPISA”; 2.1.1.3 “Licitações não finalizados no sistema Licitações Web”.

**c) como não sanadas** as ocorrências a seguir descritas:

#### **2.2.1.1 Ausência de Licitação**

Em consulta às despesas realizadas no período, em confronto com os procedimentos prévios necessários à regular contratação relativos a licitações e contratos, constatou-se a inexistência de processos alusivos aos dispêndios abaixo discriminados.

**d) Manutenção e conservação de bens imóveis, limpeza e conservação e transporte de piçarra – R\$ 283.812,30:** A fim de regularizar a contratação da despesa, a defesa alegou que foi anexada a documentação exigida pela Resolução TCE/PI nº39/2015, bem como pela Instrução Normativa TCE/PI nº01/2013 (alterada pela Instrução Normativa TCE/PI 03/2015, publicada no DOE-TCE/PI de 04 de maio de 2015). A DFAM destacou que apesar de ter ocorrido um procedimento licitatório, do qual a empresa A. M. da Paciência logrou-se vencedora, foi verificado que o contrato oriundo dessa licitação é datado de 03.03.2016 e a nota de empenho nº 229002 é de 29.02.2016, antes de uma cobertura contratual. Do exposto, considera-se **ocorrência não sanada**.

**e) Serviços técnicos de assessoria ou consultoria jurídica – R\$ 171.504,00:** A Divisão Técnica verificou que ocorreu na municipalidade uma inexigibilidade para a contratação dos credores Marcos Antônio de Souza Araújo e Carlos Douglas dos Santos Alves para serviços de consultoria advocatícia. Observou a DFAM que a Lei nº 8.666/93 diz que a licitação é inexigível nos casos quando não existir a possibilidade de competição, e nos casos de assessoria jurídica já é entendimento pacificado que os mesmos não se enquadram nessa não competitividade, não estando abarcado pelos serviços técnicos profissionais especializados contidos no artigo 13 dessa mesma Lei. Diante do exposto, considera-se **ocorrência não sanada**.

**g) Serviço de Contabilidade – R\$ 78.000,00:** A Divisão Técnica verificou que ocorreu na municipalidade uma inexigibilidade para a contratação do credor SCP Assessoria Contábil. Observou a DFAM que a Lei nº 8.666/93 diz que a licitação é inexigível nos casos quando não existir a possibilidade de competição, e nos casos de assessoria contábil já é entendimento pacificado que os mesmos não se enquadram nessa não competitividade, não estando abarcado pelos serviços técnicos profissionais especializados contidos no artigo 13 dessa mesma Lei. Diante do exposto, considera-se **ocorrência não sanada**.

**2.2.1.4 Da Inspeção Realizada:** Conforme informou a DFAM a inspeção teve como objetivo verificar o funcionamento da municipalidade em diversos aspectos, tais como: Emissão de decretos orçamentários, funcionamento do setor de pessoal, registros e encaminhamentos de informações dos

---



servidores ao TCE e arrecadação e registros de receitas próprias. Foi dada ênfase ao IPTU, ao transporte escolar e ao controle interno, tendo a Divisão Técnica apurado as seguintes conclusões:

**A) Não apresentação dos decretos para abertura de créditos adicionais:** Conforme observou a DFAM A equipe de inspeção solicitou a apresentação de decretos suplementares expedidos pelo Município, assim como as respectivas publicações, sendo entregues, apenas os expedidos em janeiro e fevereiro. Ressalta-se que na sede da Prefeitura não houve a disponibilização dos Decretos com as suas devidas publicações. A Defesa não se manifestou perante essa ocorrência. Dito isso, concluiu a Divisão Técnica que a não publicação contraria o art. 5º da Instrução Normativa TCE 03/2015, o qual regula o prazo de 10 (dez) dias para publicação das Leis, Decretos e Ato Normativos em geral. Do exposto, **considera-se não sanada a ocorrência**.

**C) Ausência de comprovação das subcontratações nos contratos de transporte escolar:** Com relação à situação, relatou a DFAM:

Verificou-se que 427 (quatrocentos e vinte e sete) alunos do município utilizam o transporte escolar para irem à escola, e que através da Tomada de Preço nº 02/15 foram locados veículos (ônibus, micro-ônibus, vans e veículos pequenos), para atender 29 (vinte e nove) diferentes rotas.

O vencedor de tal certame foi GEOVANI MENDES DE MENESES-ME (CNPJ nº 08.647.823/0001-15), nome de fantasia MENESES TRANSPORTES E VARIEDADES, cujo contrato foi firmado em 09 de fevereiro de 2015, com o respectivo Aditivo Contratual nº 01, datado de 10 de janeiro de 2016, passando a ter vigência para efeitos de pagamentos até 09 de janeiro de 2017.

Diante deste cenário, foi solicitada a comprovação das subcontratações nos contratos de transporte escolar à Administração Municipal e aos proprietários dos veículos. Todavia, nem Administração Municipal nem os proprietários dos veículos dispunham de cópias das subcontratações no momento da inspeção, alegando ainda a Administração que, a responsabilidade pela contratação era da empresa vencedora do certame, não vendo a necessidade de ter em seus arquivos cópias das subcontratações.

Ademais, foi identificado que durante o exercício de 2016 foi empenhado para a empresa sobredita o valor de R\$ 382.838,10 (Trezentos e oitenta e dois mil, oitocentos e trinta e oito reais e dez centavos) e pago o valor de R\$ 362.355,00 (Trezentos e sessenta e dois mil, trezentos e cinquenta e cinco reais).

O gestor não apresentou qualquer justificativa acerca da situação relatada. Diante do exposto, **considera-se não sanada a ocorrência**.

As ocorrências apontadas e comprovadas por esta Corte na prestação de contas do município permitem que o Ministério Público de Contas emita o parecer opinando pela **irregularidade das contas em comento** e pela **aplicação da multa prevista no art. 79, I e II, da Lei nº 5.888/09**.

## **2.2.2 FUNDEB**

Gestor: Alenildo de Sousa Melo- Período: 02/jan a 11/abr/2016

---



Os auditores da DFAM, após apuração das contas de gestão do FUNDEB, detectaram falhas que comprometeram a prestação de contas, as quais descritas à fl. 26 - Peça 03.

Após a apresentação da defesa e da documentação encaminhada pelo gestor, Peça 25, a II Divisão Técnica da DFAM apresentou seu relatório de instrução final (Peça 46), em que analisou os argumentos e a documentação encaminhada pela defesa e considerou:

**a) como sanada** a ocorrência identificada pelo item 2.1.2.1 “Ausência de licitação”, porque o empenho nº 401014 datado de 01.04.2016 com o credor Ramos e Christoffel está acobertado pelo Contrato nº 120/2015.

Este Ministério Público de Contas corrobora as conclusões apresentadas pela Divisão Técnica e entende que as falhas apontadas são suficientes para emitir um parecer opinando pela **regularidade** das contas em comento na Gestão do Sr. Alenino de Sousa Melo, **com esteio no art. 122, inciso I, da Lei Estadual nº 5.888/09,**

### **2.2.3 FUNDEB**

*Gestora: Elisangela Cardoso dos Santos: 12/abr a 31/dez/2016*

Os auditores da DFAM, após apuração das contas de gestão do FUNDEB, detectaram falhas que comprometeram a prestação de contas, as quais descritas às fls. 27/30 - Peça 03.

Após a apresentação da defesa e da documentação encaminhada pelo gestor, Peça 25, a II Divisão Técnica da DFAM apresentou seu relatório de instrução final (Peça 46), em que analisou os argumentos e a documentação encaminhada pela defesa e considerou:

**a) como recomendação** a consideração feita no item 2.1.3.2 – “DIVERÊNCIAS NO FLUXO FINANCEIRO DO FUNDEB ENVIADAS ATRAVÉS DO SISTEMA SAGRES-CONTÁBIL”; senão vejamos:

#### **Item 2.1.3.2**

*Recomenda-se observar o que dispõe o art. 5º da Resolução TCE nº 39/2015: Os dados eletrônicos deverão apresentar-se em inteira conformidade com as informações dos documentos físicos que integram a prestação de contas (...).*

**b) como sanadas** as ocorrências identificadas nos itens: “2.1.3.3 – Ausência de Licitação”; “2.1.3.4 – Divergências no saldo final para o exercício seguinte”.

**c) como não sanada** a ocorrência a seguir descrita:

---



#### 2.1.3.1 Indicador negativo do FUNDEB:

Verificou-se que o indicador máximo de 5% não aplicado no exercício, apresentou valor negativo, revelando a possibilidade de o ente possuir Restos a Pagar inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos do FUNDEB e/ou Despesas Custeadas com Superávit Financeiro do Exercício Anterior do FUNDEB não informados corretamente nas prestações de contas enviadas a este Tribunal. O gestor não se manifestou acerca da referida ocorrência. A DFAM observou que o § 2º do art. 21 da Lei Federal nº 11.494/2007 dispõe: “Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional”. Acrescentou a Divisão Técnica que os artigos 42 e 43 da Lei nº 4.320 aduzem que a utilização de superávit financeiro do exercício anterior para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais seja autorizada por lei e aberta por decreto executivo. Na ocorrência em questão a DFAM constatou a inexistência da abertura de crédito adicional, tendo como fonte o superávit financeiro, sendo todos por anulação de dotação. Entende-se que o gestor descumpriu a legislação citada, ao utilizar tais recursos no exercício em análise. Diante do exposto, **considera-se não sanada a ocorrência.**

Este Ministério Público de Contas corrobora as conclusões apresentadas pela Divisão Técnica e entende que as falhas apontadas são suficientes para emitir um parecer opinando pela **regularidade com ressalvas** das contas em comento na Gestão da Sra. Elisângela Cardoso dos Santos, com esteio no art. 122, inciso II, da Lei Estadual nº 5.888/09, concomitantemente à aplicação de multa ao responsável, a teor do prescrito no art. 79, II, da lei supracitada.

#### 2.2.4 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

*Gestora: Maria dos Remédios Veras de Araújo Meneses - Período: 02/jan a 31/dez/2016*

Os auditores da DFAM, após apuração das contas de gestão do FMS, detectaram falhas que comprometeram a prestação de contas, as quais descritas às fls. 31/32 - Peça 03.

Após a apresentação da defesa e da documentação encaminhada pela gestora, Peça 25, a II Divisão Técnica da DFAM apresentou seu relatório de instrução final (Peça 46), em que analisou os argumentos e a documentação encaminhada pela defesa e considerou:

**a) sanada** a consideração feita no item 2.1.4.1 – “Ausência de licitação – Combustíveis e lubrificantes”

**b) como não sanadas** as ocorrências a seguir descritas:

**2.1.4.1 (Ausência de licitação) – “B” Ausência de licitação (máquinas e equipamentos de natureza industrial – Montante gasto R\$ 204.597,80):** A gestora não apresentou justificativa acerca

---





da referida ocorrência. A DFAM após análise do sistema SAGRES- Contábil observou que não há licitação que originou algum contrato com o credor Distribuidora de Medicamentos Saúde e Vida LTDA. **Diante do exposto, considera-se ocorrência não sanada.**

**2.1.4.1 (Ausência de licitação) – “C” Medição do serviço de construção da unidade Básica de Saúde – Montante gasto durante o exercício R\$ 698.689,12:** A gestora não apresentou justificativa acerca da referida ocorrência. Considerou a DFAM:

Observou-se que o empenho nº 902009 com o credor L. A. Lustosa Vieira ME se refere a uma medição do serviço de construção da UBS no povoado Mocambinho, entretanto a licitação que originou o contrato nº 42/2015 com o município tem como objeto a prestação de serviços de limpeza pública compreendendo varrição de vias públicas, capina de vias públicas e coleta de resíduos domiciliares, ou seja, não compreende o serviço de medição em obra de construção.

**Diante do exposto, considera-se ocorrência não sanada.**

**2.1.4.1 (Despesas Fragmentadas - Montante empenhado no exercício R\$ 132.110,38):** A DFAM verificou despesas realizadas referentes ao mesmo objeto continuamente e de forma fragmentada cujo somatório ultrapassou o limite fixado para dispensa de licitação previsto na Lei nº 8.666/93, conforme quadro exemplificativo na fls. 20 da Peça 46. A gestora não apresentou justificativa acerca da referida ocorrência. **Diante do exposto, considera-se ocorrência não sanada.**

**2.1.4.1.2 Licitações não finalizadas no sistema “Licitações WEB”:** Constatou-se que os Pregões nº 01/16 e nº 04/16 não foram finalizados no Sistema Licitações WEB, em desacordo com o que diz a Resolução TCE nº 09/2014 em seus artigos 39 e 40. A gestora não apresentou justificativa acerca da referida ocorrência. **Diante do exposto, considera-se ocorrência não sanada.**

Tais ocorrências permitem que o Ministério Público de Contas emita o parecer opinando pela **irregularidade das contas em comento, com esteio no art. 122, inciso III, da Lei Estadual nº 5.888/09** e pela aplicação da multa prevista no art. 79, II, da Lei nº 5.888/09.

## **2.2.5 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS**

*Gestora: Rychella Trycia Meneses Martins – Período: 01/04 a 31/12/2016*

Os auditores da DFAM, após apuração das contas de gestão do FMAS, detectaram falhas que comprometeram a prestação de contas, as quais descritas às fls. 33 - Peça 03.

Após a apresentação da defesa e da documentação encaminhada pela gestora, Peça 25, a II Divisão Técnica da DFAM apresentou seu relatório de instrução final (Peça 46), em que analisou os argumentos e a documentação encaminhada pela defesa e considerou:

---





**a) sanada** a consideração feita em 2.1.5.1 – “Licitações não finalizadas no sistema “Licitações Web”.

A ocorrência apontada permite que o Ministério Público de Contas emita o parecer opinando pela **regularidade das contas em comento com esteio no art. 122, inciso I, da Lei Estadual nº 5.888/09.**

## **2.2.6 FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE BRASILEIRA**

*Gestora: Isaac de Sousa Araújo – Período: 02/01 a 31/12/2016*

Os auditores da DFAM, após apuração das contas de gestão do FMAS, detectaram falhas que comprometeram a prestação de contas, as quais descritas às fls. 34/35 - Peça 03.

Após a apresentação da defesa e da documentação encaminhada pelo gestor, Peça 25, a II Divisão Técnica da DFAM apresentou seu relatório de instrução final (Peça 46), em que analisou os argumentos e a documentação encaminhada pela defesa e considerou:

**a) Inexistente** as considerações feitas nos itens 2.1.6.1 – “Ausência de prestação de contas mensal. – Sagres”; 2.1.6.2 – Peças Ausentes (Demonstrativo previdenciário em conformidade com a Portaria do Ministério da Previdência Social até 60 dias após o encerramento de cada bimestre; Demonstrativo das aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR, em conformidade com Portaria do Ministério da Previdência Social até 60 dias após o encerramento de cada bimestre; Relatórios de gestão do Sistema Único de Saúde – SUS, nos termos do art. 36 da Lei Complementar nº 141/12, até 60 dias após o encerramento de cada quadrimestre) tendo em vista que tal falha deve ser imputada a Sra. Paula Miranda Amorim Araújo, prefeita municipal.

**b) como recomendação** a consideração feita no item 2.1.6.3 – “Balanço Financeiro”; senão vejamos:

### **Item 2.1.6.3**

*Recomenda-se que sejam observadas e atendidas as orientações para confecção dos balanços da Secretaria do Tesouro Nacional-STN, nos moldes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-MCASP, 6ª edição.*

A ocorrência apontada permite que o Ministério Público de Contas emita o parecer opinando pela **regularidade com ressalvas das contas em comento, com esteio no art. 122, inciso II, da Lei Estadual nº 5.888/09.**

## **2.2.7 CÂMARA MUNICIPAL**

*Gestor: Silvino de Sousa Ribeiro – Período: 02/jan a 31/dez/2016*

---



Os auditores da DFAM, após apuração das contas da Câmara Municipal, detectaram falhas que comprometeram a prestação de contas, as quais descritas às fls. 43/46 - Peça 03.

Após a apresentação da defesa e da documentação encaminhada pelo gestor, Peça 42, a II Divisão Técnica da DFAM apresentou seu relatório (Peça 46), em que analisou os argumentos e a documentação encaminhada pela defesa e considerou:

**a) como recomendação** a consideração feita no item “2.2.1.1 – Omissão do Poder legislativo na apreciação dos instrumentos de planejamento orçamentário”; senão vejamos:

**Item 2.2.1.1**

*Recomenda-se que o Poder Legislativo desempenhe suas prerrogativas constitucionais, elaborando projetos de acordo com os instrumentos de planejamento, fiscalizando os atos do Poder Executivo, em síntese, representando da melhor forma a população.*

**b) como não sanada** a ocorrência a seguir descrita:

**2.2.1.2 Variação no gasto com subsídio de vereadores acima dos índices inflacionários (6,29%):**

Observou-se que não foi enviada a norma legal que fixa o subsídio dos vereadores para a legislatura 2013/2016. A Divisão Técnica informou que houve uma variação de 11,27% nos subsídios dos vereadores em relação ao recebido no exercício de 2015, acima da média dos índices inflacionários divulgados pelo Governo Federal para o exercício. O gestor em sede de defesa fez a seguinte consideração:

[...] os atos normativos fixadores dos subsídios dos vereadores para a legislatura são objeto de normas especiais, que está em obediência ao art. 29, VI da Constituição Federal de 1988 e critérios estabelecidos na Lei Orgânica do Município. A tais valores, a fixação deve ser efetuada em quantia certa, preferencialmente em cifra e, também, por extenso.

Após a análise da defesa, a DFAM fez a seguinte consideração:

A Lei nº 118/2012, de 21.12.2012 consta no Sistema Documentação Web do exercício de 2013. De fato, o subsídio dos vereadores foi aprovado no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), entretanto o que está sendo pago é o valor de R\$ 2.193,53 (dois mil cento e noventa e três reais e cinquenta e três centavos). Não ficou claro o real objetivo da inclusão do redutor colocado pela defesa, pressupõe-se que o valor aprovado pela Lei em comento é superior ao suportado pelos cofres da Câmara Municipal, por isso o redutor.

Ressalte-se que apenas é admitida a recomposição dos subsídios, isto é, atualização/correção monetária por índice inflacionário oficial, no curso da legislatura. Isso porque qualquer alteração acima dos índices inflacionários corresponde, na prática, a alteração substancial/efetiva no subsídio, violando o princípio da anterioridade. Registra-se que o ato normativo a ser editado para revisão geral anual do subsídio dos vereadores é a lei (específica), a teor do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal. Ressalta-se, ainda, que o fato do valor do subsídio pago em

---



2015 ter sido R\$ 1.971,36, inferior ao aprovado na Lei nº 118/2012, que foi de R\$ 3.000,00 (três mil reais), não justifica a falha, pelo contrário, denota falta de planejamento da Câmara Municipal no momento da fixação do subsídio para a legislatura seguinte. Além disso, não restou demonstrado que o mesmo percentual foi dado a todos os servidores da Câmara. Portanto, o acréscimo acima é considerado ilegal.

**Diante do exposto, considera-se ocorrência não sanada.**

As ocorrências apontadas permitem que o Ministério Público de Contas emita o parecer opinando pela **regularidade com ressalvas das contas em comento** e pela aplicação da multa prevista no art. 79, VII, da Lei nº 5.888/09.

**3. CONCLUSÃO**

Assim sendo, opina o MPC/TCE pelo (a):

- a) **Parecer prévio recomendando a aprovação com ressalvas** das contas de governo da Prefeitura Municipal de Brasileira, no exercício de 2016, conforme art. 120, da Lei Estadual nº 5.888/09 e no art. 32, § 1º da Constituição Estadual;
- b) Julgamento de **irregularidade** às contas de gestão da **Prefeitura Municipal de Brasileira**, na gestão da Sra. Paula Miranda Amorim Araújo, com esteio no art. 122, inciso III, da Lei Estadual nº 5.888/09, concomitantemente à **aplicação de multa** ao responsável, a teor do prescrito no art. 79, I, II da lei supracitada.
- c) Julgamento de **regularidade** às contas de gestão do **FUNDEB**, na gestão do Sr. Alenildo de Sousa Melo, com esteio no art. 122, inciso I, da Lei Estadual nº 5.888/09;
- d) Julgamento de **regularidade com ressalvas** às contas de gestão do **FUNDEB**, na gestão da Sra. Elisângela Cardoso dos Santos, com esteio no art. 122, inciso I, da Lei Estadual nº 5.888/09, concomitantemente à **aplicação de multa** ao responsável, a teor do prescrito no art. 79, II, da lei supracitada;
- e) Julgamento de **irregularidade** às contas de gestão do **FMS**, na gestão da Sra. Maria dos Remédios Veras de Araújo Meneses, com esteio no art. 122, inciso III, da Lei Estadual nº 5.888/09, concomitantemente à **aplicação de multa** ao responsável, a teor do prescrito no art. 79, II, da lei supracitada;



Estado do Piauí  
Ministério Público de Contas



TC/002910/2016 - P.M. de Brasileira – Exercício financeiro de 2016

---

- f) Julgamento de **regularidade** às contas de gestão do **FMAS**, na gestão da Sra. Rychella Trycia Meneses Martins, com esteio no art. 122, inciso I, da Lei Estadual nº 5.888/09;
- g) Julgamento de **regularidade com ressalvas** às contas de gestão do **Fundo de Previdência**, na gestão do Sr. Isaac de Sousa Araújo, com esteio no art. 122, inciso II, da Lei Estadual nº 5.888/09, concomitantemente à **aplicação de multa** ao responsável, a teor do prescrito no art. 79, VII, da lei supracitada;
- h) Julgamento de **regularidade com ressalvas** às contas de gestão da **Câmara Municipal**, na gestão do Sr. Silvino de Sousa Ribeiro, com esteio no art. 122, inciso II, da Lei Estadual nº 5.888/09, concomitantemente à **aplicação de multa** ao responsável, a teor do prescrito no art. 79, VII, da lei supracitada;

É o parecer,

Teresina, 24 de abril de 2018.

**Leandro Maciel do Nascimento**

*Procurador do Ministério Público de Contas – PI*

**(Assinado digitalmente)**

## ASSINATURA DIGITAL

Certificamos que a peça nº 34 está assinada digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) |                              |                     |
|----------------------------------|------------------------------|---------------------|
| CPF/CNPJ                         | Nome                         | Data e hora         |
| 81*.***-**3-00                   | LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO | 24/04/2018 11:40:17 |

**Protocolo:** 002910/2016

**Código de verificação:** 684EEB2C-59CD-4558-AC40-C18FF6E6464E

**Portal de validação:**

<https://sistemas.tce.pi.gov.br/eprocesso/validador/documento>





## Gabinete Conselheiro Substituto Jaylson Campelo



**PROCESSO .....TC-002910/2016**

**ASSUNTO ..... Prestação de Contas do Exercício de 2016**

**INTERESSADO ..... Município de Brasileira**

**PREFEITA.....Paula Miranda Amorim Araújo**

| .....                   | <b>Gestores</b>                                  | <b>Períodos</b>    |
|-------------------------|--|--------------------|
| <b>PREFEITURA.....</b>  | Paula Miranda Amorim Araújo                      | 02/01 - 31/12/2016 |
| <b>FUNDEB .....</b>     | Alenildo de Sousa Melo                           | 02/01 - 11/04/2016 |
| <b>FUNDEB .....</b>     | Elisângela Cardoso dos Santos                    | 12/04 - 31/12/2016 |
| <b>FMS .....</b>        | M <sup>a</sup> dos Remédios V. de Araújo Meneses | 02/01 - 31/12/2016 |
| <b>FMAS .....</b>       | Rychella Trycia Meneses Martins                  | 01/04 - 31/12/2016 |
| <b>PREVIDENCIA.....</b> | Isaac de Sousa Araújo                            | 02/01 - 31/12/2016 |
| <b>CÂMARA .....</b>     | Silvino de Sousa Ribeiro                         | 02/01 - 31/12/2016 |

**Relator..... Jaylson Fabianh Lopes Campelo**

**Procurador ..... Leandro Maciel do Nascimento**

### 1. RELATÓRIO

Tratam os autos da Prestação de Contas Geral do Município de Brasileira, exercício financeiro de 2016.

As ocorrências constatadas, quando das análises preliminares, encontram-se à Peça 03, remanescendo a que serão descritas a seguir.

O Relatório do Contraditório encontra-se à Peça 48.

Notificados (Peças 06 a12), os gestores se manifestaram tempestivamente (Peça 24), encontrando-se as defesas às Peças 25 a 42.

Conforme Relatório do Contraditório, Peça 46, remanescem as constatações listadas nos itens abaixo.

#### 1.1. CONTAS DE GOVERNO

- a) Remessa extemporânea das peças orçamentárias (PPA, com 50 dias, LDO, 60 e LOA. 61).
- b) Não comprovação da publicação dos decretos de abertura de créditos adicionais;
- c) Atraso no ingresso da prestação de contas mensal;
- d) Peças ausentes;
- e) Contabilização a menor da COSIP.





## **Gabinete Conselheiro Substituto**

### **Jaylson Campelo**



## **1.2. DAS CONTAS DE GESTÃO**

### **1.2.1 - PREFEITURA MUNICIPAL**

a) Despesas não licitadas com: manutenção e conservação de bens imóveis, limpeza e conservação e transporte de piçarra (R\$283.812,30), serviços técnicos de assessoria/ consultoria jurídica (R\$171.504,00) e serviço de contabilidade (R\$78.000,00)

### **b) INSPEÇÃO**

Na mesma verificou-se a emissão dos decretos orçamentários, funcionamento do setor de pessoal, registros e encaminhamentos de informações a este Tribunal da arrecadação/registros de receitas próprias, com ênfase ao IPTU, transporte escolar e controle interno.

### **1.2.2. FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO**

**1º Gestor:** Alenildo de Sousa Melo - 02-01 - 11/04-2016

A documentação apresentada, em sede de defesa, sanou a ocorrência “ausência de licitação”.

**2ª Gestora:** Elisangela Cardoso dos Santos – 12-04 – 31-12-2016

a) Indicador negativo do FUNDEB.

### **1.2.3 FMS – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**

a) Despesas não licitadas com: aquisição de máquinas e equipamentos (R\$204.597,80); construção de unidade básica de saúde Povoado Mocambinho (R\$698.689,12);

b) Despesas fracionadas com: material farmacológico (R\$132.110,38);

c) Licitações não finalizadas no Sistema Web: Pregão Nº. 01/2016, para aquisição de medicamentos e, Nº. 04/2016, de equipamento e material permanente.

### **1.2.4. FMAS- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

a) Licitações não finalizadas no Sistema Web: Pregão Nº. 10/2016, para contratação de veículos.

### **1.2.5. FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE BRASILEIRA**

a) Ausência de registro de valores na coluna “Exercício Anterior” do Balanço Financeiro não apresentava valores.

### **1.2.6. CÂMARA MUNICIPAL**

a) Omissão do Poder Legislativo na apreciação dos instrumentos de planejamento orçamentário;



## Gabinete Conselheiro Substituto Jaylson Campelo



- b) Variação nos subsídio de vereadores (11,27%) acima dos índices inflacionários (6,29%).

### 2. PROPOSTA DE VOTO

Posteriormente, os autos foram ao Ministério Público de Contas – MPC, que emitiu seu parecer e concluiu da seguinte forma (Peça 48).

Assim sendo, opina o MPC/TCE pelo (a):

- a) **Parecer prévio recomendando a aprovação com ressalvas** das contas de governo da Prefeitura Municipal de Brasileira, no exercício de 2016, conforme art. 120, da Lei Estadual nº 5.888/09 e no art. 32, § 1º da Constituição Estadual;
- b) Julgamento de **irregularidade** às contas de gestão da **Prefeitura Municipal de Brasileira**, na gestão da Sra. Paula Miranda Amorim Araújo, com esteio no art. 122, inciso III, da Lei Estadual nº 5.888/09, concomitantemente à **aplicação de multa** ao responsável, a teor do prescrito no art. 79, I, II da lei supracitada.
- c) Julgamento de **regularidade** às contas de gestão do **FUNDEB**, na gestão do Sr. Alenildo de Sousa Melo, com esteio no art. 122, inciso I, da Lei Estadual nº 5.888/09;
- d) Julgamento de **regularidade com ressalvas** às contas de gestão do **FUNDEB**, na gestão da Sra. Elisângela Cardoso dos Santos, com esteio no art. 122, inciso I, da Lei Estadual nº 5.888/09, concomitantemente à **aplicação de multa** ao responsável, a teor do prescrito no art. 79, II, da lei supracitada;
- e) Julgamento de **irregularidade** às contas de gestão do **FMS**, na gestão da Sra. Maria dos Remédios Veras de Araújo Meneses, com esteio no art. 122, inciso III, da Lei Estadual nº 5.888/09, concomitantemente à **aplicação de multa** ao responsável, a teor do prescrito no art. 79, II, da lei supracitada;

É, em síntese, o relatório.

Desta feita, tendo em vista análise conclusa dos autos, encaminhem-se os autos à Primeira Câmara para inclusão em PAUTA.

Teresina, 08 de maio de 2018.

(assinado digitalmente)  
Jaylson Fabianh Lopes Campelo  
- Relator -

## ASSINATURA DIGITAL

Certificamos que a peça nº 35 está assinada digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) |                               |                     |
|----------------------------------|-------------------------------|---------------------|
| CPF/CNPJ                         | Nome                          | Data e hora         |
| 35*.***-**3-68                   | JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO | 09/05/2018 08:03:57 |

**Protocolo:** 002910/2016

**Código de verificação:** 83EE2B10-4E83-479C-AB62-19BF322C1A19

**Portal de validação:**

<https://sistemas.tce.pi.gov.br/eprocesso/validador/documento>





## Gabinete Conselheiro Substituto Jaylson Campelo



**PROCESSO .....TC-002910/2016**

**ASSUNTO ..... Prestação de Contas do Exercício de 2016**

**INTERESSADO ..... Município de Brasileira**

**PREFEITA.....Paula Miranda Amorim Araújo**

|                         | <b>.....Gestores</b>                             | <b>Períodos</b>    |
|-------------------------|--|--------------------|
| <b>PREFEITURA.....</b>  | Paula Miranda Amorim Araújo                      | 02/01 - 31/12/2016 |
| <b>FUNDEB .....</b>     | Alenildo de Sousa Melo                           | 02/01 - 11/04/2016 |
| <b>FUNDEB .....</b>     | Elisângela Cardoso dos Santos                    | 12/04 - 31/12/2016 |
| <b>FMS .....</b>        | M <sup>a</sup> dos Remédios V. de Araújo Meneses | 02/01 - 31/12/2016 |
| <b>FMAS .....</b>       | Rychella Trycia Meneses Martins                  | 01/04 - 31/12/2016 |
| <b>PREVIDENCIA.....</b> | Isaac de Sousa Araújo                            | 02/01 - 31/12/2016 |
| <b>CÂMARA .....</b>     | Silvino de Sousa Ribeiro                         | 02/01 - 31/12/2016 |

**Relator..... Jaylson Fabianh Lopes Campelo**

**Procurador ..... Leandro Maciel do Nascimento**

### 1. RELATÓRIO

Tratam os autos da Prestação de Contas Geral do Município de Brasileira, exercício financeiro de 2016.

As ocorrências constatadas, quando das análises preliminares, encontram-se à Peça 03. remanescendo a que serão descritas a seguir.

O Relatório do Contraditório encontra-se à Peça 48.

Notificados (Peças 06 a12), os gestores se manifestaram tempestivamente (Peça 24), encontrando-se as defesas às Peças 25 a 42.

Conforme Relatório do Contraditório, Peça 46, remanescem as constatações listadas nos itens abaixo.

#### 1.1. CONTAS DE GOVERNO

- a) Remessa extemporânea das peças orçamentárias (PPA, com 50 dias, LDO, 60 e LOA. 61).
- b) Não comprovação da publicação dos decretos de abertura de créditos adicionais;
- c) Atraso no ingresso da prestação de contas mensal;
- d) Peças ausentes;
- e) Contabilização a menor da COSIP.



## **Gabinete Conselheiro Substituto**

### **Jaylson Campelo**



O Ministério Público de Contas, Peça 48, Parecer N°. 2018LM0019, opina pela aprovação com ressalvas, com fundamento no art. 120, da Lei Estadual n° 5.888/09 e no art. 32, § 1º da Constituição Estadual.

## **1.2. DAS CONTAS DE GESTÃO**

### **1.2.1 - PREFEITURA MUNICIPAL**

a) Despesas não licitadas com: manutenção e conservação de bens imóveis, limpeza e conservação e transporte de piçarra (R\$283.812,30), serviços técnicos de assessoria/ consultoria jurídica (R\$171.504,00) e serviço de contabilidade (R\$78.000,00)

### **b) INSPEÇÃO**

Na mesma verificou-se a emissão dos decretos orçamentários, funcionamento do setor de pessoal, registros e encaminhamentos de informações a este Tribunal da arrecadação/registros de receitas próprias, com ênfase ao IPTU, transporte escolar e controle interno.

O Ministério Público de Contas, Peça 48, Parecer N°. 2018LM0019, opina julgamento de irregularidade, com fundamento no art. 122, III, Lei Estadual N°. 5.888/09, concomitantemente à aplicação de multa, a teor do art. 79, I, II da lei supracitada.

### **1.2.2. FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO**

**1º Gestor:** Alenildo de Sousa Melo - 02-01 - 11/04-2016

A documentação apresentada, em sede de defesa, sanou a ocorrência “ausência de licitação”.

O Ministério Público de Contas, Peça 48, Parecer N°. 2018LM0019, opina julgamento de regularidade, com fundamento no art. 122, I, Lei Estadual N°. 5.888/09.

**2ª Gestora:** Elisangela Cardoso dos Santos – 12-04 – 31-12-2016

a) Indicador negativo do FUNDEB.

O Ministério Público de Contas, Peça 48, Parecer N°. 2018LM0019, opina julgamento de regularidade com ressalvas, com fundamento no art. 122, II, Lei



## **Gabinete Conselheiro Substituto**

### **Jaylson Campelo**



Estadual Nº. 5.888/09, concomitante a aplicação de multa, a teor do art. 79, II, da lei supracitada.

#### **1.2.3 FMS – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**

- a) Despesas não licitadas com: aquisição de máquinas e equipamentos (R\$204.597,80); construção de unidade básica de saúde Povoado Mocambinho (R\$698.689,12);
- b) Despesas fracionadas com: material farmacológico (R\$132.110,38);
- c) Licitações não finalizadas no Sistema Web: Pregão Nº. 01/2016, para aquisição de medicamentos e, Nº. 04/2016, de equipamento e material permanente.

O Ministério Público de Contas, Peça 48, Parecer Nº. 2018LM0019, opina julgamento de irregularidade, com fundamento no art. 122, III, Lei Estadual Nº. 5.888/09, concomitante a aplicação de multa, a teor do art. 79, II, da lei supracitada.

#### **1.2.4. FMAS- FUNDO MUICIPA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- a) Licitações não finalizadas no Sistema Web: Pregão Nº. 10/2016, para contratação de veículos.

O Ministério Público de Contas, Peça 48, Parecer Nº. 2018LM0019, opina julgamento de regularidade, com fundamento no art. 122, I, Lei Estadual Nº. 5.888/09.

#### **1.2.5. FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE BRASILEIRA**

- a) Ausência de registro de valores na coluna “Exercício Anterior” do Balanço Financeiro não apresentava valores.

O Ministério Público de Contas, Peça 48, Parecer Nº. 2018LM0019, opina julgamento de regularidade com ressalvas, com fundamento no art. 122, II, Lei Estadual Nº. 5.888/09, concomitante a aplicação de multa, a teor do art. 79, VII, da lei supracitada.

#### **1.2.6. CÂMARA MUNICIPAL**

- a) Omissão do Poder Legislativo na apreciação dos instrumentos de planejamento orçamentário;
- b) Variação nos subsídio de vereadores (11,27%) acima dos índices inflacionários (6,29%).





## **Gabinete Conselheiro Substituto**

### **Jaylson Campelo**



O Ministério Público de Contas, Peça 48, Parecer N°. 2018LM0019, opina julgamento de regularidade com ressalvas, com fundamento no art. 122, II, Lei Estadual N°. 5.888/09, concomitante a aplicação de multa, a teor do art. 79, VII, da lei supracitada.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO**

### **2.1. CONTAS DE GOVERNO**

#### **a) Remessa extemporânea das peças orçamentárias (PPA, com 50 dias, LDO, 60 e LOA, 61 dias) – Resolução N°. 39/2015**

A defesa alegou dificuldade em compactar as peças LDO e LOA para o formato PDF.

Constatou-se o primeiro envio da LOA e LDO dentro do prazo (art. 11, alíneas “a” e “b”, Resolução N°. 39/2015), entretanto, o formato não foi em “PDF pesquisável” (art. 10 da citada resolução), por isso a rejeição. Lado outro, mesmo após o reenvio dentro do prazo (art. 47), permaneceram no erro enviando tais documentos em formato não pesquisável.

#### **b) Não comprovação da publicação dos decretos de abertura de créditos adicionais**

Os decretos foram juntados às fls. 23/99, Peça 25; fls. 1/100, Peça 26; fls. 1/100, Peça 27, fls. 1/100, Peça 28 e fls. 1/29, Peça 29. Entretanto, os comprovantes de das publicações não foram encaminhados.

#### **c) Atraso no ingresso da prestação de contas mensal (Resolução N°. 39/2015)**

A defesa alega que às vezes não toma conhecimento, através do e-mail cadastrado, da rejeição de documento, dificultando a regularização no prazo estabelecido.

Registre-se, após envio dos documentos, atraso de algumas peças somente do mês de agosto.

#### **d) Peças ausentes**

Foram enviadas as peças enumeradas nas alíneas “a”, “b” e “f”, (Peça 46, fls. 04), entretanto, as mesmas não foram encontradas no Documentação Web (art. 2º, Resolução N°. 39/2015).



## Gabinete Conselheiro Substituto Jaylson Campelo



### e) Contabilização a menor da COSIP

Os recursos referentes à COSIP devem ser contabilizados pelo valor bruto (art. 149-A, CF/88). No caso presente, foi contabilizado no Anexo 10 - Balanço Geral, R\$123.661,05, sendo informado pela ELETROBRÁS, R\$ 142.257,77. Peça 01, Fls. 40 e 179.

Registrem-se, por derradeiro, considerações com as devidas recomendações pelas seguintes constatações:

- **Insuficiência na arrecadação da receita tributária** – a arrecadação foi inferior ao previsto, ocasiona decréscimo em relação ao exercício anterior, entretanto, não é considerada uma falha, entretanto, recomenda-se observar o art. 11, LRF e que o Município faça uso de suas prerrogativas do dever de arrecadação dos tributos de sua competência.
- **Despesa total empenhada** – cópia com retificação do Demonstrativo Balanço Orçamentário – Anexo 12 (Peça 29, fls. 80-82), publicada em 28-11-2017, portanto, fora do prazo (art. 4º, Resolução TCE/PI Nº. 39/2015). Recomenda-se um melhor planejamento do orçamento.
- **Divergências entre informações das despesas com manutenção e desenvolvimento de ensino (SAGRES e no Balanço Geral no Sistema Documentação Web)** – as informações devem ser convergentes (art. 5º, Resolução TCE/PI Nº. 39/2015), sendo os dados apresentados em conformidade com as informações dos documentos físicos.
- **Divergências entre informações das despesas com saúde (SAGRES e no Balanço Geral no Sistema Documentação Web)** – remete-se à recomendação acima.
- **Avaliação do município (Portal da Transparência)** – recomenda-se a atualização constante do sítio do portal da transparência para que não haja desobediência ao princípio da transparência.
- **Irregularidades no Balanço Orçamentário** – recomenda-se a elaboração em consonância com o princípio orçamentário do equilíbrio, registrando-se o envio de um novo demonstrativo, entretanto, com publicação ocorrida em 28-11- 2017, fora do prazo estabelecido pela Resolução TCE/PI Nº. 39/2015.
- **Desempenho da Controladoria Interna** – recomenda-se maior desempenho do controle interno.



## **Gabinete Conselheiro Substituto**

### **Jaylson Campelo**



## **2.2. CONTAS DE GESTÃO**

### **2.2.1. PREFEITURA MUNICIPAL**

#### **a) Despesas não licitadas com:**

#### **- manutenção e conservação de bens imóveis, limpeza, conservação e transporte de piçarra (R\$283.812,30)**

A defesa alega ter anexada a documentação exigida pela Resolução N°.39/2015 e Instrução Normativa N°. 01/2013 (alterada pela IN TCE/PI 03/).

Registre-se que, apesar de ter ocorrido o procedimento licitatório, sendo vencedora a empresa A. M. da Paciência, constatou-se que o contrato oriundo da mesma é datado de 03-03-2016 e o empenho N°. 229002, de 29-02-2016, antes da cobertura contratual.

#### **- Serviços técnicos de assessoria/ consultoria jurídica (R\$171.504,00)**

Ocorreu uma inexigibilidade para a contratação dos credores Marcos Antônio de Souza Araújo e Carlos Douglas dos Santos Alves para serviços de consultoria advocatícia.

A Lei N°. 8.666/93 admite a inexigibilidade se não houver possibilidade de competição e, nos casos de assessoria jurídica, já é entendimento pacificado que não se enquadram nessa não competitividade.

#### **- Serviço de contabilidade (R\$78.000,00)**

A documentação anexada à Peça 33, fls. 24/52 encontra-se, em sua maior parte, ilegível.

A inexigibilidade para contratação do credor SCP Assessoria Contábil, não encontra amparo na Lei N°. 8.666/93, art. 25, que estabelece ser inexigível licitação diante da impossibilidade de competição. Assim, referidos serviços não se enquadram nessa não competitividade, bem como não se encontram listados como serviços técnicos profissionais especializados (art. 13 da citada lei).

Observou-se ainda, mesmo a documentação em sua maioria se encontrar ilegível, contrato datado de 12-01-2016 (Peça 33, fls. 49/51) e, nota de empenho N°. 104060, de 04-01-2016, antes da cobertura contratual.

As principais falhas apontadas nos certames licitatórios, são falhas formais, não ensejadoras de prejuízo ao erário. Em uma palavra, não há qualquer



## **Gabinete Conselheiro Substituto**

### **Jaylson Campelo**



menção a não realização de licitação, mas falhas na sua realização, que são próprias das dificuldades que ensejam processos dessa natureza.

#### **2.2.1.1. Da Inspeção Realizada**

##### **Emissão de decretos e publicações**

Verificou-se o funcionamento da emissão de decretos orçamentários, do setor de pessoal, registros e encaminhamentos de informações dos servidores ao TCE e arrecadação e registros de receitas próprias; sendo dada ênfase ao IPTU, transporte escolar e controle interno. As constatações seguem abaixo:

Foram solicitados os decretos suplementares, com as respectivas publicações, sendo entregues na ocasião os de janeiro e fevereiro (na sede da Prefeitura não foram disponibilizados os Decretos com as suas devidas publicações).

A defesa não se manifestou, cabendo registrar o descumprimento ao art. 5º da Instrução Normativa TCE 03/2015, que concede 10 (dez) dias para publicação das leis, decretos e atos Normativos em geral.

##### **Ausência de comprovação das subcontractações nos contratos de transporte escolar**

Através da Tomada de Preço Nº. 02/15 foram locados ônibus, micro-ônibus, vans e veículos pequenos, para atender 29 rotas, vencendo o certame o Sr. Geovani Mendes de Meneses, com nome de fantasia Meneses Transporte e Variedades.

O contrato, firmado em 09-02-2015 foi aditivado em 10-01-2016 (Aditivo Nº. 01), tendo vigência para efeitos de pagamentos até 09-01-2017.

Quando da inspeção, solicitou-se a comprovação das subcontractações à Administração e aos proprietários dos veículos, entretanto, os mesmos não dispunham de cópias, alegando a primeira que, a responsabilidade pela contratação era da empresa vencedora, não vendo a necessidade do arquivamento.

No decorrer de 2016 foi empenhado em nome do credor acima o total de R\$382.838,10 (trezentos e oitenta e dois mil, oitocentos e trinta e oito reais e dez centavos), sendo pago R\$362.355,00 (trezentos e sessenta e dois mil, trezentos e cinquenta e cinco reais). O gestor não apresentou defesa.



## Gabinete Conselheiro Substituto Jaylson Campelo



### 2.2.2. FUNDEB

**1º Gestor:** Alenildo de Sousa Melo – 02 de janeiro a 11 de abril

**a) Despesas não licitadas com:**

- **Aquisições de combustíveis** – ocorrência sanada com o envio da documentação à Peça 33, fls. 1/23.

**2º Gestor:** Elisangela Cardoso dos Santos – 12-04 a 31-12-2016

**a) Do indicador negativo do FUNDEB**

O indicador “máximo de 5% não aplicado no exercício”, apresentou valor negativo, anunciando que o ente pode possuir Restos a Pagar Inscritos no Exercício Sem Disponibilidade Financeira de Recursos do FUNDEB e/ou Despesas Custeadas com Superávit Financeiro do Exercício Anterior do FUNDO, não informados corretamente nas prestações de contas.

O § 2º do art. 2, Lei Federal Nº. 11.494/2007 dispõe que:

“§ 2º - Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, **mediante abertura de crédito adicional.**” (Grifei).

Além disso, os artigos 42 e 43 da Lei Federal Nº. 4.320/64 expressam que a utilização de superávit financeiro do exercício anterior para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais seja autorizada por lei e aberta por decreto executivo. No caso presente ocorreu abertura de crédito adicional, tendo como fonte o superávit financeiro, sendo todos por anulação de dotação. Assim, o gestor descumpriu a legislação citada, ao utilizar tais recursos no exercício em análise.

**b) Divergências no fluxo financeiro (SAGRES: R\$2.893.368,90 e Documentação WEB R\$3.003.998,71)**

As divergências ocorreram nas prestações de contas enviadas através do Sistema SAGRES-Contábil (art.. 5º da Resolução TCE/PI Nº. 39, de 10-12-2015).



## **Gabinete Conselheiro Substituto**

### **Jaylson Campelo**



A defesa informa que necessitou fazer aporte de recursos para o FUNDEB. Com isso a despesa registrou valores maiores que o recebido das Transferências da União.

Recomenda-se ao gestor que observe o art. 5º da Resolução 39/2015:

Art. 5º - Os dados eletrônicos deverão apresentar-se em inteira conformidade com as informações dos documentos físicos que integram a prestação de contas (...).

#### **2.2.3. FMS – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

##### **a) Máquinas e equipamentos de natureza industrial (R\$204.597,80)**

Analisando o Sagres-Contábil constatou-se não existir licitação para o contrato com a Distribuidora de Medicamentos Saúde e Vida LTDA.

O gestor demonstra que houve, sim, o certame licitatório, não tendo restada caracterizada grave infração à norma legal.

##### **b) Medição da construção da Unidade Básica de Saúde Povoado Mocambinho (R\$ 698.689,12)**

O Empenho N°. 902009 da L. A. Lustosa Vieira - ME faz referência à medição dos serviços de construção, entretanto a licitação que originou o Contrato N°. 42/2015 tem como objeto a prestação de serviços de limpeza pública (varrição, capina e coleta de resíduos domiciliares), ou seja, não compreende o serviço de medição em obra de construção.

Em sede de sustentação oral, o gestor demonstra que os certames foram realizados, ocorrendo apenas falhas formais, não ensejadoras de prejuízo ao erário.

##### **c) Despesas fracionadas com:**

###### **-Aquisições de materiais farmacológicos (R\$132.110,38)**

Não foram apresentadas documentação, nem justificativa do gestor.

#### **2.2.4. FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DE BRASILEIRA**

##### **a) Balanço financeiro**

O relatório de inspeção aponta que a coluna “Exercício Anterior” do referido balanço não apresentava valores.





## **Gabinete Conselheiro Substituto**

### **Jaylson Campelo**



A defesa informa que a falta de valores deveu-se à falha no sistema contábil e que a coluna é um parâmetro para comparação com a coluna do exercício atual (2016), não comprometendo a veracidade da execução orçamentária e financeira do B. Financeiro de 2016. Assim, para sanar a irregularidade e comprovar a boa fé da gestão preencheu-se as informações faltantes.

Recomenda-se observação e atendimento às orientações da Secretaria do Tesouro Nacional-STN, nos moldes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-MCASP, 6ª Edição, quando da confecção dos balanços.

#### **2.2.5. CÂMARA MUNICIPAL**

##### **a) Variação no gasto com subsídio de vereadores acima dos índices inflacionários (6,29%)**

Não foi enviada a norma legal que fixa o subsídio dos vereadores para a legislatura 2013/2016. A variação foi de 11,27% em relação ao recebido no exercício de 2015.

Em sede de defesa o gestor alega que “os atos normativos fixadores dos subsídios dos vereadores para a legislatura são objeto de normas especiais, que está em obediência ao art. 29, VI da CF/88 e critérios estabelecidos na Lei Orgânica do Município”.

A defesa informa que os pagamentos ocorreram com base na Lei Nº. 118/2012 que fixou, em 12-12-2012, o subsídio para 2013/2016 em R\$3.000,00. Em seguida foi aplicado um redutor, ficando em R\$2.193,53, obedecendo-se assim, o disposto no art. 29, VI c/c art. 37, X da CF/88. Logo, justificam-se os cálculos adotados para realização dos reajustes nos subsídios para o exercício 2016, não havendo nenhuma ilegalidade na sua feitura.

A lei em comento consta no Sistema Documentação Web, exercício de 2013, onde de fato se constata a aprovação no valor de R\$3.000,00, mas, sendo pago R\$2.193,53, não ficando claro o objetivo da inclusão do redutor.

Informe que é admitida a recomposição dos subsídios, isto é, atualização/correção monetária por índice inflacionário oficial, no curso da legislatura. Isso porque qualquer alteração acima dos índices inflacionários corresponde, na prática,



## **Gabinete Conselheiro Substituto**

### **Jaylson Campelo**



a alteração substancial/efetiva no subsídio, violando o princípio da anterioridade. Também, o ato normativo a ser editado para revisão geral anual é a lei (art. 37, X, da CF/88). Lado outro, o valor pago em 2015 de R\$1.971,36, inferior ao aprovado na lei citada, não justifica a falha, mas, requer planejamento no momento da fixação.

### **3. PROPOSTA DE VOTO**

Ante o exposto e o que mais dos autos consta, VOTO:

#### **3.1. Contas de Governo**

Em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, financeira e patrimonial havida no exercício, sou pela emissão de parecer prévio pela aprovação com ressalvas das contas de governo, exercício de 2016, conforme art. 120, da Lei Estadual Nº. 5.888/09 e no art. 32, § 1º da Constituição Estadual.

#### **3.2. Contas de Gestão**

##### **3.2.1. Prefeitura Municipal**

Julgamento de regularidade com ressalvas, com esteio no art. 122, II, da Lei Estadual Nº. 5.888/09, concomitantemente à aplicação de multa de 500 UFRs, a teor do prescrito no art. 79, I, II da lei supracitada.

##### **3.2.2. FUNDEB**

**1ª Gestão:** Alenildo de Sousa Melo – 02-01 a 11-04-2016

Julgamento de regularidade, com esteio no art. 122, I, da Lei Estadual Nº. 5.888/09.

**2ª Gestão:** Elisângela Cardoso dos Santos – 12-04 a 31-12-2016

Julgamento de regularidade com ressalvas, com esteio no art. 122, I, da Lei Estadual nº 5.888/09, concomitantemente à aplicação de multa de 200 UFRs, a teor do prescrito no art. 79, II, da lei supracitada.

##### **3.2.3. FMS**

Julgamento de regularidade com ressalvas, com esteio no art. 122, da Lei Estadual Nº. 5.888/09, concomitantemente à aplicação de multa de 300 UFRs, a teor do prescrito no art. 79, II, da lei supracitada.



## **Gabinete Conselheiro Substituto Jaylson Campelo**



### **3.2.4. FMAS**

Julgamento de regularidade, com esteio no art. 122, I, da Lei Estadual Nº. 5.888/09.

### **3.2.5. FUNDO PREVIDENCIÁRIO**

Julgamento de regularidade com ressalvas, com esteio no art. 122, II, da Lei Estadual Nº. 5.888/09, concomitantemente à aplicação de multa de 200 UFRs, a teor do prescrito no art. 79, VII, da lei supracitada.

### **3.2.6. CÂMARA MUNICIPAL**

Julgamento de regularidade com ressalvas, com esteio no art. 122, II, da Lei Estadual Nº. 5.888/09, concomitantemente à aplicação de multa de 200 UFRs, a teor do prescrito no art. 79, VII, da lei supracitada.

Teresina, 29 de maio de 2018.

*(assinado digitalmente)*  
Jaylson Fabianh Lopes Campelo  
- Relator -

## ASSINATURA DIGITAL

Certificamos que a peça nº 42 está assinada digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) |                               |                     |
|----------------------------------|-------------------------------|---------------------|
| CPF/CNPJ                         | Nome                          | Data e hora         |
| 35*.***-**3-68                   | JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO | 29/05/2018 12:38:25 |

**Protocolo:** 002910/2016

**Código de verificação:** A4880ED6-87CF-4A42-B2BB-F4B65B428896

**Portal de validação:**

<https://sistemas.tce.pi.gov.br/eprocesso/validador/documento>





# Estado do Piauí

## Tribunal de Contas



**SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA CÂMARA Nº 16 DE 29 DE MAIO DE 2018.**

**DECISÃO Nº 170/2018. TC/002910/2016 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRASILEIRA-PI (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016).** Relator: Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo.

### **QUANTO ÀS CONTAS DE GOVERNO:**

#### **PREFEITURA MUNICIPAL.**

Prefeita: Paula Miranda Amorim Araújo (02/01 a 31/12/16). Advogado(s): Carlos Douglas dos Santos Alves (OAB/PI nº 3.156) – (Procuração: fl. 05 da peça 23).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da VI Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/50 da peça 03, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/24 da peça 46, a manifestação do Ministério Público de Contas, às fls. 01/14 da peça 48, a sustentação oral do Advogado Carlos Douglas dos Santos Alves (OAB/PI nº 3.156), que se reportou às falhas apontadas, a proposta de voto do Relator Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, às fls. 01/12 da peça 56, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas, pela emissão de parecer recomendando a **aprovação com ressalvas**, com fundamento no art. 31, § 2º da Constituição Federal, no art. 32, § 1º, da Constituição Estadual do Piauí, nos arts. 61 a 63 e 120 da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos da proposta de voto do Relator.

### **QUANTO ÀS CONTAS DE GESTÃO:**

#### **PREFEITURA MUNICIPAL.**

Prefeita: Paula Miranda Amorim Araújo (02/01 a 31/12/16). Advogado(s): Carlos Douglas dos Santos Alves (OAB/PI nº 3.156) – (Procuração: fl. 05 da peça 23).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da VI Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/50 da peça 03, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/24 da peça 46, a manifestação do Ministério Público de Contas, às fls. 01/14 da peça 48, a sustentação oral do Advogado Carlos Douglas dos Santos Alves (OAB/PI nº 3.156), que se reportou às falhas apontadas, a proposta de voto do Relator Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, às fls. 01/12 da peça 56, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, divergindo da manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de **regularidade com ressalvas**, com fundamento no art. 122, inciso II, da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos da proposta de voto do Relator.

Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela **aplicação de multa** à gestora, Sra. **Paula Miranda Amorim Araújo**, no valor correspondente a **500 UFR-PI** (art. 79, I e II, da Lei Estadual nº 5.888/09), a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas-FMTC



# Estado do Piauí

## Tribunal de Contas



(art. 384, parágrafo único, da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14), no prazo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado desta decisão (arts. 382 e 386 da resolução supracitada).

### **FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB).**

Gestores: Alenildo de Sousa Melo (02/01 a 11/04/16); e Elisângela Cardoso dos Santos (12/04 a 31/12/16). Advogado(s): Carlos Douglas dos Santos Alves (OAB/PI nº 3.156) – (Procuração: 1º Gestor – fl. 04 da peça 23; 2º Gestor – fl. 02 da peça 23).

### **QUANTO À GESTÃO DO SR. ALENILDO DE SOUSA MELO:**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da VI Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/50 da peça 03, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/24 da peça 46, a manifestação do Ministério Público de Contas, às fls. 01/14 da peça 48, a sustentação oral do Advogado Carlos Douglas dos Santos Alves (OAB/PI nº 3.156), que requereu o julgamento em consonância com o posicionamento ministerial, a proposta de voto do Relator Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, às fls. 01/12 da peça 56, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de **regularidade**, com fundamento no art. 122, inciso I, da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos da proposta de voto do Relator.

### **QUANTO À GESTÃO DA SRA. ELISÂNGELA CARDOSO DOS SANTOS:**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da VI Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/50 da peça 03, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/24 da peça 46, a manifestação do Ministério Público de Contas, às fls. 01/14 da peça 48, a sustentação oral do Advogado Carlos Douglas dos Santos Alves (OAB/PI nº 3.156), que se reportou às falhas apontadas, a proposta de voto do Relator Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, às fls. 01/12 da peça 56, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de **regularidade com ressalvas**, com fundamento no art. 122, inciso II, da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos da proposta de voto do Relator.

Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela **aplicação de multa** à gestora, Sra. **Elisângela Cardoso dos Santos**, no valor correspondente a **200 UFR-PI** (art. 79, II, da Lei Estadual nº 5.888/09), a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas-FMTC (art. 384, parágrafo único, da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14), no prazo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado desta decisão (arts. 382 e 386 da resolução supracitada).

### **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS).**

Gestora: Maria dos Remédios Veras de Araújo Meneses (02/01 a 31/12/16). Advogado(s): Carlos Douglas dos Santos Alves (OAB/PI nº 3.156) – (Procuração: fl. 03 da peça 23).





# Estado do Piauí

## Tribunal de Contas



Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da VI Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/50 da peça 03, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/24 da peça 46, a manifestação do Ministério Público de Contas, às fls. 01/14 da peça 48, a sustentação oral do Advogado Carlos Douglas dos Santos Alves (OAB/PI nº 3.156), que se reportou às falhas apontadas, a proposta de voto do Relator Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, às fls. 01/12 da peça 56, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, divergindo da manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de **regularidade com ressalvas**, com fundamento no art. 122, inciso II, da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos da proposta de voto do Relator.

Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela **aplicação de multa** à gestora, Sra. **Maria dos Remédios Veras de Araújo Meneses**, no valor correspondente a **300 UFR-PI** (art. 79, II, da Lei Estadual nº 5.888/09), a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas-FMTC (art. 384, parágrafo único, da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14), no prazo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado desta decisão (arts. 382 e 386 da resolução supracitada).

### **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS).**

Gestora: Rychella Trycia Meneses Martins (01/04 a 31/12/16). Advogado(s): Carlos Douglas dos Santos Alves (OAB/PI nº 3.156) – (Procuração: fl. 06 da peça 23).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da VI Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/50 da peça 03, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/24 da peça 46, a manifestação do Ministério Público de Contas, às fls. 01/14 da peça 48, a sustentação oral do Advogado Carlos Douglas dos Santos Alves (OAB/PI nº 3.156), que requereu o julgamento em consonância com o posicionamento ministerial, a proposta de voto do Relator Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, às fls. 01/12 da peça 56, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de **regularidade**, com fundamento no art. 122, inciso I, da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos da proposta de voto do Relator.

### **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (FMPS).**

Gestor: Isaac de Sousa Araújo (02/01 a 31/12/16). Advogado(s): Diego Francisco Alves Barradas (OAB/PI nº 5.563) e outros – (Procuração: fl. 02 da peça 53).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da VI Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/50 da peça 03, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/24 da peça 46, a manifestação do Ministério Público de Contas, às fls. 01/14 da peça 48, a proposta de voto do Relator Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, às fls. 01/12 da peça 56, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de **regularidade com**



# Estado do Piauí

## Tribunal de Contas



**ressalvas**, com fundamento no art. 122, inciso II, da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos da proposta de voto do Relator.

Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela **aplicação de multa** ao gestor, Sr. **Isaac de Sousa Araújo**, no valor correspondente a **200 UFR-PI** (art. 79, VII, da Lei Estadual nº 5.888/09), a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas-FMTC (art. 384, parágrafo único, da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14), no prazo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado desta decisão (arts. 382 e 386 da resolução supracitada).

### CÂMARA MUNICIPAL.

Presidente: Silvino de Sousa Ribeiro (02/01 a 31/12/16).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da VI Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/50 da peça 03, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/24 da peça 46, a manifestação do Ministério Público de Contas, às fls. 01/14 da peça 48, a proposta de voto do Relator Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, às fls. 01/12 da peça 56, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de **regularidade com ressalvas**, com fundamento no art. 122, inciso II, da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos da proposta de voto do Relator.

Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela **aplicação de multa** ao gestor, Sr. **Silvino de Sousa Ribeiro**, no valor correspondente a **200 UFR-PI** (art. 79, VII, da Lei Estadual nº 5.888/09), a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas-FMTC (art. 384, parágrafo único, da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14), no prazo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado desta decisão (arts. 382 e 386 da resolução supracitada).

**Presentes:** Cons. Kleber Dantas Eulálio (Presidente); Cons. Luciano Nunes Santos; Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva; Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo; e Cons. Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara.

**Representante do Ministério Público de Contas presente:** Procurador Márcio André Madeira de Vasconcelos.

Sessão da Primeira Câmara, em Teresina, 29 de maio de 2018.

(ASSINADO DIGITALMENTE)  
**Jean Carlos Andrade Soares**  
Secretário da Primeira Câmara

## ASSINATURA DIGITAL

Certificamos que a peça nº 43 está assinada digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) |                            |                     |
|----------------------------------|----------------------------|---------------------|
| CPF/CNPJ                         | Nome                       | Data e hora         |
| 41*.***.**3-72                   | JEAN CARLOS ANDRADE SOARES | 30/05/2018 09:29:25 |

**Protocolo:** 002910/2016

**Código de verificação:** DD26A70C-A949-4022-918D-85CFCA0B3811

**Portal de validação:**

<https://sistemas.tce.pi.gov.br/eprocesso/validador/documento>





**ESTADO DO PIAUÍ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
**GAB. CONS. SUBS. JAYLSON CAMPELO**



**PARECER PRÉVIO Nº. 74/2018**

**PROCESSO: TC/002910/2016.**

**DECISÃO Nº 170/2018.**

**ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRASILEIRA-PI – PREFEITURA MUNICIPAL - CONTAS DE GOVERNO (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016).**

**PREFEITA: PAULA MIRANDA AMORIM ARAÚJO (02/01 A 31/12/2016).**

**ADVOGADOS: CARLOS DOUGLAS DOS SANTOS ALVES (OAB/PI Nº 3.156) – (PROCURAÇÃO: FL. 05 DA PEÇA 23).**

**RELATOR: CONS. SUBSTITUTO JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO.**

**PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO.**

**EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. NÃO ENTREGA DE DOCUMENTOS COMPONENTES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS. IRREGULARIDADE.**

1. A não entrega de documentos de prestação de contas constitui grave afronta ao comando constitucional (art. 70, parágrafo único, CF/88), que impõe o dever de prestar contas na forma e no prazo devido.

**SUMÁRIO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRASILEIRA-PI – PREFEITURA MUNICIPAL - CONTAS DE GOVERNO (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016).** *Pela emissão de parecer prévio recomendando a aprovação com ressalvas. Decisão unânime.*

**Síntese de improbidade/falha apurada:** Remessa extemporânea das peças orçamentárias (PPA, com 50 dias, LDO, 60 e LOA, 61); Não comprovação da publicação dos decretos de abertura de créditos adicionais; Atraso no ingresso da prestação de contas mensal; Peças ausentes; Contabilização a menor da COSIP.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da VI Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/50 da peça 03, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/24 da peça 46, a manifestação do Ministério Público de Contas, às fls. 01/14 da peça 48, a sustentação oral do Advogado Carlos Douglas dos Santos Alves (OAB/PI nº 3.156), que se reportou às falhas apontadas, a proposta de voto do Relator Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, às fls. 01/12 da peça 56, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
**GAB. CONS. SUBS. JAYLSON CAMPELO**



Público de Contas, pela emissão de parecer recomendando a **aprovação com ressalvas**, com fundamento no art. 31, § 2º da Constituição Federal, no art. 32, § 1º, da Constituição Estadual do Piauí, nos arts. 61 a 63 e 120 da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos da proposta de voto do Relator.

**Presentes:** Cons. Kleber Dantas Eulálio (Presidente); Cons. Luciano Nunes Santos; Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva; Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo; e Cons. Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara.

**Representante do Ministério Público de Contas presente:** Procurador Márcio André Madeira de Vasconcelos.

Publique-se e cumpra-se.

Sessão da Primeira Câmara nº 16, em Teresina, 29 de maio de 2018.

*(assinado digitalmente)*

**Cons. Subst. Jaylson Fabianh Lopes Campelo**

Relator

## ASSINATURA DIGITAL

Certificamos que a peça nº 44 está assinada digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) |                               |                     |
|----------------------------------|-------------------------------|---------------------|
| CPF/CNPJ                         | Nome                          | Data e hora         |
| 35*.***-**3-68                   | JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO | 01/06/2018 09:18:30 |

**Protocolo:** 002910/2016

**Código de verificação:** 87900D8C-AC64-4AD3-8C20-1EC5C0327443

**Portal de validação:**

<https://sistemas.tce.pi.gov.br/eprocesso/validador/documento>





**ESTADO DO PIAUÍ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
**GAB. CONS. SUBS. JAYLSON CAMPELO**



**ACÓRDÃO Nº. 895/2018.**

**PROCESSO: TC/002910/2016.**

**DECISÃO Nº 170/2018.**

**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRASILEIRA-PI – PREFEITURA MUNICIPAL - CONTAS DE GESTÃO (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016).

**PREFEITA:** PAULA MIRANDA AMORIM ARAÚJO (02/01 A 31/12/2016).

**ADVOGADOS:** CARLOS DOUGLAS DOS SANTOS ALVES (OAB/PI Nº 3.156) – (PROCURAÇÃO: FL. 05 DA PEÇA 23).

**RELATOR:** CONS. SUBSTITUTO JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO.

**PROCURADOR:** LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

**EMENTA:** LICITAÇÃO.  
**IRREGULARIDADES EM PROCESSOS**  
**LICITATÓRIOS. REPERCUSSÃO**  
**NEGATIVA.**

***SUMÁRIO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRASILEIRA-PI – PREFEITURA MUNICIPAL – CONTAS DE GESTÃO (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016). Pelo julgamento de regularidade com ressalvas. Pela aplicação de multa à gestora, Sra. Paula Miranda Amorim Araújo, no valor correspondente a 500 UFR-PI. Decisão unânime.***

**Síntese de improbidade/falha apurada:** Despesas não licitadas com: manutenção e conservação de bens imóveis, limpeza e conservação e transporte de piçarra (R\$283.812,30), serviços técnicos de assessoria/consultoria jurídica (R\$171.504,00) e serviço de contabilidade (R\$78.000,00).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da VI Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/50 da peça 03, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/24 da peça 46, a manifestação do Ministério Público de Contas, às fls. 01/14 da peça 48, a sustentação oral do Advogado Carlos Douglas dos Santos Alves (OAB/PI nº 3.156), que se reportou às falhas apontadas, a proposta de voto do Relator Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, às fls. 01/12 da peça 56, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, divergindo da manifestação do Ministério Público





**ESTADO DO PIAUÍ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
**GAB. CONS. SUBS. JAYLSON CAMPELO**



de Contas, pelo julgamento de **regularidade com ressalvas**, com fundamento no art. 122, inciso II, da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos da proposta de voto do Relator.

Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela **aplicação de multa** à gestora, Sra. **Paula Miranda Amorim Araújo**, no valor correspondente a **500 UFR-PI** (art. 79, I e II, da Lei Estadual nº 5.888/09), a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas-FMTC (art. 384, parágrafo único, da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14), no prazo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado desta decisão (arts. 382 e 386 da resolução supracitada).

**Presentes:** Cons. Kleber Dantas Eulálio (Presidente); Cons. Luciano Nunes Santos; Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva; Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo; e Cons. Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara.

**Representante do Ministério Público de Contas presente:** Procurador Márcio André Madeira de Vasconcelos.

Publique-se e cumpra-se.

Sessão da Primeira Câmara nº 16, em Teresina, 29 de maio de 2018.

*(assinado digitalmente)*

**Cons. Subst. Jaylson Fabianh Lopes Campelo**

Relator

## ASSINATURA DIGITAL

Certificamos que a peça nº 45 está assinada digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) |                               |                     |
|----------------------------------|-------------------------------|---------------------|
| CPF/CNPJ                         | Nome                          | Data e hora         |
| 35*.***-**3-68                   | JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO | 01/06/2018 09:18:30 |

**Protocolo:** 002910/2016

**Código de verificação:** DF7F94A8-77DA-4703-9BBA-BE3DA7A5A2A4

**Portal de validação:**

<https://sistemas.tce.pi.gov.br/eprocesso/validador/documento>





**ESTADO DO PIAUÍ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
**GAB. CONS. SUBS. JAYLSON CAMPELO**



**ACÓRDÃO Nº. 896/2018**

**PROCESSO: TC/002910/2016.**

**DECISÃO Nº 170/2018.**

**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRASILEIRA – PI – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB) (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016).

**GESTOR:** ALENILDO DE SOUSA MELO (02/01 A 11/04/16)

**ADVOGADO(S):** CARLOS DOUGLAS DOS SANTOS ALVES (OAB/PI Nº 3.156) – (PROCURAÇÃO: FL. 04 DA PEÇA 23).

**RELATOR:** JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO.

**PROCURADOR:** LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO.

**EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. NÃO CONSTATAÇÃO DE FALHAS. REGULARIDADE.**

1. Quando não apontadas falhas e/ou irregularidades na prestação de contas de Fundos, conclui-se pela regularidade em seu julgamento.

**SUMÁRIO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRASILEIRA-PI (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016). FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB). 1º Gestor: Alenildo de Sousa Melo (02/01 a 11/04/16). Pelo julgamento de regularidade. Decisão unânime.**

**Síntese de improbidade/falha apurada:** Não foi apontada falha e/ou irregularidade na prestação de contas após o contraditório.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da VI Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/50 da peça 03, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/24 da peça 46, a manifestação do Ministério Público de Contas, às fls. 01/14 da peça 48, a sustentação oral do Advogado Carlos Douglas dos Santos Alves (OAB/PI nº 3.156), que requereu o julgamento em consonância com o posicionamento ministerial, a proposta de voto do Relator Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, às fls. 01/12 da peça 56, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de **regularidade**, com fundamento no art. 122, inciso I, da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos da proposta de voto do Relator.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
**GAB. CONS. SUBS. JAYLSON CAMPELO**



**Presentes:** Cons. Kleber Dantas Eulálio (Presidente); Cons. Luciano Nunes Santos; Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva; Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo; e Cons. Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara.

**Representante do Ministério Público de Contas presente:** Procurador Márcio André Madeira de Vasconcelos.

Publique-se e cumpra-se.

Sessão da Primeira Câmara nº 16, em Teresina, 29 de maio de 2018.

*(assinado digitalmente)*

**Cons. Subst. Jaylson Fabianh Lopes Campelo**

Relator

## ASSINATURA DIGITAL

Certificamos que a peça nº 46 está assinada digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) |                               |                     |
|----------------------------------|-------------------------------|---------------------|
| CPF/CNPJ                         | Nome                          | Data e hora         |
| 35*.***.**3-68                   | JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO | 01/06/2018 09:18:30 |

**Protocolo:** 002910/2016

**Código de verificação:** 68DE51AB-3D30-4C1A-B291-45B14D483DA9

**Portal de validação:**

<https://sistemas.tce.pi.gov.br/eprocesso/validador/documento>





**ESTADO DO PIAUÍ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
**GAB. CONS. SUBS. JAYLSON CAMPELO**



**ACÓRDÃO Nº. 901/2018**

**PROCESSO: TC/002910/2016.**

**DECISÃO Nº 170/2018.**

**ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRASILEIRA – PI – CÂMARA MUNICIPAL (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016).**

**GESTOR: SILVINO DE SOUSA RIBEIRO - PRESIDENTE**

**RELATOR: JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO.**

**PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO.**

**EMENTA: DESPESA. VARIAÇÃO DE SUBSÍDIO DE VEREADORES ACIMA DA INFLAÇÃO. IRREGULARIDADE.**

*1. É inadmissível disposição prevendo reajuste, concedendo ganho real, ou seja, acima da inflação. Admite-se, apenas, a recomposição dos subsídios (atualização/correção monetária por índice inflacionário oficial). Lado outro, o ato normativo a ser editado para revisão geral anual do subsídio dos vereadores é a lei (art. 37, X, CF/88).*

**SUMÁRIO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRASILEIRA-PI (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016). CÂMARA MUNICIPAL.** *Pelo julgamento de regularidade com ressalvas. Pela aplicação de multa ao gestor, Sr. Silvino de Sousa Ribeiro, no valor correspondente a 200 UFR-PI. Decisão unânime.*

**Síntese de improbidade/falha apurada:** Omissão do Poder Legislativo na apreciação dos instrumentos de planejamento orçamentário; Variação nos subsídio de vereadores (11,27%) acima dos índices inflacionários (6,29%).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da VI Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/50 da peça 03, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/24 da peça 46, a manifestação do Ministério Público de Contas, às fls. 01/14 da peça 48, a proposta de voto do Relator Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, às fls. 01/12 da peça 56, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de regularidade com ressalvas, com fundamento no art. 122, inciso II, da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos da proposta de voto do Relator.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
**GAB. CONS. SUBS. JAYLSON CAMPELO**



Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela **aplicação de multa** ao gestor, Sr. **Silvino de Sousa Ribeiro**, no valor correspondente a **200 UFR-PI** (*art. 79, VII, da Lei Estadual nº 5.888/09*), a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas-FMTC (*art. 384, parágrafo único, da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14*), no prazo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado desta decisão (*arts. 382 e 386 da resolução supracitada*).

**Presentes:** Cons. Kleber Dantas Eulálio (Presidente); Cons. Luciano Nunes Santos; Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva; Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo; e Cons. Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara.

**Representante do Ministério Público de Contas presente:** Procurador Márcio André Madeira de Vasconcelos.

Publique-se e cumpra-se.

Sessão da Primeira Câmara nº 16, em Teresina, 29 de maio de 2018.

*(assinado digitalmente)*

**Cons. Subst. Jaylson Fabianh Lopes Campelo**

Relator



## ASSINATURA DIGITAL

Certificamos que a peça nº 47 está assinada digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) |                               |                     |
|----------------------------------|-------------------------------|---------------------|
| CPF/CNPJ                         | Nome                          | Data e hora         |
| 35*.***-**3-68                   | JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO | 01/06/2018 09:18:30 |

**Protocolo:** 002910/2016

**Código de verificação:** E81803E4-8B20-4CD7-85E6-2D1AA8DA67E2

**Portal de validação:**

<https://sistemas.tce.pi.gov.br/eprocesso/validador/documento>





**ESTADO DO PIAUÍ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
**GAB. CONS. SUBS. JAYLSON CAMPELO**



**ACÓRDÃO Nº. 900/2018**

**PROCESSO: TC/002910/2016.**

**DECISÃO Nº 170/2018.**

**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRASILEIRA – PI – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (FMPS) (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016).

**GESTOR:** ISAAC DE SOUSA ARAÚJO (02/01 A 31/12/16)

**ADVOGADO(S):** DIEGO FRANCISCO ALVES BARRADAS (OAB/PI Nº 5.563) – (PROCURAÇÃO: FL. 02 DA PEÇA 53).

**RELATOR:** JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO.

**PROCURADOR:** LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO.

**EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. NÃO  
CONSTATAÇÃO DE FALHAS  
SUBSTANCIAIS. REGULARIDADE.**

1. Quando não apontadas falhas e/ou irregularidades substanciais na prestação de contas de Fundos, conclui-se pela regularidade ou regularidade com ressalvas em seu julgamento.

**SUMÁRIO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO  
MUNICÍPIO DE BRASILEIRA-PI  
(EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016).  
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA  
SOCIAL – FMPS. Pelo julgamento de  
regularidade com ressalvas. Pela aplicação de  
multa ao gestor, Sr. Isaac de Sousa Araújo, no  
valor correspondente a 200 UFR-PI. Decisão  
unânime.**

**Síntese de improbidade/falha apurada:** Ausência de registro de valores na coluna “Exercício Anterior” do Balanço Financeiro.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da VI Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/50 da peça 03, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/24 da peça 46, a manifestação do Ministério Público de Contas, às fls. 01/14 da peça 48, a proposta de voto do Relator Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, às fls. 01/12 da peça 56, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de **regularidade com ressalvas**, com fundamento no art. 122, inciso II, da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos da proposta de voto do Relator.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
**GAB. CONS. SUBS. JAYLSON CAMPELO**



Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela **aplicação de multa** ao gestor, Sr. **Isaac de Sousa Araújo**, no valor correspondente a **200 UFR-PI** (*art. 79, VII, da Lei Estadual nº 5.888/09*), a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas-FMTC (*art. 384, parágrafo único, da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14*), no prazo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado desta decisão (*arts. 382 e 386 da resolução supracitada*).

**Presentes:** Cons. Kleber Dantas Eulálio (Presidente); Cons. Luciano Nunes Santos; Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva; Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo; e Cons. Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara.

**Representante do Ministério Público de Contas presente:** Procurador Márcio André Madeira de Vasconcelos.

Publique-se e cumpra-se.

Sessão da Primeira Câmara nº 16, em Teresina, 29 de maio de 2018.

*(assinado digitalmente)*

**Cons. Subst. Jaylson Fabianh Lopes Campelo**

Relator

## ASSINATURA DIGITAL

Certificamos que a peça nº 48 está assinada digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) |                               |                     |
|----------------------------------|-------------------------------|---------------------|
| CPF/CNPJ                         | Nome                          | Data e hora         |
| 35*.***.**3-68                   | JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO | 01/06/2018 09:18:31 |

**Protocolo:** 002910/2016

**Código de verificação:** 812ABE97-7586-4C00-B851-5C5E7D481DCD

**Portal de validação:**

<https://sistemas.tce.pi.gov.br/eprocesso/validador/documento>





**ESTADO DO PIAUÍ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
**GAB. CONS. SUBS. JAYLSON CAMPELO**



**ACÓRDÃO Nº. 899/2018**

**PROCESSO: TC/002910/2016.**

**DECISÃO Nº 170/2018.**

**ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRASILEIRA – PI – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS) (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016).**

**GESTORA: RYCHELLA TRYCIA MENESES MARTINS (01/04 A 31/12/16)**

**ADVOGADO(S): CARLOS DOUGLAS DOS SANTOS ALVES (OAB/PI Nº 3.156) – (PROCURAÇÃO: FL. 06 DA PEÇA 23).**

**RELATOR: JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO.**

**PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO.**

**EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. NÃO CONSTATAÇÃO DE FALHAS SUBSTANCIAIS. REGULARIDADE.**

1. Quando não apontadas falhas e/ou irregularidades substanciais na prestação de contas de Fundos, conclui-se pela regularidade ou regularidade com ressalvas em seu julgamento.

**SUMÁRIO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRASILEIRA-PI (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016). FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS. Pelo julgamento de regularidade. Decisão unânime.**

**Síntese de improbidade/falha apurada:** Licitações não finalizadas no Sistema Web: Pregão Nº. 10/2016, para contratação de veículos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da VI Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/50 da peça 03, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/24 da peça 46, a manifestação do Ministério Público de Contas, às fls. 01/14 da peça 48, a sustentação oral do Advogado Carlos Douglas dos Santos Alves (OAB/PI nº 3.156), que requereu o julgamento em consonância com o posicionamento ministerial, a proposta de voto do Relator Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, às fls. 01/12 da peça 56, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de **regularidade**, com fundamento no art. 122, inciso I, da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos da proposta de voto do Relator.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
**GAB. CONS. SUBS. JAYLSON CAMPELO**



**Presentes:** Cons. Kleber Dantas Eulálio (Presidente); Cons. Luciano Nunes Santos; Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva; Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo; e Cons. Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara.

**Representante do Ministério Público de Contas presente:** Procurador Márcio André Madeira de Vasconcelos.

Publique-se e cumpra-se.

Sessão da Primeira Câmara nº 16, em Teresina, 29 de maio de 2018.

*(assinado digitalmente)*

**Cons. Subst. Jaylson Fabianh Lopes Campelo**

Relator

## ASSINATURA DIGITAL

Certificamos que a peça nº 49 está assinada digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) |                               |                     |
|----------------------------------|-------------------------------|---------------------|
| CPF/CNPJ                         | Nome                          | Data e hora         |
| 35*.***-**3-68                   | JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO | 01/06/2018 09:18:31 |

**Protocolo:** 002910/2016

**Código de verificação:** BFF8E765-90B8-436E-B199-51F7452B45A1

**Portal de validação:**

<https://sistemas.tce.pi.gov.br/eprocesso/validador/documento>







**ESTADO DO PIAUÍ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
**GAB. CONS. SUBS. JAYLSON CAMPELO**



**ACÓRDÃO Nº. 898/2018**

**PROCESSO: TC/002910/2016.**

**DECISÃO Nº 170/2018.**

**ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRASILEIRA – PI – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS) (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016).**

**GESTORA: MARIA DOS REMÉDIOS VERAS DE ARAÚJO MENESES (02/01 A 31/12/16)**

**ADVOGADO(S): CARLOS DOUGLAS DOS SANTOS ALVES (OAB/PI Nº 3.156) – (PROCURAÇÃO: FL. 03 DA PEÇA 23).**

**RELATOR: JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO.**

**PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO.**

|                         |                    |
|-------------------------|--------------------|
| <b>EMENTA:</b>          | <b>LICITAÇÃO.</b>  |
| <b>IRREGULARIDADES.</b> | <b>REPERCUSSÃO</b> |
| <b>NEGATIVA.</b>        |                    |

**SUMÁRIO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRASILEIRA-PI (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016). FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS. Pelo julgamento de regularidade com ressalvas. Pela aplicação de multa à gestora, Sra. Maria dos Remédios Veras de Araújo Meneses, no valor correspondente a 300 UFR-PI. Decisão unânime.**

**Síntese de improbidade/falha apurada:** Despesas não licitadas com: aquisição de máquinas e equipamentos; construção de unidade básica de saúde Povoado Mocambinho; Despesas fracionadas com: material farmacológico; Licitações não finalizadas no Sistema Web: Pregão Nº. 01/2016, para aquisição de medicamentos e, Nº. 04/2016, de equipamento e material permanente.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da VI Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/50 da peça 03, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/24 da peça 46, a manifestação do Ministério Público de Contas, às fls. 01/14 da peça 48, a sustentação oral do Advogado Carlos Douglas dos Santos Alves (OAB/PI nº 3.156), que se reportou às falhas apontadas, a proposta de voto do Relator Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, às fls. 01/12 da peça 56, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, divergindo da manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de **regularidade com ressalvas**, com fundamento no art. 122, inciso II, da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos da proposta de voto do Relator.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
**GAB. CONS. SUBS. JAYLSON CAMPELO**



Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela **aplicação de multa** à gestora, Sra. **Maria dos Remédios Veras de Araújo Meneses**, no valor correspondente a **300 UFR-PI** (*art. 79, II, da Lei Estadual nº 5.888/09*), a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas- FMTC (*art. 384, parágrafo único, da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14*), no prazo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado desta decisão (*arts. 382 e 386 da resolução supracitada*).

**Presentes:** Cons. Kleber Dantas Eulálio (Presidente); Cons. Luciano Nunes Santos; Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva; Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo; e Cons. Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara.

**Representante do Ministério Público de Contas presente:** Procurador Márcio André Madeira de Vasconcelos.

Publique-se e cumpra-se.

Sessão da Primeira Câmara nº 16, em Teresina, 29 de maio de 2018.

*(assinado digitalmente)*

**Cons. Subst. Jaylson Fabianh Lopes Campelo**

Relator

## ASSINATURA DIGITAL

Certificamos que a peça nº 50 está assinada digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) |                               |                     |
|----------------------------------|-------------------------------|---------------------|
| CPF/CNPJ                         | Nome                          | Data e hora         |
| 35*.***-**3-68                   | JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO | 01/06/2018 09:18:31 |

**Protocolo:** 002910/2016

**Código de verificação:** B979E0D3-3B0E-489A-B0FF-BF12BF0F4FD2

**Portal de validação:**

<https://sistemas.tce.pi.gov.br/eprocesso/validador/documento>





**ESTADO DO PIAUÍ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
**GAB. CONS. SUBS. JAYLSON CAMPELO**



**ACÓRDÃO Nº. 897/2018**

**PROCESSO: TC/002910/2016.**

**DECISÃO Nº 170/2018.**

**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRASILEIRA – PI – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB) (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016).

**GESTORA:** ELISÂGELA CARDOSO DOS SANTOS (12/04 A 31/12/16)

**ADVOGADO(S):** CARLOS DOUGLAS DOS SANTOS ALVES (OAB/PI Nº 3.156) – (PROCURAÇÃO: FL. 02 DA PEÇA 23).

**RELATOR:** JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO.

**PROCURADOR:** LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO.

**EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. NÃO CONSTATAÇÃO DE FALHAS SUBSTANCIAIS. REGULARIDADE.**

1. Quando não apontadas falhas e/ou irregularidades substanciais na prestação de contas de Fundos, conclui-se pela regularidade ou regularidade com ressalvas em seu julgamento.

**SUMÁRIO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRASILEIRA-PI (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016). FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB). 2º Gestor: Elisângela Cardoso dos Santos (12/04 a 31/12/16). Pelo julgamento de regularidade com ressalvas. Pela aplicação de multa à gestora, Sra. Elisângela Cardoso dos Santos, no valor correspondente de 200 UFR-PI. Decisão unânime.**

**Síntese de improbidade/falha apurada:** Indicador negativo do FUNDEB.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da VI Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/50 da peça 03, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/24 da peça 46, a manifestação do Ministério Público de Contas, às fls. 01/14 da peça 48, a sustentação oral do Advogado Carlos Douglas dos Santos Alves (OAB/PI nº 3.156), que se reportou às falhas apontadas, a proposta de voto do Relator Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, às fls. 01/12 da peça 56, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de **regularidade com ressalvas**, com fundamento



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
**GAB. CONS. SUBS. JAYLSON CAMPELO**



no art. 122, inciso II, da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos da proposta de voto do Relator.

Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela **aplicação de multa** à gestora, Sra. **Elisângela Cardoso dos Santos**, no valor correspondente a **200 UFR-PI** (art. 79, II, da Lei Estadual nº 5.888/09), a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas-FMTC (art. 384, parágrafo único, da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14), no prazo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado desta decisão (arts. 382 e 386 da resolução supracitada).

**Presentes:** Cons. Kleber Dantas Eulálio (Presidente); Cons. Luciano Nunes Santos; Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva; Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo; e Cons. Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara.

**Representante do Ministério Público de Contas presente:** Procurador Márcio André Madeira de Vasconcelos.

Publique-se e cumpra-se.

Sessão da Primeira Câmara nº 16, em Teresina, 29 de maio de 2018.

*(assinado digitalmente)*

**Cons. Subst. Jaylson Fabianh Lopes Campelo**

Relator

## ASSINATURA DIGITAL

Certificamos que a peça nº 51 está assinada digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) |                               |                     |
|----------------------------------|-------------------------------|---------------------|
| CPF/CNPJ                         | Nome                          | Data e hora         |
| 35*.***-**3-68                   | JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO | 01/06/2018 09:18:31 |

**Protocolo:** 002910/2016

**Código de verificação:** 1804A410-0163-471B-8561-545DE28F22DB

**Portal de validação:**

<https://sistemas.tce.pi.gov.br/eprocesso/validador/documento>

